GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação Regional de Ensino de Planaltina

Escola Classe Paraná

Memorando SEI-GDF n.º 52/2018 - SEE/CREPLAN/EC PARANA Brasília-DF, 10 de maio de 2018

PARA: UNIEB PLANALTINA

ENVIAMOS PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, COMO SOLICITADO.

Projeto Político Pedagógico

2018

ESCOLA CLASSE PARANÁ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2018

PLANALTINA-DF, ABRIL DE 2018.

SUMÁRIO

1. Apresentação 04
2. Introdução 05
3. Identificação 06
4. Missão 07
5. Histórico da Instituição 08
6. Diagnóstico 13
7. Objetivos 15
8. Princípios Norteadores 17
9. Organização Administrativa 20
10. Organização Curricular 23
11. Avaliação 42
12. Planos de Ação 45
13. Projetos Pedagógicos Específicos ..... .59
14. Bibliografia 67

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico ora apresentado busca uma maior proximidade entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, na perspectiva de auxiliar o fazer pedagógico na busca de oferecer subsídios para a formação global da criança em seus aspectos cognitivo e sociocultural.

Em linhas gerais, a Escola Classe Paraná busca nortear suas práxis pedagógica a fim de oferecer um ensino de qualidade que atenda as exigências atuais do mundo contemporâneo e vá ao encontro com a proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal na busca de um trabalho eficiente para formação de cidadãos capazes de atuarem de forma ativa no meio em que vivem.

Neste sentido, conhecer a realidade da comunidade na qual a escola está inserida, os anseios da família dos participantes, os ideais dos profissionais envolvidos e, principalmente, a visão de mundo do principal sujeito envolvido nesse processo ensino-aprendizagem, o aluno, são fundamentais para a organização de uma proposta pedagógica que atenda as peculiaridades existentes.

Para tanto, apresentamos neste Projeto Político Pedagógico um diagnóstico da situação atual, os objetivos e princípios norteadores estabelecidos para o ano letivo (2018), a adequação do currículo a nossa realidade e os principais projetos a serem efetivados. Enfim, trata-se de um Projeto que norteia o processo educativo de forma flexível.

INTRODUÇÃO

A Escola Classe Paraná prima pela qualidade da educação e, busca em conjunto com os profissionais que nela atuam oferecer um atendimento de qualidade com o intuito de favorecer o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos.

Interagir seus profissionais desde a equipe docente, equipe gestora, auxiliares de educação e, principalmente, inserir a família nesse processo de ensino-aprendizagem por meio dos diferentes projetos a serem desenvolvidos tem sido uma busca constante desta Unidade de Ensino.

A propósito, cabe destacar que no âmbito socioeducacional, instituições são ambientes em que sujeitos buscam sua formação de forma intensiva e sistêmica, por meio de saberes, trocas e relações de mediação. Assim, de acordo com as diretrizes emanadas da Constituição Federal e da LDB vigentes, descritos pelo Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal destaca-se que:

- A Educação possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso de suas potencialidades; constitui um direito inalienável do homem em qualquer idade e capacita-o a alcançar o exercício pleno da cidadania;
- O sistema educacional proporciona recursos e meios que atendam às necessidades educacionais de todos os alunos, de modo a oportunizar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, garantindo: educabilidade de todos os seres humanos; direito à equidade, igualdade de oportunidades educacionais independente dos comprometimentos que possam apresentar; respeito à dignidade humana; direito à liberdade de aprender e expressar-se; e direito de ser diferente; entre outros.

Contudo, atendeu-se na Escola Classe Paraná alunos do Ensino Fundamental/Séries Iniciais – 1º Ciclo do currículo em Movimento, Bloco 1 (BIA – Bloco de Iniciação a Alfabetização – 1º ao 3º ano) e Bloco 2 (4º e 5º ano) implantado esse ano. Contamos, também com o 2º Período da Educação Infantil.

IDENTIFICAÇÃO

- Nome: Escola Classe Paraná

- Endereço: EQ 1/2 lote H Área Especial SRL

- Telefone: (61) 3901-7760 **Fax:** (61) 3901-7760

- Correio eletrônico: ecparana2015@gmail.com

- Sítio na Internet: www.se.df.gov.br

- Localização: Planaltina-DF

- Regional de Ensino: Coordenação Regional de Planaltina

- **Equipe Gestora:**

- Diretora: Patrícia Amaro Pignata

- Vice-Diretora: Léia Rodrigues de Almeida Monteiro

- Supervisora: Ana Paula de Jesus Assunção

- Secretária: Lindalva Maria Ferreira Charrud

- Coordenadores Pedagógicos:

- Magna de Sousa Ribeiro

- Valmir Suares Pereira

- Data de criação: 05 de abril de 1978

-Autorização: Port. 43 de 19/08/1981 SEC/DF

- Reconhecimento: Port. 43 de 19/08/1981 SEC/DF

- Turno de funcionamento: Diurno

- Nível de ensino ofertado: Educação Infantil e Ensino Fundamental/Séries Iniciais

- Modalidades de ensino:

1. Educação Infantil – 2º Período
2. Ensino Fundamental/Séries Iniciais – 1º ao 5º ano.

MISSÃO

A Escola Classe Paraná tem como missão a formação global do cidadão, despertando sua consciência crítica, a compreensão da cidadania como participação social e política e sua atuação no meio que o cerca a partir de articulações com várias áreas do conhecimento, sendo capaz de resolver problemas do cotidiano numa perspectiva de escola inclusiva.

Neste sentido, almeja-se proporcionar aos alunos um ambiente favorável à aprendizagem que valorize a troca de experiências e a riqueza cultural de situações vivenciadas fora do contexto escolar de forma significativa favorecendo o desenvolvimento de habilidades e competências previstas no Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal de forma contextualizada e multidisciplinar.

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Esta escola foi construída pela Premence Engenharia, ocupando uma área de 1.368,80 m^2 e entregue à comunidade no dia 05 de abril de 1978, sendo governador do Distrito Federal Elmo Serejo Farias e Secretário de Educação e Cultura Wladimir do Amaral Murtinho.

Suas atividades tiveram início no mesmo ano de sua entrega, atendendo a alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. A escola funcionava como anexo da Escola Classe 03, por ainda não ter diretora.

Em 1980 assume o cargo de diretora Maria Emília Ribeiro de Siqueira, designada pela instrução de 30/10/80, permaneceu no cargo até dezembro de 1982. Em janeiro de 1983 a professora Dirce Roquete Mourão é designada pela instrução de 07/02/83 e permanece até março de 1984 quando passa o cargo para Orizete Otaviana Marra da Silva, a qual era candidata única. A mesma permaneceu até janeiro de 1987. Através da instrução de 19/03/87 foi indicado o professor José Ricardo Oriente para assumir o cargo. O mesmo se afastou em janeiro de 1988, deixando a professora Lídia Francisca de Freitas Rodrigues como diretora substituta. Retornou em 1989 para concorrer a diretor na eleição direta, onde também foi candidato único. José

Ricardo Oriente, permaneceu no cargo até dezembro de 1991. Em janeiro de 1992 assume o cargo de diretora Maria de Fátima Nascimento de Castro, através do decreto de 28/01/92, ficando até dezembro de 1994. No início de 1994 foram criados os cargos de vice-diretora e assistente, ambos os cargos comissionados, a professora Lídia Francisca de Freitas Rodrigues assumiu o cargo de vice-diretora e a professora Maria da Natividade Dutra assumiu o cargo de assistente.

Em 1995 assume a direção da escola Lídia Francisca de Freitas Rodrigues, a qual já ocupava o cargo de vice-diretora anteriormente. Em dezembro deste mesmo ano aconteceu à primeira eleição direta para Conselho Escolar, onde foram escolhidos 02 (dois) representantes de cada segmento. Segmento pai/mãe/responsável Miriam Ribeiro Pereira de Lima, Maria da Soledade Nascimento Ferreira; Segmento Carreira Magistério Público do DF Lerimar Alencar Ximenes e Naura Herbenha Pereira; Segmento aluno Juarez Fernandes da Silva e Cláudio Tomás de Gusmão; Segmento Carreira Assistência à Educação Selva de Souza Rodrigues e Marlene Alves Vieira. A diretora permaneceu no cargo até dezembro de 1997. Em 1997 a escola passou por outro processo de eleição direta, onde foram escolhidos membros para formar uma comissão eleitoral local. Tivemos candidatos únicos para os cargos de diretor e vice-diretor, assumiu o cargo para um mandato de dois anos (1998/1999) Vânia Lúcia de Almeida Ramos – diretora, Lídia Francisca de Freitas Rodrigues – vice-diretora e Márcia Alves Marinho Gualberto - Assistente. Em 2000, através de nomeação feita pelo governador Joaquim Domingos Roriz, assume a direção Lídia Francisca de Freitas Rodrigues, deixando o cargo alguns meses depois para sua vice-diretora Laureana Rodrigues Gomes Dourado. A direção ficou formada com Laureana Rodrigues Gomes – diretora, Maria José Mendonça – Vice-diretora, Fernanda Célia Alves e Maria das Graças Goulart Neves Barreto – Assistentes. Em 2001, assumem a direção Maria das Graças Goulart Neves Barreto – diretora, Sonia Luiz Souza – Vice-diretora, Maria Josefina Pedroso e Fernanda Célia Alves, assistentes, também nomeadas pelo então governador. Em 2002, substitui a assistente Fernanda Célia à professora Leda Lopes da Silva Esteves. Em 2003, a direção é composta por Maria das Graças Goulart Neves Barreto – diretora, Ilza Ana do Nascimento Amâncio – vice-diretora, Adriana Fernandes e Cleonice Barreto da Silva – Assistentes. No ano de 2004 a escola deixa de funcionar no turno noturno – supletivo reduzindo o número de assistentes. Assumem a direção em 2004 e 2005, Maria das Graças Goulart Neves Barreto - diretora, Ilza Ana do Nascimento Amâncio – vice-diretora e Cleonice Barreto da Silva – assistente. No ano de 2006, a direção passa a ser composta por Maria das graças G. N Barreto, diretora; Ilza Ana do Nascimento Amâncio, Vice-diretora; Jason Batista da Silva, Encarregado de direção. Entretanto, no segundo semestre do ano letivo de 2007, assume a vice-direção Jason Batista da Silva e Agda Neide Vieira Tomaz, como Encarregada.

Com o processo da Gestão Compartilhada, Regulamentada pela Lei nº 4.036, de 25 de outubro de 2007, (DODF n º 207, de 26 de outubro de 2007), a qual destaca que a gestão compartilhada nas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal será exercida conforme o disposto no art. 206, VI, da Constituição Federal, nos arts. 3° VIII, e 14 da LDB, e no art. 222 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Visa a atingir os objetivos explícitos naquela legislação, são eleitos pela comunidade escolar para assumir a gestão da escola no período de 2008 a 2011, Maria das Graças G. N. Barreto, diretora; Jason Batista da Silva, Vice-diretor; os quais foram empossados em 07 de janeiro de 2008.

A partir do ano de 2008 a direção é formada por Maria das Graças G. N. Barreto – diretora; Jason Batista da Silva – vice-diretor; Agda Neide V. Tomaz – supervisora pedagógica; Florisval Fernandes – supervisor administrativo. No ano de 2009 foi realizado um referendo envolvendo a comunidade escolar e demais funcionários da instituição para avaliar os dois anos de trabalho da atual equipe gestora, tendo como resultado a permanência da equipe para de 2010/2011. Entretanto, no início de 2011 a escola passou a ter 01 (um) supervisor, ficando a Agda Neide V. Tomaz na função. O vice diretor Jason Batista da Silva, passou a ocupar a função de pedagogo, e Florisval Fernandes da Silva, passou a ocupar a vice direção.

No mês de maio de 2012 a supervisora Agda Neide V. Tomaz, deixa a função, e dias depois a diretora Maria das Graças Goulart Neves Barreto, renunciou ao cargo, permanecendo a equipe gestora com apenas o vice diretor Florisval Fernandes da Silva. No dia 28 de maio, assume a direção Valmir Suares Pereira, sendo nomeado conforme DODF nº 107, de 01 de junho de 2012.

Com o processo de Gestão Democrática, regulamentado pela Lei nº 4.751 de 07 de

fevereiro de 2012 e Portaria nº 98 de 27 de junho de 2012, no dia 22 de agosto de 2012 foi realizada eleições diretas com a participação de toda comunidade escolar para escolha da equipe gestora para o pleito setembro/2012 a dezembro/2013. Atendendo todas as normas da legislação vigente foram eleitos a chapa única composta por Valmir Suares Pereira – diretor, e Florisval Fernandes da Silva – vice diretor, sendo nomeados conforme DODF nº 183, do dia 10 de setembro de 2012. No mesmo pleito foi realizada a eleição para o Conselho Escolar, ficando assim composta: Léia Rodrigues de Almeida Monteiro, Gorete das Graças Sousa Araújo e Kênya Patricia Zagne – Segmento Carreira Magistério, João Maria de Lima, e Terezinha da Costa Tavares – Segmento Carreira Assistência à Educação, Eurenildes de Oliveira Rodrigues, e Narciso Moreira Raposo – Segmento pais, mães ou responsáveis. No período de maio a 13 de novembro de 2012, o cargo de supervisor ficou vago, sendo ocupado por Marinalva Martins Lopes, a partir de 14 de novembro de 2012, conforme DODF nº 232. No ano de 2013 regulamentado pela Lei nº 4.751 de 07 de fevereiro de 2012 foi realizada eleições diretas com a participação de toda comunidade escolar para escolha da equipe gestora para o pleito 2014 a 2016. Atendendo todas as normas da legislação vigente foram eleitos a chapa única composta por Valmir Suares Pereira – diretor, e Patricia Amaro Pignata – vice diretor, sendo nomeados conforme DODF nº 001, do dia 02 de janeiro de 2014. No mesmo pleito foi realizada a eleição para o Conselho Escolar, ficando assim composta: Gorete das Graças Sousa Araújo e Kênya Patricia Zagne – Segmento Carreira Magistério, João Maria de Lima, e Terezinha da Costa Tavares – Segmento Carreira Assistência à Educação, Eurenildes de Oliveira Rodrigues, e Narciso Moreira Raposo – Segmento pais, mães ou responsáveis.

No ano de 2015 o Diretor Valmir renuncia ao cargo, sendo formada uma nova chapa de equipe gestora composta pela Diretora: Patrícia Amaro Pignata, Vice-diretora: Luana Geraldo da Cruz e Supervisora: Léia Rodrigues de Almeida Monteiro. Sendo realizada no mês de setembro do mesmo ano a eleição para o Conselho Escolar sendo eleitos para a Presidência do Conselho Escolar: Gorete das Graças Sousa Araújo, do segmento magistério, para Vice-Presidente: Patrícia Andrade Soares, do segmento pais e para o cargo de secretária: Sulyane Raiane de Brito Rodrigues, do segmento magistério. Sendo os mesmos empossados no dia 15 de janeiro de 2016 para o mandato até dezembro de 2016.

No processo de remanejamento de 2015, a vice-diretora Luana ocupa uma carência no quadro de professores da Escola Paraná, sendo exonerada do cargo de vice-diretora no dia 14 de abril de 2016, passando Léia Rodrigues de Almeida Monteiro a assumir o cardo de vice-diretora e Sulyane Raiane de Brito Rodrigues a assumir o cargo de supervisora. Em 2017, a partir do dia 02/01/2017, através de eleições Diretas – Gestão democrática - Diretora: Patrícia Amaro Pignata, Vice-diretora: Léia Rodrigues de Almeida Monteiro nomeados conforme DODF nº 01 de 02 de janeiro de 2017 e nomeação da supervisora Ana Paula de Jesus Assunção, de acordo com DODF nº 26 de 06 de fevereiro de 2017.

No mês de julho de 2017, ocorreram eleições para o Conselho escolar, para o período de três anos, iniciando em 02/08/2017 a 31/07/2020, ficando assim a nova composição: Segmento Carreira Magistério – Márcia Alves Marinho Gualberto e Maria Josefina Pedroso; Segmento Carreira Assistência a Educação – Maria de Lourdes Mota da Silva; Segmento Pais – Rogério Pereira Lira e Helenir Imaculada Pereira.

Durante esses anos de funcionamento vários secretários fizeram parte do nosso quadro: Weverton de Castro Oliveira, designado pela instrução de 16/09/80 permanecendo até 1983. De 1984 a 1985 assumiu o cargo de secretária Minervina da Silva Castro designada pela instrução de 28/05/85. Em 1986 fica no cargo a secretária Suzana Regina de Carvalho, instrução de 01/08/86. Assume a secretaria em 1987 permanecendo até 1992 Neirion Aristides Mello Campos, instrução de 04/05/87. Gervane Pires Doxa assumiu através da instrução de 05/04/93 permanecendo até fevereiro de 2010, e após essa data assume a secretaria da escola Lindalva Maria Ferreira Charrud, nomeada em 03/02/2010 até a presente data.

Em anos de existência a escola passou por uma reforma no ano de 1996, onde assumiu a obra a firma CONSTRENG, construção e engenharia LTDA. A reforma foi entregue em junho de 1996, tendo como governador Cristovam Buarque e secretário de educação Antonio Ibanêz. A escola hoje funciona nos turnos matutino e vespertino atendendo alunos de Ensino Fundamental/séries iniciais – BIA (1º, 2º e 3º ano) e 4º e 5º ano. No ano de 2005, a escola tornou-

se inclusiva recebendo alunos portadores de necessidades especiais que foram incluídos em classes regulares mediante redução do número de alunos. Fizeram-se necessário devido ao processo de inclusão à realização de adaptações físicas como rampas, banheiros adequados e outros. Em parceria com a Administração Regional e a Coordenação Regional de Ensino conseguimos realizar algumas modificações mais urgentes como a construção da rampa de acesso à escola que é extremamente importante para os alunos cadeirantes. A comunidade escolar também se encontra em processo de adaptação às novas mudanças.

No ano de 2014, foi realizada a substituição de toda rede elétrica, serviço esse executado pela Empresa Mevato. No início de 2016 foi feita a acessibilidade no hall de entrada com a colocação de corrimão na rampa e na escada. No início de 2017, através da CREP foi reformada a caixa de gordura da cantina. No início do ano de 2018 foi realizada a pintura interna e externa de todas as repartições da escola.

DIAGNÓSTICO

A Escola Classe Paraná recebe em suas salas de aula alunos de vários setores da comunidade, dos quais se pode destacar Vila Buritis, Vila Buritis II, III e IV, Setor Tradicional, Estâncias, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Jardim Roriz entre outros.

Em sua maioria, são oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, no qual uma grande parte está inserida em programas assistenciais do governo como o Renda Minha e o Bolsa Família.

A comunidade possui uma diversidade religiosa. Os alunos em sua maioria, ao chegar à escola, demonstram não ter contato com outras fontes de informação culturais e literárias além da televisão e internet.

A participação da família na vida escolar das crianças ainda é fraca, transferindo à escola

as funções de educar, culturalizar e impor limites. Problemas de cunho emocional, social e econômico são marcantes na comunidade os quais tem influenciado o processo ensino-aprendizagem.

Percebe-se que muitas das crianças são filhas de pais separados, ou são criados por avós ou parentes mais próximos como tios. Alguns alunos possuem seus pais presos ou algum parente próximo por envolvimento em assaltos, roubos ou tráfico de drogas.

É notável em algumas crianças problemas de saúde como diabetes ou depressão ou que fazem uso de medicação controlada. Destaca-se ainda, que a escola atende, alunos com necessidades especiais nas turmas regulares onde pode-se destacar as seguintes deficiências:

- Deficiência Intelectual
- Deficiência Física
- Condutas Típicas e Síndromes
- TDAH
- Altas Habilidades
- Deficiência Visual
- DPAC
- DMU
- TGD
- ON

Partes dos alunos especiais incluídos nas classes regulares são provenientes do Centro de Ensino Especial, escolas da rede pública ou da rede particular de ensino e que são acompanhadas por alguma Instituição pública ou privadas as quais se pode citar: Hospital Sarah Kubischek, COMPP, HRAN, Hospital da Criança, Instituto Aprender, Instituto Vida, Casa do Ceará entre outros.

Todos os alunos incluídos possuem adaptação curricular de médio e grande porte, outros casos de suspeita de déficit cognitivo são encaminhados para estudo de caso e realização das adaptações necessárias para auxiliá-los no processo ensino-aprendizagem.

A escola procura acompanhar as mudanças na educação por meio dos cursos oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação, de eventos culturais e busca promover atividades para a arrecadação de fundos para investimento na própria unidade de ensino.

A organização dos horários prevê encontros entre os educadores para planejamentos coletivos e grupos de estudo visando uma melhor qualidade do ensino.

OBJETIVOS

- **GERAL**

Promover estratégias pedagógicas eficazes que favoreçam o desenvolver do processo ensino-aprendizagem do educando na aquisição de habilidades e competências, necessários para sua formação global enquanto ser sociocultural numa abordagem inter-multidisciplinar na perspectiva de escola inclusiva.

- **ESPECÍFICOS**

- Promover eventos que proporcionem e incentivem a participação dos pais na vida escolar de seus filhos.
- Elaborar e aplicar projetos específicos para a biblioteca que incentivem o gosto pela leitura suscitando nos alunos o interesse pela literatura infantil e infanto-juvenil.
- Criar grupos de estudo com os professores para troca de experiências, sugestões de atividades e planejamentos coletivos.
- Elaborar e aplicar projetos específicos para o recreio educando através do lazer, propiciando atividades de assistência ao educando quanto à saúde física, mental e social com vistas à melhoria qualitativa do ensino e a valorização do educando como pessoa.
- Incentivar os profissionais da unidade de ensino a participar de encontros, reuniões, palestras e cursos que possibilitem maior qualificação profissional.
- Oferecer aulas de reforço aos alunos com dificuldades em aprendizagem.
- Oferecer atendimento individualizado aos alunos portadores de necessidades especiais.
- Realizar adaptações curriculares caso necessário.
- Encaminhar, para diagnóstico, alunos que apesar das aulas de reforço e atendimento especializado continuam apresentando dificuldades de aprendizagem.
- Propiciar aos alunos aulas atrativas e dinâmicas.
- Promover passeios educativos no decorrer do ano letivo.
- Elaborar e aplicar projetos com intuito de resgatar valores éticos e morais.
- Viabilizar adaptações físicas como rampas calçadas, e banheiros adequados aos alunos portadores de necessidades especiais.
- Melhorar o nível de aprendizagem dos alunos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, através de ações pedagógicas eficientes combatendo a evasão escolar e a repetência.

- Promover relacionamento escola x comunidade, fortalecendo a participação da família no processo ensino-aprendizagem.
- Assegurar o atendimento adequado aos alunos com necessidades especiais nas classes comuns.
- Realizar a gestão financeira com transparência e ética.
- Garantir a participação do Conselho Escolar no trabalho desenvolvido pela unidade de ensino.
- Promover a Avaliação Institucional.
- Elaborar projetos pedagógicos por área/grupo/ ou em parceria com instituição ou ONG, a fim de assegurar capacitação de pessoal para atendimento aos alunos em atividades de reforço escolar e extraclasse.
- Desenvolver projetos de trabalho que contempla o conhecimento de forma contextualizada, não fragmentada e interdisciplinar abordando os temas Transversais a fim de se discutir as problemáticas sociais e contemporâneas da sociedade atual.
- Nortear à práxis pedagógica com os diversos segmentos da comunidade escolar a partir dos princípios da Ética e da Pluralidade Cultural.
- Refletir acerca das relações socioeconômicas e ambientais, para se tomar decisões adequadas a cada passo, na direção das metas desejadas por todos: o crescimento cultural, a harmonia nas relações, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental.
- Transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados.
- Propor aos alunos o uso das diferentes formas de linguagem verbal a fim de desenvolver a capacidade de atuação construtiva e transformadora.
- Oferecer a criança subsídios para compreender, a dar significado e a fazer a conexão da Matemática com todas as áreas do conhecimento, levando o conhecimento não sistematizado ao encontro do conhecimento acadêmico.
- Valorizar a capacidade lúdica, da flexibilidade, do espírito de investigação como aspectos importantes da experiência artística.

PRINCÍPIOS NORTEADORES:

Aprender é um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e essencialmente de desenvolvimento da capacidade de pensar, julgar e empregar conceitos que conduzam às mudanças de atitudes e de comportamentos...
A educação pode ser definida como a tentativa consciente de promover a aprendizagem de outras pessoas.

Tradicionalmente, a análise desta tentativa centrou-se em torno do ensino direto por parte dos professores. Agora, com a mudança de paradigma educacional, aprender significa ir além da instrução direta e pode ser promovida em ambientes criativos e/ou virtuais de aprendizagem.

EPISTEMOLÓGICOS - A proposta da Escola Classe Paraná está baseada segundo a teoria cognitiva de aprendizagem defendida por Ausubel. De acordo com o Currículo da Educação básica das Escolas públicas do DF “aprendizagens significativas caracterizam-se pelo fato de as novas informações apoiarem-se em conceitos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva da pessoa.” Consideram-se também os princípios piagetianos onde são respeitadas as etapas de desenvolvimento de cada faixa etária. Por meio de uma pedagogia fundamentada no processo de construção do aprendizado pela criança, almeja-se propiciar condições ao educando de construir seu próprio conhecimento.

As atividades têm o objetivo de fazer o aluno pensar, raciocinar, refletir, questionar, criar, permitindo sempre novos desafios e novas experiências buscando sua competência como cidadão.

A complexidade do fenômeno educativo vem impondo a necessidade de interação entre as diferentes áreas do conhecimento tornando a aprendizagem interdisciplinar. E é nesse enfoque da Inter multidisciplinaridade que buscamos planejar nossa práxis pedagógica.

DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS - A visão construtivista veio trazer uma nova relação entre professor, aluno e conhecimento. O aluno torna-se construtor do seu próprio aprendizado, sendo ele o centro do processo. Quem realiza a aprendizagem é o aluno, cabendo ao educador a função de mediador mantendo uma relação interativa com esse aluno e o conhecimento. Para isso o professor cria situações favoráveis e significativas de aprendizagem, tendo a preocupação de observar e levar em conta a bagagem de conhecimentos que o aluno traz.

O professor vai ensinar o aluno aprender a aprender e dominar o saber ser, saber fazer e o saber estar em um mundo planejando situações de aprendizagem que permitam os alunos agirem sobre os objetos e estruturarem seu desenvolvimento cognitivo, na medida em que possam transformá-lo. Assim o educador deve ter o domínio dos conteúdos e utilizar dessa capacidade para criar situações específicas que estimulem a resolução de problemas. Neste sentido, propiciar ao educando um conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações reconhecendo cada indivíduo como parte integrante do universo e de uma sociedade que convive com a supervalorização do conhecimento científico e com a crescente intervenção da tecnologia no dia-a-dia, não é possível pensar na formação de um cidadão crítico à margem do saber científico.

Ao aluno cabe o papel essencialmente ativo onde as atividades sejam baseadas na observação, explicação, comparação, analise e argumentação do problema. É necessário que os alunos participem ativamente da aprendizagem, fazendo perguntas e propondo soluções de problemas.

ÉTICOS - A proposta pedagógica está voltada para proporcionar a comunidade educativa uma vivencia baseada nos valores sociais tais como verdade, sensibilidade, autonomia, competência, socialização e respeito.

Uma tomada de decisão implica necessariamente eleger valores, aceitar ou questionar normas, adotar uma ou outra atitude e essas capacidades pode ser desenvolvido através da aprendizagem. É necessário compreender que normas e valores comportam uma dimensão social e pessoal.

Pensar sobre atitudes, valores e normas leva imediatamente a questões do comportamento, pois é um grande desafio hoje se colocar no lugar do outro, compreender seu ponto de vista e suas motivações ao interpretar suas ações. Isso desenvolve a atitude de solidariedade e a capacidade de conviver com as diferenças, fator muito importante na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, já que os alunos estão conhecendo e construindo seus valores e a sua capacidade de gerir o próprio conhecimento a partir deles em meio a diversidade. Assim a escola irá intervir de forma mais permanente e sistemática no desenvolvimento das atitudes.

Enfatizando os seguintes valores essenciais a formação plena do educando: respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo.

Não esquecendo os Temas Transversais que tratam das questões sociais nas diferentes áreas, assim a escola será um lugar onde os valores morais são pensados, refletidos e não meramente impostos ou frutos do hábito.

ESTÉTICOS - Seguindo esse princípio o professor irá procurar formas de levar os alunos a perceberem as qualidades das formas artísticas. O seu papel é o de aguçar a percepção, incentivando a curiosidade, desafiando o conhecimento prévio, aceitando a aprendizagem

informal que os alunos trazem para a escola e ao mesmo tempo oferecendo outras perspectivas de conhecimento. Assim o professor é responsável por propiciar um clima de trabalho em que a curiosidade, o constante desafio, a qualidade lúdica e a alegria estejam presentes junto com a paciência, a atenção e o esforço necessários para a continuidade do processo de criação artística.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No intuito de apresentar melhor as instalações físicas da escola, fizemos um levantamento acerca dos bens de patrimônio e espaços existentes o qual se segue.

Quanto aos mobiliários existentes na escola, alguns se encontram em estado bastante precário o qual foi solicitado reposição. Destaca-se que, partindo da necessidade de muitos professores por iniciativa própria e recursos próprios adquirirem estantes e armários para serem utilizados em sala de aula.

Alguns de nossos equipamentos como computador, impressora, televisão, vídeo, som, máquina

de xérox e duplicadores a álcool, foram adquiridos através de campanhas como a realização de bazar, rifas, festas, recursos próprios e parte da verba do PDDE e PDAF que são destinadas a material permanente.

Segue abaixo a lista de mobiliários e equipamentos que dispomos na escola:

Discriminação do Material	**Quantidade**
Armários	18
Arquivos	11
Mesas de professor	13
Estantes	05
Carteiras	496
Cadeiras	496
Geladeiras	03
Freezer	01
Fogão de seis bocas	01
Enceradeira	01
Aparelhos de som	02
Computadores	09
Impressoras	06
Televisões	11
Liquidificador Industrial	01
Duplicador eletrônico	01
DVD	11

Microfones	02
Caixa de som	01
Filmadora Digital	01
Retro projetor	02
Tela de Projeção	01
Ventiladores	26

Nosso quadro dispõe de 54 funcionários (cinquenta e quatro) funcionários assim distribuídos:

Função	**Quantidade**
Diretor	01
Vice-Diretor	01
Supervisor	01
Chefe de Secretaria	01
Coordenadores	02
Professor de Sala de Recurso	01
Professor de Sala de Apoio a Aprendizagem	01
Professor em Regência de Classe	22
Agente de Portaria	00
Vigilantes	04
Agente de Conservação e Limpeza	04

Merendeiras	00
Merendeiras - terceirizadas	03
Monitores para Educação Especial	01
Orientador Educacional	00
Pedagogo	01
Educador Social Voluntário	09
Serviço terceirizado de limpeza	05

Os recursos financeiros que dispomos são: APM (Associação de Pais e Mestres) que é um reforço financeiro não obrigatório, o PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira) destinado às despesas de água, luz, telefone e serviços de banda larga, pagamento de pessoas físicas e/ou jurídicas e pequenos reparos na Unidade de Ensino e aquisição de material permanente e o FNDE/PDDE que se destina a compra de materiais pedagógicos em geral e parte destinada também para aquisição de material permanente. Destaca-se ainda, que os recursos captados pela Unidade de Ensino além de implementar o Projeto Político Pedagógico auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho.

Neste sentido, visando à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, a escola busca assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos, avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. Dessa forma, buscar recursos externos para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Esta UE está atendendo no ano de 2018 o quantitativo de 481 (quatrocentos e sessenta e oito) alunos distribuídos entre EF PE:

Modalidades	**Número de Turmas Matutino**	**Número de Turmas Vespertino**
Educação Infantil – 2º Período	00	02
1º Ano (BIA)	01	02

2º Ano (BIA)	03	01
3º Ano (BIA)	02	02
4º Ano	03	02
5º Ano	02	02

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Escola Classe Paraná atende a 02 (duas) modalidades de ensino:

- Educação Infantil - oferecida no 2º período, atendendo crianças de 5 anos.
- Ensino Fundamental/anos iniciais (1º, 2º e 3º Ano do BIA), 4º e 5º Ano.

Oferecemos atendimento em Sala de Recursos que realiza atendimento individual aos alunos portadores de necessidades especiais que estão incluídos nas classes regulares de ensino além de orientação e apoio pedagógico aos professores em sua práxis em sala de aula e orientação e sensibilização da família e de toda a comunidade escolar acerca da inclusão na perspectiva do projeto proposto pela Secretaria de Educação Direito à diversidade – Vivendo a Igualdade em meio às diferenças.

A escola conta também com uma Sala de Apoio à Aprendizagem que é o Polo de Atendimento aos alunos com Transtornos Funcionais Específicos (TDAH, DPAC, Dislexia, Transtorno de conduta, TOD, entre outros) que atende também alunos das seguintes escolas: Escola Classe 01, Escola Classe 03 e Escola Classe 05. De acordo com a portaria Nº 27 de 2016 publicada no DODF nº 33 de 19 de fevereiro de 2016 e com os Referenciais para a Atuação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem da SEDF, o atendimento será ofertado em horário contrário ao de aula duas vezes na semana pelo período de uma hora cada atendimento ou um encontro semanal com duas horas de duração. A composição do Polo será realizada por agrupamentos de no mínimo quatro e no máximo seis estudantes e com no mínimo 15 e no máximo 20 alunos por turno. A matrícula dos estudantes é realizada semestralmente obedecendo a uma lista de prioridades que é feita pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (SEAA) das respectivas escolas. Será garantido o acompanhamento ao estudante por, no mínimo um semestre. Sendo facultada a continuidade no acompanhamento por mais um semestre,

obedecendo a lista de prioridades.

A atual gestão escolar procura promover a integração de toda a equipe escolar, criando um ambiente favorável a estudos e reflexões a fim de enriquecer o trabalho realizado.

Levando em consideração os aspectos transversais e a interdisciplinaridade busca-se refletir e discutir a operacionalização do Currículo Básico. É de nosso interesse desenvolver de acordo com as habilidades e competências previstas pelo Currículo da Educação Básica atividades sócio interacionais como: festas comemorativas, gincanas, feiras e momentos culturais, observando as várias modalidades oferecidas pela escola e adaptando o planejamento diário às diversas realidades.

A propósito disso, busca-se nortear o trabalho pedagógico a ser desenvolvido em âmbito desta Unidade Escolar, Escola Classe Paraná, de acordo com as normas previstas pela LDB e no Projeto Político Pedagógico – Carlos Mota da Secretaria de Estado de Educação.

Neste sentido, elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) por meio da implantação de projetos pedagógicos específicos e projetos interventivos que favoreçam o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, combater a evasão escolar, a defasagem idade/série, buscando oferecer aos educandos subsídios para o desenvolvimento de suas potencialidades torna-se imprescindível para a construção de uma escola democrática.

Assim, o presente Projeto Político Pedagógico considera o aluno como um ser original e criativo, que aprende na vida social e no espaço escolar; que tem potencialidade e necessidade de interagir e de refletir sobre a diversidade do conhecimento humano; que tem direito de ter acesso ao conhecimento na sua complexidade, prática e teórica; que modifica o que sabe constantemente; que participa da construção do saber escolar e que é um produtor de cultura.

Nessa perspectiva, a organização de métodos de ensino parte do diagnóstico feito pelo professor, dos conhecimentos organizados das disciplinas e dos domínios prévios dos alunos. Isso requer do educador o desenvolvimento de uma certa sensibilidade para romper com os estereótipos e pré-modelos veiculados pela sociedade ou mesmo pela comunidade escolar, que padronizam categorias de alunos, seja pela faixa etária, seja pela origem étnica ou sociocultural.

O Currículo da Educação Básica inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos que a concretizam na sala de aula, relacionando princípios e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação.

Destaca-se, ainda, a inclusão dos conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei nº 10.639/2003). Tais conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte, Literatura e História Brasileira.

O Ensino Religioso regulamentado pela Lei 9475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao art. 33 da LDB e, no Distrito Federal, pela Lei nº 2.230, de 31 de dezembro de 1998, compõe a Parte Diversificada do Currículo, sendo obrigatória sua oferta pela instituição educacional e a matrícula facultativa para o aluno. Constitui disciplina dos horários normais das instituições educacionais e é parte integrante da formação básica do cidadão, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Os últimos anos têm visto o florescimento de uma vasta literatura científica, multidisciplinar, que demonstra o incrível poder que os primeiros anos de vida de uma pessoa têm na determinação de uma série de fatores – da saúde à riqueza – de sua idade adulta. À medida que a pesquisa avança, nota-se que a idade para o surgimento de características importantes vá retrocedendo: sabe-se hoje que eventos da vida intrauterina têm impactos que perduram até a morte.

Estudos feitos no Brasil demonstram que alunos que cursaram a pré-escola têm desempenho acadêmico melhor do que aqueles que não a cursaram. Essa diferença persiste por todas as séries, e aparece também em exames padronizados como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Alunos que têm melhor desempenho tendem a gostar mais da escola e, portanto, são menos propensos a abandoná-la. Alunos que cursaram a pré-escola têm maior probabilidade de completar o ensino superior. O impacto positivo vai além da vida escolar e se estende à idade adulta. Um estudo feito no Brasil mostra que aqueles que passaram pela pré-escola têm salário 16% mais alto do que alunos que não a cursaram. Estudos americanos demonstram que a frequência à pré-escola aparece associada à diminuição das taxas de criminalidade.

Na Constituição Brasileira vigente, situa-se no capítulo de ordem social, as normas balizadoras para a concretização do direito fundamental à educação. No bojo constitucional brasileiro consta expressamente previsto que a educação é direito de todos e um dever do Estado, da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Remete-se ao Estado o dever de efetivar o direito à educação mediante a garantia de acesso à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio obrigatório e gratuito perfazendo-lhe o *status* de direito público subjetivo.

Os vigentes marcos legais do direito à educação no Brasil, o art. 208 da CF/1988 estabeleceu as diretrizes e mecanismos que devem ser adotados pelo Estado prevendo, no inciso I, expressamente a universalização da educação básica obrigatória e gratuita, dos quatro aos dezessete anos de idade, igualmente assegurada a mesma oferta para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade apropriada.

O art. 21 da atual LDB de 1996 a educação vista como processo de formação integral do cidadão, compõe-se em educação básica, formada pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Como reforço positivo para melhor viabilizar essa garantia constitucional, a Lei 11.700, de 13 de junho de 2008, acrescentou o inciso X ao *caput* do art. 4º da LDB (Lei9.394/1996) visando assegurar a vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima a sua residência de toda criança a partir de quatro anos de idade.

O PNE, Plano Nacional de Educação que estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da Educação previu universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade

A Secretaria de Educação do Distrito Federal optou por seguir as recomendações do Ministério da Educação quanto à nomenclatura de organização dessa etapa de ensino, conforme quadro a seguir:

EDUCAÇÃO INFANTIL	
Creche	**Educação Infantil**
0 a 3 anos	4 e 5 anos

Educação Infantil – Pré-escola

A educação inicial da criança se dá na família, e também na comunidade e, com o advento do trabalho feminino, cada vez mais cedo, nas escolas. Por isso, as instituições de Educação Infantil

tornam-se mais necessárias, tendo caráter complementar à educação recebida na família. Esse princípio, afirmado tanto na Constituição Federal quanto na LDB , consta do mais importante documento internacional de educação do século XX, a Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien/Tailândia, 1990).

Segundo o Programa Nacional de Educação (PNE) de 2001, a articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. O resultado dessa troca produz efeitos sobre a auto-estima da criança e no seu desenvolvimento. É crucial que a instituição de Educação Infantil respeite e valorize a cultura das diferentes famílias envolvidas no processo educativo.

Baseado nesses parâmetros a Escola Classe Paraná recebe em 2018 o 2º período da pré-escola, duas turmas no período vespertino, visando à construção de um sujeito crítico e de direito. Sem o objetivo de promoção, mas de que o aluno exerça sua autonomia, construindo o conhecimento através de uma proposta lúdica e construtiva. A Escola se dispôs a realizar todas as adaptações necessárias para receber esses alunos dentro de suas possibilidades, visando desenvolver o processo criativo e o potencial do educando.

ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental destina-se à formação da criança e do adolescente, objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto realização e exercício consciente da cidadania plena. Obrigatório a todos, a segunda etapa da Educação Básica supõe o exposto no art. 3° da LDB, no qual estão garantidos os princípios de igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, além da valorização de professores e da gestão democrática do ensino público como garantia de padrão de qualidade. O exercício do direito atende ao fim maior da educação, personalizado no pleno desenvolvimento da

pessoa, seu preparo para exercer a cidadania e para a qualificação para o trabalho (art.22, LDB).

Não se pode deixar de considerar que é durante os primeiros anos de escolarização que o aluno tem a oportunidade de vivenciar experiências significativas de aprendizagem.

Esse aluno adquire experiência e amplia sua estrutura mental e emocional, apropria-se de maneiras novas de pensar e agrega valor ao seu estilo de resolver problemas e compartilhar a afetividade. Além disso, aprende a utilizar estratégias metacognitivas e desenvolve habilidades cada vez mais refinadas ao longo de todo o percurso escolar. Ele se prepara para exercer sua autonomia em direção a tarefas sociais e afetivas que o conduzirão à juventude bem-sucedida e à vida adulta de sucesso. Durante o percurso no Ensino Fundamental, o aluno tem a oportunidade de se conhecer e de conhecer o “outro” em espaços de socialização próprios dessa fase; de fazer escolhas, fortalecer sua autoestima e sua subjetividade, além de manifestar seus desejos e de atendê-los de forma proativa - conquista própria do conhecimento adquirido. Enfim, o que o aluno constrói durante esses anos de escolarização será a expressão de seu talento, de sua criatividade e de sua capacidade de realização.

O Ensino Fundamental, representado pelos milhares de alunos que totalizam a maior parcela das matrículas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, deve ser compreendido como um celeiro de fomento dos novos paradigmas de sucesso e excelência na educação.

Nessa medida, deverá estar também imbuído da busca pela inovação tecnológica e científica, compatíveis com a resolução de problemas e demandas da sociedade contemporânea, por meio do compartilhamento dos princípios de responsabilidade e de flexibilidade teórico metodológicas de ações pedagógicas, favorecendo, assim, o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação dos processos educacionais concretizados na qualidade e no respeito à equidade de direitos e deveres de alunos, professores e gestores da educação.

O momento atual da educação brasileira e, sobretudo do Ensino Fundamental, remete às

grandes transformações sociais e tecnológicas, o que ocasiona mudanças na prática educativa, em virtude da necessidade de oferecer aos alunos uma formação compatível com as demandas do mundo moderno, valorizando habilidades, competências pessoais, conhecimentos e valores para além da aquisição de quantidade de informações.

Esse paradigma fortalece a autonomia do aluno e favorece o desenvolvimento de uma postura empreendedora que dará conta das exigências do mundo globalizado.

A LDB, em seu art. 32, afirma que o Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na instituição educacional pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I . O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II . A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III .O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV .O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Redação dada pela Lei nº. 11.274/2006.)

O entendimento das questões relativas ao acesso à instituição educacional, ao fluxo institucional e à qualidade de ensino ganha relevância quando se enfoca o Ensino Fundamental, considerando que a legislação determina que a oferta dessa etapa de ensino, pelo Estado, é obrigatória.

Cabe ressaltar ainda que, no contexto atual, a oferta de educação com qualidade e equidade é uma prioridade nacional. O MEC lançou, em abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento pela Educação – PDE, que consiste em um conjunto de ações a serem realizadas no curto, médio e longo prazo, por meio de parcerias entre diferentes níveis de governo e da sociedade civil. A finalidade do PDE é construir uma educação de qualidade que garanta, além do acesso à instituição educacional, a efetiva aprendizagem dos alunos. Para tanto, foram fixadas metas de qualidade por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB, que se baseia em indicadores oficiais de fluxo e desempenho.

À luz dos objetivos do milênio e da concepção da educação como direito fundamental, cabe lembrar que se considera um sistema educacional de qualidade, quando todas as crianças e os jovens são atendidos em três perspectivas: estar na instituição educacional, aprender e ser aprovado ao final de cada ano letivo.

Desse modo, o ideal de qualidade em educação, portanto, não se limita ao acesso à

instituição educacional, mas se consolida com a aprendizagem do aluno e sua permanência no sistema de ensino até a conclusão do Ensino Fundamental e, também, do Ensino Médio.

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS.

A ampliação do período de escolaridade obrigatória não é algo novo. Previsto na LDB, tornou-se uma das metas do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2002, e veio assegurar o acesso da criança de 6 anos à escola.

No Distrito Federal, o atendimento a essas crianças já vinha sendo realizado por meio do Programa “Quanto mais cedo melhor”, vigente nas 14 (quatorze) Diretorias Regionais de Ensino. Segundo o Censo Escolar de 2004, tal programa atendeu a 15.506 crianças no 3º período da Educação Infantil, tanto as que eram egressas dessa etapa da Educação Básica, como as oriundas do lar. A partir de 2005, passou a ser absorvido, gradativamente, pelo Ensino

Fundamental de 9 Anos.

Dessa forma, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal iniciou em 2005 a implantação do Ensino Fundamental de 9 Anos nas instituições educacionais vinculadas à Rede Pública de Ensino, tendo como estratégia pedagógica o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, desenvolvido em 3 anos, com crianças a partir de 6 anos de idade, objetivando efetivar a tão sonhada qualidade de ensino para todos. O processo de implantação do Ensino Fundamental de 9 Anos iniciou-se de forma gradativa, tendo sua universalização ocorrida em 2008, em cumprimento à Lei nº 3.483, de 25 de novembro de 2004, publicada no DODF nº 225), ao Decreto 25.619, de 1º de março de 2005, e à Portaria nº. 283/2005. Assim, a educação do Distrito Federal adiantou-se em relação a outras Unidades da Federação, uma vez que o Governo Federal, por meio da Lei nº. 11.114, de 16 de maio de 2005, que altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da LDB, e da Lei nº. 11.274/2006, art.5º, estipulou prazo até 2010 para que seja implantado o Ensino Fundamental de 9 Anos em todo o território nacional.

A oferta de um ensino de qualidade constitui, assim, um processo permanente de orientação de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento socioeconômico e com a prática pedagógica consciente e responsável. As matrículas no Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal apresentam-se em constante evolução, embora de modo pouco equitativo em se tratando da distribuição por Diretoria Regional de Ensino.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal optou por seguir as recomendações do Ministério da Educação quanto à nomenclatura de organização dessa etapa de ensino, conforme quadro a seguir:

<table>
<tr><td colspan="9">ENSINO FUNDAMENTAL</td></tr>
<tr><td colspan="5">ANOS INICIAIS</td><td colspan="4" rowspan="2">ANOS FINAIS</td></tr>
<tr><td colspan="3">1° bloco - BIA</td><td colspan="2">2° bloco</td></tr>
<tr><td>1º ano</td><td>2º ano</td><td>3º ano</td><td>4º ano</td><td>5º ano</td><td>6º ano</td><td>7º ano</td><td>8º ano</td><td>9º ano</td></tr>
<tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
</table>

Os três primeiros anos do Ensino Fundamental integram o Bloco Inicial de Alfabetização, de forma que correspondem, respectivamente, à Etapa I, à Etapa II e à Etapa III do referido bloco. Com duração mínima de nove anos, em regime de ciclo para o período da alfabetização (do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental de 9 Anos – Etapas I, II e III do Bloco Inicial de Alfabetização) e (do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental de 9 Anos), pretende-se que essa etapa de ensino possibilite ao aluno ampliar sua capacidade de aprender, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades, e a formação de atitudes e valores.

A organização curricular do Ensino Fundamental tem como fundamento da prática pedagógica os princípios e valores emanados da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases. O Currículo da Educação Básica da Rede Pública de Ensino propõe flexibilidade e descentralização, reforçando a necessidade de construção de uma identidade coletiva em que as decisões e as responsabilidades sejam compartilhadas em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo como base o respeito aos direitos e deveres de alunos, bem como aos professores e à comunidade escolar.

Em cada etapa da Educação Básica, o currículo aponta para a aquisição de habilidades e competências adequadas ao nível de desenvolvimento e maturidade do educando, considerando

ainda suas experiências e oportunidades vivenciadas na família, na instituição educacional e no meio social em que está inserido.

O estabelecimento “didático” de habilidades e conteúdos em cada fase, longe de funcionar como fator de limitação na aquisição de informações e das aprendizagens significativas, serve como norteador na busca do conhecimento associado aos princípios éticos, às relações sociais e às exigências do mundo do trabalho que fazem da educação o maior desafio e a necessidade mais premente da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, para efetivar o desenvolvimento de competências e habilidades no Ensino Fundamental para além do saber fazer, deve-se adotar um referencial metodológico que dê visibilidade ao currículo e identidade à prática pedagógica reflexiva. Nesse contexto, professores e alunos deve eleger o diálogo como eixo das relações e fundamento do ato de educar.

A integração das Áreas de Conhecimento ao desenvolvimento de Temas Transversais adequados à realidade, como os relacionados a Educação Ambiental, Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Trabalho, Ciência, Tecnologia, Cultura, Empreendedorismo e Serviço Voluntário, propiciam a constituição do saber aliado ao exercício da cidadania plena e a atualização de conhecimentos e valores em uma perspectiva crítica, responsável e contextualizada.

Os conceitos específicos são definidos em cada Área de Conhecimento e recebem tratamento pedagógico em que se valoriza a interdisciplinaridade entre as áreas, e a reflexão e a interação substituem a acumulação de informações. Na parte diversificada, o currículo sugere a realização de projetos e atividades de interesse da comunidade local e/ou regional, integrados à Base Nacional Comum, objetivando ampliar e enriquecer os conhecimentos e os valores trabalhados em sala, respeitando o contexto de cada comunidade escolar.

O aluno, protagonista do ato de aprender, deve ser estimulado, em todos os momentos, a questionar, manifestar ideias, dúvidas e opiniões, enunciar conceitos e descobertas, fazer associações, pesquisar, concluir, entre outras atitudes positivas, para a construção do conhecimento, do desenvolvimento do pensamento crítico e o fortalecimento da autonomia e da solidariedade.

O processo de ensinar-aprender, nas diversas áreas, deve-se desenvolver por meio de projetos interdisciplinares que possibilitem uma visão globalizada e concreta de diferentes temas e que promovam a geração de novos conhecimentos, o fortalecimento de valores, ações e atitudes positivas.

A correlação entre teoria e prática, fundamental para a aprendizagem, intensifica-se na pedagogia de projetos e requer a adoção de estratégias diferenciadas, tais como:

- Manifestações artístico-culturais de naturezas diversas;
- Pesquisas, seminários e grupos de estudo;
- Atividades extraclasse, integradas ao currículo principalmente por meio de visitas e excursões para estudo do meio;
- Participação em promoções, campanhas e outros eventos sociocomunitários;
- Aulas planejadas e desenvolvidas de forma participativa;

Utilização dos laboratórios de ciências e informática em atividades que busquem o conhecimento e estimulem o interesse e a pesquisa científica.

Ressalta-se que as atividades pedagógicas devem ser contextualizadas e considerar as experiências prévias, espontâneas ou aprendidas, manifestadas pelos alunos por meio das diversas linguagens. É imprescindível considerar, além do currículo formal, tudo o que efetivamente ocorre nas salas de aula e na instituição educacional (currículo em ação), envolvendo as relações de convivência e poder entre as partes, sentimentos e experiências não expressos (currículo oculto), pois, para ser bem-sucedida, uma proposta pedagógica depende da atuação responsável, compromissada e participativa de todos os agentes educativos, em situações de envolvimento e cooperação plenos.

Nessa perspectiva, assegurar a todas as crianças um tempo/espaço ressignificado de convivência escolar e oportunidades concretas de aprender requer do professor uma prática educativa fundamentada na existência de sujeitos, como afirma Freire, “um que ensinando, aprende, outro que aprendendo, ensina” (1998, p. 77). É a dialética desse processo que torna a educação uma prática social imprescindível na constituição de sociedades verdadeiramente democráticas.

Em conformidade com a legislação, o Currículo da Educação Básica das instituições educacionais públicas do Distrito Federal foi construído de forma participativa, com base nos PCN e organizado de modo a permitir o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Dentre outros aspectos, o Currículo visa a possibilitar ao educando o desenvolvimento de sua capacidade de compreender o mundo; alargar as suas fronteiras de conhecimento; aprender a ser e a conviver, tornando-se um cidadão por excelência.

Para tanto, é importante ter em mente que o conteúdo nunca é um fim em si mesmo, mas é um veículo, um meio para o aluno aprender a pensar e questionar o próprio conhecimento. Ele é também um meio para que o aluno compreenda que aprender não é reproduzir verdades alheias, mas olhar para o mundo colhendo dados, interpretando-os, transformando-os e tirando conclusões. Somente dessa forma será possível formar cidadãos críticos, competitivos e capacitados para serem agentes transformadores de sua própria vida e da realidade que os cerca.

Sendo assim, a SEDF vem adotando medidas e elaborando projetos voltados para a melhoria da qualidade no Ensino Fundamental. São ações e propostas que estão sendo colocadas em prática de modo articulado e integrado, visando à promoção, a partir da realidade e das potencialidades das instituições educacionais, do desenvolvimento pleno dos alunos da Rede Pública de Ensino.

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

A organização curricular, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enfatiza a assimilação de conceitos, buscando desenvolver habilidades e competências que possibilitem aos alunos prosseguir os estudos (Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2006). Em face dos princípios de interdisciplinaridade e de contextualização que permeiam todo o Currículo da Educação Básica, e da forma de habilitação dos professores para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o tratamento didático-pedagógico dos componentes curriculares será de Atividades, não se justificando preestabelecer número de horas para cada um dos componentes curriculares.

As atividades de cada turma terão a duração diária de 5 horas, sob a responsabilidade de um único professor que cumpre carga horária de 40 horas, incluída a coordenação pedagógica.

BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO

O Bloco Inicial de Alfabetização – BIA tem a dimensão positiva de promover a progressão continuada do processo de aprendizagem, além de possibilitar a organização de um tempo maior e mais flexível para o desenvolvimento das competências que a criança precisa construir. No entanto, a organização do tempo e do espaço escolar não se dá automaticamente com a implantação do BIA, como também não é garantia de qualidade do processo de alfabetização. É preciso, pois, adotar outras medidas e estratégias que promovam o alcance dos objetivos propostos.

Nesse sentido, abriu-se um diálogo com os docentes e a comunidade escolar para suscitar uma reflexão, assim como a incorporação dos pressupostos que regulam toda a estrutura do Bloco

Inicial de Alfabetização, tomando como partida o saber produzido no dia-a-dia de sala de aula para que as posições assumidas possam ser identificadas com maior clareza. A discussão dessas questões no interior da instituição educacional é de suma importância para que as dimensões imprescindíveis à totalidade do processo de alfabetização possam ser construídas no coletivo.

O objetivo geral do BIA é reestruturar o Ensino Fundamental para 9 Anos, garantindo à criança, a partir dos 6 anos de idade, a aquisição da alfabetização/letramento na perspectiva da ludicidade e do seu desenvolvimento global.

Para alcançar os objetivos, esta Proposta baseia-se em princípios teórico metodológicos norteadores de todas as ações na implementação do BIA, os quais se constituem em elementos imprescindíveis ao sucesso do Bloco e deverão ser observados por todos os envolvidos nesse processo de construção (formação continuada dos professores, trabalho coletivo com reagrupamento, desenvolvimento de projeto interventivo, as quatro práticas de alfabetização e a avaliação formativa no processo de ensino e aprendizagem).

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial tem sido definida em nosso país segundo uma perspectiva mais ampla que ultrapassa a simples concepção de atendimento especializado tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos.

Nesse sentido, uma análise de diversas pesquisas brasileiras identifica tendências que evitam considerar a Educação Especial como um subsistema à parte e reforçam o seu caráter interativo na educação geral. Sua ação transversal permeia todos os níveis – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior, bem como as modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

A Educação Especial, no enfoque inclusivista proposto pela LDB, cumpre sua especificidade ao possibilitar aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE) desenvolver suas competências, ultrapassando os limites de sua situação. Incluir ou integrar os alunos, desde a Educação Infantil, nas classes regulares e propiciar-lhes suportes especiais para que superem suas limitações tornam-se objetivos explícitos dessa modalidade. Todas as especificidades da Educação Especial, que sempre fizeram do Distrito Federal um modelo nacional de trabalho exitoso, são enfocadas como instrumentos para conseguir que cada aluno em particular procure se superar e desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em sua situação de vida diária e, também, em situação de trabalho que lhe favoreça resgatar a dignidade de vida e o exercício pleno da sua cidadania.

A LDB, quando, em seu art. 58, estabelece que a Educação Especial será, “preferencialmente”, oferecida na rede regular de ensino, preocupa-se em possibilitar ao aluno com necessidades especiais a oportunidade de convivência normal com os demais alunos, como forma de ampliar suas potencialidades.

O direito a uma vida plena, ao usufruto da cidadania não lhe pode ser negado. À instituição educacional cabe a responsabilidade de fazer valer esse direito; e o Currículo, como instrumento de construção de competências, deve orquestrar as ações para sua total consecução. Para os demais alunos, será também a oportunidade de conviver com as diferenças e aprender a respeitá-las, fortalecendo neles os valores humanos como a solidariedade e a cooperação.

Dominar o currículo além de sua competência específica, para tornar-se o agente mobilizador dos conhecimentos necessários que irão fornecer o suporte pedagógico-metodológico ao professor da classe regular e ao aluno, tende a ser uma das responsabilidades do professor da Educação Especial.

O professor das classes regulares deve estar preparado para atender ao aluno com sua

necessidade especial, auxiliá-lo em seu trabalho de superação das condições limitantes, ajudá-lo a criar uma auto-imagem positiva e uma visão de mundo real e aceitar-se como ser diferente.

Proporcionar ao ANEE atendimentos pedagógicos adequados à sua condição, atendimento educacional compatível à sua necessidade e propiciar-lhe o desenvolvimento de competências e de habilidades, compreende a concretização do direito de todos à Educação Básica, estabelecido pela LDB (art. 58, § 1o).

O atendimento em instituições especializadas é mantido, em conformidade com a LDB (art. 58, § 2o), para alunos cujas condições não lhes possibilitarem a integração ou a inclusão nas classes comuns de ensino regular.

O aluno com necessidades educacionais especiais é aquele que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social. A classificação

As classificações costumam ser adotadas para dar dinamicidade aos procedimentos e facilitar o trabalho educacional, embora isso não atenue os efeitos negativos do seu uso. É importante enfatizar, primeiramente, as necessidades de aprendizagem e as do processo ensino e de aprendizagem.

Nas instituições educacionais comuns, os ANEE são enturmados em classes comuns, turmas de integração inversa e classes especiais. A organização da instituição educacional inclusiva, nesse sentido, deve ter:

- Professores capacitados para a regência de classe e professores especializados em salas de recursos para o atendimento às necessidades especiais do aluno;
- Serviços de Apoio Especializado por professor itinerante;
- Salas de aula em que estejam incluídos alunos com necessidades especiais, de modo a que todos se beneficiem das experiências enriquecedoras promovidas pela diversidade;
- Currículos adaptados às necessidade dos alunos;
- Serviços de apoio pedagógico envolvendo professores especializados em áreas identificadas com as necessidades especiais dos alunos;
- Professor-intérprete de LIBRAS;
- Professor guia-intérprete; professor de linguagens e códigos aplicáveis à deficiência visual, física, mental e ao autismo;
- Salas de recursos;
- Rede de apoio interinstitucional de saúde, trabalho e serviço social;
- Sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula; trabalho de equipe na instituição educacional; constituição de redes de apoio;
- Participação da família e apoio comunitário;
- Currículo aprofundado e enriquecido para atendimento aos alunos com altas habilidades, bem como aceleração de aprendizagem.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal adota a política de que os serviços de apoio especializado devem respaldar-se nos regimentos escolares e nas propostas pedagógicas das instituições educacionais.

De acordo com as orientações emanadas desta Secretaria, adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- O que o aluno deve aprender;
- Como e quando aprender;
- Que formas de organização de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- Como e quando avaliar.

Essas adaptações não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou

uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Realizam-se em três níveis:

- No âmbito da proposta pedagógica;
- No currículo desenvolvido na sala de aula;
- No nível individual.

Os professores das classes especiais podem, em conjunto com uma turma compatível com a idade e a série dos alunos, desenvolverem projeto de integração e articulação das atividades pedagógicas, em que os alunos da classe comum participem das atividades na classe especial e vice-versa. As atividades pedagógicas serão definidas a partir dos interesses e das necessidades dos alunos, priorizando a parte diversificada do currículo – Educação Artística, Educação Física, Ensino Religioso e atividades culturais. Considerando a perspectiva de inclusão educacional, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal orienta que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam atendidos prioritariamente na classe comum.

Somente nos casos em que o aluno necessitar de um atendimento diferenciado ao oferecido na classe comum, em decorrência de dificuldades de comunicação ou socialização, é que serão mantidas e/ou abertas classes especiais em caráter temporário e transitório.

As turmas de integração inversa são classes diferenciadas, constituídas por alunos com e sem necessidades especiais ainda não indicados para a inclusão total, previstas para alunos com deficiência mental, física e auditiva e para aqueles que apresentam condutas típicas de síndromes. Essas classes são de caráter transitório, para apoiar o processo de socialização, alfabetização e aquisição de comportamentos.

O Centro de Ensino Especial (CEE), no Distrito Federal, constitui uma das possibilidades de atendimento em Educação Especial e define-se como uma instituição especializada de atendimento educacional aos ANEE, sendo realizado por professores qualificados, que utilizam o currículo funcional, o da Educação Infantil, o do Ensino Fundamental – Séries Iniciais e o de Educação de Jovens e Adultos (1° Segmento) adaptados.

O CEE oferece, ainda, atendimento especializado nos Programas de Oficinas Pedagógicas, Educação Precoce e Atendimento Complementar, destinado aos alunos que estão incluídos em classes especiais e comuns no ensino regular. Dessa forma, o CEE apresenta-se como mediador e articulador das discussões pedagógicas entre os profissionais da Educação Especial e da instituição educacional comum, tornando-se um espaço de troca de experiências, conhecimento e formação continuada.

São atendidos, no Distrito Federal, nos Centros de Ensino Especial:

- Alunos que não possuam indicação imediata para a inclusão nas classes comuns ou a integração nas classes especiais ou nas classes de integração inversa do ensino regular, por motivos relacionados às suas particularidades, considerando o processo avaliativo;
- Alunos com deficiência(s) severa(s) – mental ou múltipla – cujo atendimento requeira currículo especial;
- Crianças do Programa de Educação Precoce (de zero a três anos e onze meses), até que o sistema de ensino disponha de creches ou Centros de Educação Infantil;
- Integrantes do Programa de Reabilitação;
- Alunos com condutas típicas de síndromes, quando as gravidades do quadro clínico ou de suas manifestações de conduta não permitam sua permanência ou imediata inclusão na rede regular de ensino.

O tempo de permanência de atendimento dos alunos no CEE é estabelecido pela equipe pedagógica da instituição educacional em parceira com a Equipe de Apoio à Aprendizagem, levando-se em consideração a orientação da Resolução n° 1/2005 – CEDF, no Capítulo IV, art. 37, § 2°:

- A alunos com idade superior a dezoito anos com graves comprometimentos mentais e/ou múltiplos, matriculados nos Centros de Ensino Especial, deverá ser proporcionado um

currículo funcional para atender às suas necessidades individuais.

A oferta desse atendimento far-se-á por meio de programação específica, sob orientação da Equipe de Apoio à Aprendizagem, e poderá ocorrer em dias e horários alternados, respeitando as condições de saúde física e mental dos educandos.

A proposta pedagógica da instituição educacional, como ponto de referência para definir a prática escolar, deve contemplar a operacionalização do currículo como um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, considerando os seguintes aspectos: a atitude favorável da instituição educacional para diversificar e flexibilizar o processo de ensino e de aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos; a identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação; a adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, ao invés de uniformes e homogeneizados; a flexibilidade da organização e do funcionamento da instituição educacional, para atender à demanda diversificada dos alunos; a necessidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros não convencionais, para favorecer o processo educacional.

As adaptações curriculares constituem as possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize, quando necessário, para tornar o currículo apropriado às peculiaridades dos ANEE, tornando-o dinâmico, alterável, passível de ampliação, a fim de que atenda realmente a todos os educandos.

As adaptações curriculares não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Realizam-se em três níveis:

No âmbito da proposta pedagógica: As adaptações curriculares no nível da proposta pedagógica devem focalizar, principalmente, a organização da instituição educacional e os serviços de apoio; devem propiciar condições estruturais para que possam ocorrer no nível da sala de aula e no nível individual, caso seja necessária uma programação específica para o aluno.

No currículo desenvolvido na sala de aula: As medidas adaptativas desse nível são realizadas pelo professor e destinam-se, principalmente, à programação das atividades da sala de aula. Focalizam a organização e os procedimentos didático-pedagógicos e destacam o como fazer, a organização temporal dos componentes curriculares e a coordenação das atividades docentes, de modo a favorecer a efetiva participação e integração do aluno bem como a sua aprendizagem.

No nível individual: As modalidades adaptativas, nesse nível, focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento do aluno. Compete ao professor o papel principal na definição do nível de competência curricular do educando, bem como na identificação dos fatores que interferem no processo de ensino e de aprendizagem.

As adaptações têm o currículo regular como referências básicas, adotam formas progressivas de adequá-lo, norteando a organização do trabalho de acordo com as necessidades do aluno.

As adaptações de acesso ao currículo correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor e seu preparo para trabalhar com os alunos. São definidas como alterações ou recursos especiais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar o desenvolvimento do currículo escolar pelos ANEE.

As seguintes medidas constituem adaptações de acesso ao currículo:

- Criar condições físicas, ambientais e materiais para o aluno na sua instituição educacional de atendimento;
- Propiciar os melhores níveis de comunicação e interação com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar;
- Favorecer a participação nas atividades escolares;
- Propiciar o mobiliário específico necessário;
- Fornecer ou atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários;
- Adaptar materiais de uso comum em sala de aula;

- Adotar sistemas de comunicação alternativos para os alunos impedidos de comunicação oral (no processo de ensino e de aprendizagem e na avaliação).

As adaptações nos elementos curriculares focalizam as formas de ensinar e avaliar, bem como as competências e habilidades a serem desenvolvidas, considerando a temporalidade, os conteúdos e os objetivos. São definidas como alterações realizadas nas competências, habilidades, procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos.

A maior parte das adaptações curriculares realizadas na instituição educacional é considerada de pequeno porte porque constituem modificações menores no currículo e são facilmente realizadas pelo professor no planejamento das atividades docentes, e constituem pequenos ajustes no contexto de sala de aula.

CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR

Grande parte de alunos com defasagem idade-série decorre de reprovações sucessivas, daí ser imprescindível mudança na instituição educacional, na prática pedagógica do professor, na maneira de olhar o aluno como um sujeito capaz de construir seu conhecimento sob a mediação de quem, verdadeiramente, zela por seu sucesso escolar, assegurando a promoção da aprendizagem efetiva. Dessa forma é que se poderão impedir a necessidade de se criar programas voltados a corrigir distorções que, em muitos casos, estão relacionadas a uma metodologia deficitária.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal adota uma política de correção de fluxo com o objetivo de minimizar as distorções idade-série, o que contribui para a permanência do aluno na instituição educacional.

Contudo, a partir das considerações até aqui realizadas, baseadas na Proposta Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação, destaca-se que a Educação no Distrito Federal, adequada á Lei n. 9.394/96, às Diretrizes Curriculares Nacionais, aos Parâmetros Curriculares Nacionais e à Resolução n. 02/98 do Conselho de Educação do Distrito Federal, dispõe de instrumento norteador atualizado e compatível com as exigências que o mundo, em processo de globalização e transformação, impõe à sociedade que necessita de novas condições, de novos instrumentos e de novos parâmetros e valores para modificar-se e aprimorar-se.

AVALIAÇÃO

Segundo Mendez (2002), “(...) o professor aprende para conhecer e para melhorar a prática docente em sua complexidade, bem como para colaborar na aprendizagem do aluno, conhecendo as dificuldades que deve superar, o modo de resolvê-las e as estratégias que coloca em funcionamento”.(p.14)

De acordo com o currículo de Educação Básica (2000), “aprendizagens significativas consistem em resolver situações e, em alguns casos, criar, reinventar soluções. Nesse contexto de aprendizagem, as concepções de avaliação relacionam-se com concepções de ensino e de aprendizagem e, também, concepções das relações sociais que se estabelecem no cotidiano das salas de aula”. (p. 197)

Dessa forma, “o processo de avaliação abrange todas as facetas do ato de educar, entendendo-se por avaliação um processo mais amplo do que a simples aferição de conhecimentos constituídos pelos alunos em um determinado momento de sua trajetória escolar. Deve ser

considerado tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender como produto alcançado." (Idem)

Assim, a avaliação desse trabalho, toma-se por base que, segundo Zabala (1998), o processo avaliativo possui fases, dividido em três momentos que são indissociáveis:

1ª Fase Inicial – consiste o que cada aluno sabe, sabe fazer e é, o que pode chegar, a saber, saber fazer ou ser, e como aprendê-lo.

2ª Fase Reguladora – analisa o como cada aluno aprende ao longo dos processos de ensino e aprendizagem e como se adapta as novas situações que surgem.

3ª Fase Final – refere-se aos resultados obtidos e os conhecimentos adquiridos.

Para Fernandes (2001:32) "a avaliação é um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas." Para a autora, avaliar exige inúmeras observações e envolve vários sujeitos para que se obtenha uma clara definição de um objeto de avaliação, suas características e particularidades.

É relevante considerar duas formas de avaliação necessárias para se garantir a eficácia do trabalho desenvolvido no ambiente escolar, ou seja, a Avaliação Institucional e a Avaliação Educacional.

A primeira refere-se à avaliação da instituição escolar. Está centrada em processos, relações, decisões e resultados das ações da instituição escolar ou do sistema educacional como um todo.

A segunda destina-se à avaliação da aprendizagem, ou seja, do desempenho individual do corpo discente da unidade escolar. É a avaliação de currículo. Está voltado para o processo ensino-aprendizagem e nos fatores que interferem em seu desenvolvimento.

Neste sentido, a avaliação educacional da Escola Classe Paraná será norteado por meio da aplicação de uma atividade avaliativa elaborado pelo corpo docente, coordenação e equipe gestora, de forma global e interdisciplinar, de acordo com habilidades e competências descritas pelo Currículo, a ser aplicado no início do primeiro semestre do ano letivo e ao final de cada bimestre para se analisar a produção individual de cada criança para o levantamento de intervenções necessárias para favorecer o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

Assim sendo, torna-se necessária a aplicação do teste diagnóstico nos primeiros dias do ano letivo, de forma individual para o Bloco de Iniciação a Alfabetização – BIA, atendendo cada aluno em horário previamente marcado, com a finalidade de classifica-lo de acordo com o nível da psicogênese para melhor intervenção do professor no desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Para o 4º e 5º ano o teste diagnóstico inicial será aplicado em sala de aula no coletivo abrangendo língua portuguesa e matemática, com a finalidade sondar o conhecimento prévio de cada aluno.

Destaca-se ainda, que para garantir a eficácia do trabalho pedagógico torna-se necessário após a aplicação do teste diagnóstico da psicogênese realizar reunião com todos os pais para apresentação dos resultados.

A escola realizará avaliação conjunta de cada ação pedagógica na busca de corrigir as falhas e elaborar novas estratégias que garantam a aprendizagem de nossos alunos. Assim, realizar um Conselho de Classe participativo e garantir a atuação do Conselho Escolar na práxis pedagógica desenvolvida pela instituição escolar fortalecerá os objetivos propostos a serem alcançados no decorrer do ano letivo.

No que se refere à avaliação institucional será utilizado o instrumento de questionário a ser aplicado nos diversos segmentos da comunidade escolar e setores administrativos e pedagógicos da unidade de ensino para analisar o desempenho profissional e ético e os pontos que necessitam de intervenção para melhorar e garantir um trabalho de qualidade dentro e fora do ambiente escolar.

Entretanto, no que diz respeito a Proposta Pedagógica desta Unidade de Ensino, seu processo avaliativo se dará bimestralmente a partir dos resultados alcançados, negativos ou positivos, a serem levantados nos conselhos de classe e em reunião com o Conselho Escolar a fim de levantar as estratégias e intervenções necessárias para as devidas adaptações.

Contudo, a realização de reuniões com os diferentes segmentos da instituição educacional faz-se necessário para traçar estratégias para o aprimoramento do trabalho pedagógico e administrativo da unidade escolar.

PLANOS DE AÇÃO 2018

Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) –

Pedagoga: Gorete das Graças Sousa Araújo - Matrícula: 300.999-8

Objetivo Geral

Promover, incentivar e melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem através de encaminhamentos de alunos para atendimento de demandas institucionais em atendimento às queixas previstas no PAIQUE, implementação e concretização das ações previstas para: Projeto Interventivo Específico ao BIA, Reagrupamento para Quartos e Quintos Anos, Oficinas Pedagógicas e Intervenções Preventivas e Institucionais.

Objetivos Específicos

- Analisar as características da instituição, através de mapeamento institucional, conhecendo e refletindo a realidade do espaço físico, localização, quadro funcional, modalidade de ensino, turmas, turnos, entre outras
- Construir um espaço de interlocução, assessorando o trabalho coletivo: Projeto Interventivo Específico ao BIA, através das às oficinas de psicomotricidade, alfabetização e raciocínio lógico-matemático; Reagrupamento para Quartos e Quintos Anos em todas as disciplinas, visando oportunizar a promoção da melhoria do processo ensino-aprendizagem, contribuindo para diminuição das queixas escolares.
- Atuar na Unidade de Ensino numa perspectiva institucional preventiva e interventiva, promovendo a integração escola x família x comunidade.
- Trabalhar com projetos bimestrais em sala de aula, visando atender as necessidades dos alunos e professores tais como: valores, autoestima, higiene e concepção da vida. Através de palestras, dinâmicas, vídeos e músicas.

Ações

- Reuniões coletivas em parceria com a Orientadora Educacional; coordenadoras, professora da Sala de Recursos, gestores e assistente pedagógica, destinadas para momentos de estudo, reflexão, discussões, troca de experiências, dinâmicas de grupo, vivências, oficinas, etc.; entrevistas; questionários; conversa informal; participação ativa na elaboração da proposta pedagógica; planejamento, operacionalização e avaliação das ações; conselhos de classe; observações em todos os contextos educacionais; análise da produção dos alunos; suporte na elaboração de adequações curriculares.

- Realização de atendimento aos alunos encaminhados, que estão no terceiro nível do PAIQUE e as demais queixas encaminhadas pelo corpo docente, através das oficinas do Projeto Interventivo, que estão sendo realizadas pelos profissionais supracitados; atendimento coletivo e individualizado a professores, pais e alunos; continuidade às palestras, vivências, reuniões, etc. em parceria com a equipe pedagógica, a equipe gestora, professora da Sala de Recursos e Orientadora Educacional.

Público Alvo

Pedagoga, professores regentes, coordenadores, gestores, assistente pedagógica; pedagoga; Orientadora Educacional, professora da Sala de Recursos e demais servidores.

Avaliação

Será processual e contínua, realizada por todos os envolvidos.

PLANOS DE AÇÃO 2018

Sala de Recursos Generalista

Professora de Sala de Recurso: Iêda Nunes dos Santos

Objetivo: Promover a inclusão de a Alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais de forma significativa por meios de Atendimentos Educacional Especializado.

Público Alvo: Alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs).

Justificativa: De acordo com diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o atendimento Educacional Especializado será de natureza pedagógica conduzido por professor especializado.

O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimine as barreiras para plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades especiais. E deve ser realizado preferencialmente no turno inverso ao da classe comum na própria instituição educacional.

Estratégia:

*Proporcionar ao estudante o conhecimento de seu corpo, levando-o a usá-lo como instrumento de expressão consciente, na busca de sua independência e na satisfação de suas necessidades;

*Operacionalizar as complementações curriculares especificas necessárias à educação dos estudantes com deficiência física, no que se refere ao manejo de materiais adaptados e à escrita alternativa, quando necessário; às vivências de mobilidade e de acesso aos espaços da instituição educacional e às atividades da vida diária que envolvam a rotina escolar, dentre outras;

* Introduzir o estudante no aprendizado da informática acessível, identificando o melhor recurso da tecnologia assistiva que atenda às suas necessidades, considerando a sua habilidade física e sensorial atual, bem como capacitá-la para o uso independente do computador;

*Adaptador material pedagógico (jogos, livros de histórias) com a simbologia gráfica e construir pranchas de comunicação temáticas para cada atividade, com o objetivo de proporcionar a apropriação e o aprendizado do uso do recurso de comunicação e a ampliação de vocabulário de

símbolos gráficos;

*Identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda às necessidades dos estudantes, de acordo com sua habilidade física e sensorial atual e que promova sua aprendizagem por meio da informática acessível;

*Ampliar o repertório comunicativo do estudante, por meio de atividades curriculares e de diária;

*Fundamentar o trabalho na adaptação do ambiente por meio de sua organização, facilitando a compreensão da criança em relação à sala de aula;

*Orientar os professores regentes para organizar contexto educativo que favoreça a atenção e a concentração dos estudantes nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

*Organizar os materiais que serão utilizados, para que o estudante compreenda o que necessita fazer;

*Organizar uma rotina diária previsível e adequada para cada estudante;

*Identificar a sala de recursos de modo que o estudante possa se dirigir sozinho ao local de atendimento;

*Começar com tarefas curtas e utilizar-se de pouco material, para, gradativamente, proceder ao aumento de sua complexidade, de modo a proporcionar a necessária segurança emocional;

*Identificar a existência de fatores desencadeantes de problemas de comportamento;

*Incentivar a comunicação do estudante, colocando à sua disposição mecanismo que lhe possibilitem pedir o auxílio que necessitar.

* Dinamizar os atendimentos e conteúdos de forma lúdica;

*Participar dos projetos da escola;

*Valorizar suas potencialidades e autonomia;

*Melhorar oralidade;

*Incentivar o uso da leitura, usando leituras diversificadas, letra de música, receitas culinárias, história em quadrinhos, literatura infantil, poemas, leitura informativa, trava línguas, cantigas de rodas, dramatizações e informações de uso do computador.

*Promover interação social;

*Trabalhar psicomotricidade;

*Promover consciência de sustentabilidade (meio ambiente) e se identificar através de leitura de mundo como parte do meio;

*Trabalhar jogos de raciocínio lógico matemático blocos de encaixe, quebra cabeça e jogos de alfabetização;

*Trabalhar em sintonia entre comunidade escolar, familiar e em parcerias com profissionais da saúde e toda comunidade;

*Valorizar o uso da música como instrumento capaz de proporcionar estímulos que potencializa a aprendizagem, favorece a concentração atenção, raciocínio lógico, lateralidade, equilíbrio e autoestima.

Cronograma: Durante o ano letivo de 2018

Recursos:

*Livros literários, jogos de memória, dominós;

*Jogos de alfabetização, alfabeto móvel, blocos de encaixe, quebra cabeça;

*Gibis, receitas culinárias, jornais, revistas e tabloides;

*Computadores com acesso à internet, softwares educacionais, impressora;

*Aparelho de som;

*Sucatas;

*Colas, tintas guache, papéis brancos e coloridos, lápis de cor, caderno brochura;

*tesouras adaptadas;

*Prancha de comunicação alternativa;

*Plano inclinado;

*Vasos terra, adubo e sementes

*Fantasias para as dramatizações.

Avaliação: Será continua e formativa, observando comportamento e desempenho dos alunos montando portifólio de atividades.

Referências bibliográficas:

- Orientação pedagógica da Educação Especial do Distrito Federal;
- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Inclusão Educacional (MEC.SEESP,2008);
- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Declaração de Salamanca;
- Convenção de Guatemala;
- Convenção da ONU;
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988;
- Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB);
- Estatuto da criança e do adolescente (ECA).

PLANOS DE AÇÃO 2018

BIBLIOTECA

Público Alvo

Alunos e professores.

Justificativa

Sabendo que o brasileiro pouco lê, é necessário criar elementos para mudar está triste verdade. É através das sementes (crianças) que podemos plantar um futuro mais vivo e concreto e por que não começar em nossa escola? Porem este projeto visa desde as sementes até as arvores (comunidade escolar). E um dos ambientes mais propícios para o início deste plantio é a biblioteca que muitas vezes é lembrada somente como um lugar de pesquisa, sendo que a mesma reserva um mundo de fantasias que começa desde a capa do livro, remetendo-nos a incríveis passeios pelo imaginário, transportando-nos ao mundo dos sonhos, que são decifrados entre as linhas das histórias e mediante a magia dos autores, permitindo-se buscar a magia das palavras e vive-las.

Período de realização

Durante todo ano letivo em vigência

Objetivos

- Exercitar a imaginação e a fantasia através da leitura e historias;
- Vivenciar emoções por meio da leitura;
- Participar de situações favoráveis a pratica e a socialização da leitura;
- Expressar oralmente opiniões e críticas;
- Ouvir e produzir outras versões de uma mesma história ou fato;
- Interagir em diferentes situações de comunicação oral;
- Identificar características especifica dos contos de fadas;
- Identificar valores presentes em conto, como: fraternidade, persistência, bondade, lealdade, solidariedade, humildade, justiça amor...
- Contar e recontar história observando a sequência lógica;
- Reconhecer a importância da literatura;
- Representação por meio de dramatizações a história lida e ou ouvida;
- Demonstrar sentimentos e emoções surgidos em contato com a literatura infantil por meio de trabalhos artísticos;
- Desenvolver a imaginação criadora;
- Criar novas histórias e confeccionar livrinhos;
- Utilizar a sacola de leitura para que em família possa-se criar um ambiente favorável para a hora do conto
- Utilizar a ficha literária.

-

Criar, organizar e executar um cronograma semanal de visita a biblioteca, onde todas as turmas da escola em seu determinado horário terão acesso ao espaço com o intuito de escolher uma obra literária. O aluno poderá levar o livro para casa e ficará com o mesmo uma semana, o qual será trabalho em casa juntamente com a família e em sala de aula pelo professor. Fazendo da leitura um habito constante e inserindo esse momento na rotina escolar.

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA

A Escola Paraná atende alunos do ensino fundamental nos turnos matutino e vespertino. Este estabelecimento de ensino tem como um dos objetivos contribuir para o fortalecimento de uma cultura de respeito, paz e tolerância.

É sabido, infelizmente, que em Planaltina a violência cresce significativamente e quase sempre os atos violentos estão relacionados com o uso ou tráfico de drogas. Certos de que a Educação é um instrumento eficaz para promover a transformação dessa triste realidade, a Escola Classe Paraná percebe a necessidade de realizar atividades que favoreçam a prevenção ao uso de drogas e a violência, devido a eficácia do projeto **PROERD** observada ao longo dos anos em que este vem sendo desenvolvido nesta instituição, havendo a diminuição da violência entre os alunos. Por este motivo, torna-se extremamente relevante a parceria entre escola e o Programa **PROERD** (Programa Educacional de Resistência as Drogas e Violência) para que os alunos possam ter contato com informações que oportunizem a formação de cidadãos mais conscientes e mais capazes de fazerem as melhores escolhas.

OBJETIVOS

Gerais:

- Prevenir o uso de drogas lícitas e ilícitas;
- Conscientizar os alunos acerca da cidadania.

Específicos:

- Aprender alternativas positivas ao combate do uso de drogas;
- Aprender técnicas de como ser seguro;
- Reduzir a violência;
- Desenvolver a autoestima;
- Dificultar o aumento no número de gangues;

- Dificultar o acesso e o uso de drogas.

PÚBLICO ALVO

Alunos do 5º ano do ensino fundamental. No total de 115 alunos nos dois turnos.

METODOLOGIA

Com o início da aplicação do Projeto PROERD, feita por um policial militar habilitado, a escola fornece espaço físico, material didático e o apoio dos docentes, coordenadores e diretores.

O programa consiste em dez aulas em uma ação conjunta entre instrutor do projeto, professores, estudantes, pais e comunidade. Por meio de vídeos, aulas expositivas, dinâmicas em grupo, produção de textos, paródias, músicas e aproveitando a realidade e vivência dos alunos, as informações vão sendo transmitidas de modo que os estudantes possam reconhecer as pressões e influências diárias relacionadas ao uso de drogas e a relação existente entre violência e drogas.

A culminância do projeto ocorre ao final das dez aulas quando os estudantes participam de uma cerimônia de formatura em que há a entrega do Diploma. Nessa cerimônia acontecem apresentações musicais, peças teatrais, exposições de textos elaborados ao longo das aulas pelos alunos.

Todos os envolvidos com o projeto como: pais, professores, coordenadores, diretores, comunidade e alunos participam da formatura.

A escola disponibiliza espaço físico das salas de aula bem como pátio e biblioteca. Fornece material didático, papéis, tinta, aparelhagem de som, data show, microfone, televisão e DVD. Os professores também participam fornecendo apoio e suporte necessários.

AVALIAÇÃO:

Diferentes instrumentos avaliativos são usados ao longo das dez aulas. Observa-se a participação, a qualidade dos textos elaborados bem como as paródias e as peças teatrais. Os professores acompanham o instrutor do Proerd e aproveitam os assuntos discutidos durante as aulas para trabalharem, posteriormente, de forma contextualizada e interdisciplinar em sala de aula no decorrer do ano.

A. **BIBLIOGRAFIA**

ABRAMOVAY, Mírian e CASTRO, Mary Garcia. **Drogas nas escolas:** Brasília: UNESCO, Rede Pitágoras, 2005.

http://porta.mj.gov.br/data/Pages/MJD0D73EAFPTBRNN.htm

PROJETOS PEDAGÓGICOS ESPECÍFICOS

CERRADO, DESBRAVAR PARA PRESERVAR

INTRODUÇÃO

Nos anos anteriores desenvolvemos um trabalho acerca de despertar leitores capazes de entender, respeitar e valorizar diferentes contextos, envolvendo nossos educandos no fantástico mundo de leitura. Este ano em uma nova roupagem, porém com adjetivos semelhantes, buscamos formar leitores capazes de fazer uma leitura eficaz de sua sociedade, de seu mundo, despertando um perfil pesquisador, conhecendo a comunidade, a região e seus problemas ambientais (por mapas, vídeos, textos informativos e saídas de campo) coletando dados e levando ao conhecimento da comunidade local.

Visamos um trabalho prático e diferenciado além das paredes da sala de aula, proporcionando a construção de um conhecimento importante ao seu papel como cidadão.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Levar os educandos à aquisição de novos conhecimentos relativos a preservação dos recursos hídricos, a fauna e flora da Região Centro Oeste, e sua essencial importância à manutenção da vida.
- Proporcionar o conhecimento e a conscientização acerca do meio ambiente, desenvolvendo a construção de atitudes para a preservação e sustentabilidade, como exercício da cidadania.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver habilidades importantes e inerentes a preservação ambiental;
- Conhecer os recursos hídricos, fauna e flora da Região Centro-Oeste;
- Despertar um perfil de pesquisador em nossos educandos;
- Fazer levantamento de dados importantes a resolução de problemas ambientais locais;
- Apoiar iniciativas de cunho ambiental com fins socioeducativos como o tampa mania;
- Detectar problemas ambientais na comunidade local apontando soluções;
- Tornar-se multiplicador da aprendizagem na escola, família e na comunidade;
- Identificar na natureza as diferenças regionais;
- Reconhecer algumas espécies da fauna e da flora da Região Centro Oeste;
- Destacar espécies em extinção em nossa região;
- Conhecer os recursos hídricos da nossa região;
- Conscientizar que a água é um recurso esgotável, percebendo a importância como um elemento indispensável a vida;
- Compreender que as atitudes do cotidiano influenciam diretamente na preservação e degradação do meio ambiente;
- Desenvolver uma consciência de cidadania, bem como respeito e conservação do meio ambiente, especialmente o cerrado;
- Estimular um olhar crítico e simultâneo sobre o bioma Cerrado e as riquezas que encontramos.

JUSTIFICATIVA

É fato real que perante as conjunturas que vem sofrendo nosso planeta, a mídia vem ressaltando a importância do racionamento e preservação dos recursos naturais. Tais notícias fazem hoje, parte do nosso cotidiano.

A cada ano intensificamos nosso trabalho nas instituições escolares, levando aos educandos informações necessárias a preservação de recursos naturais essenciais a vida. Muitos desses

conhecimentos, já incorporados pelos educandos (fechar bem as torneiras, tomar banhos rápidos, utilizar copo ao escovar os dentes e etc.), não são acompanhados de atitudes e os mesmos só sentem o efeito da devastação dos recursos naturais com a falta de água nas torneiras de suas casas.

Com isso a Escola Classe Paraná, propõe um trabalho de pesquisa e conhecimento afim de mostrarmos as belezas e riquezas da nossa região despertando em nossos educandos o encantamento necessário, para que tenhamos atitudes diárias para proteção dos recursos hídricos, da fauna e flora da nossa região.

“Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música não começaria com partituras, notas e pautas. Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria sobre os instrumentos que fazem a música. Aí, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria que lhe ensinasse o mistério...”

Rubem Alves

PÚBLICO ALVO

2°período da Educação Infantil e 1ª fase do Ensino Fundamental

METODOLOGIA

Visando um aprendizado prático, criativo, dinâmico, formativo e informativo, com base nos Pilares da Educação” ;.....

Construiremos atividades a serem desenvolvidas no período de mais ou menos sete meses, inseridas em um quadro de pesquisa facilitando a construção do aprendizado.

- Produzir brinquedos com materiais recicláveis;
- Trabalhar o uso das lixeiras seletivas;
- Produzir livros, através das atividades realizadas em sala de aula e atividades pedagógicas extraclasse;
- Confeccionar cartazes, jornais informativos sobra a temática em discussão;
- Saída de campo Jardim Botânico, para as turmas de 4º e 5º anos;
- Construir maquetes, destacando a fauna, a flora e os recursos hídricos da região;
- Desenvolver textos ilustrativos com desenho ou fatos das atividades em campo;
- Montar gráficos e tabelas com dados obtidos em pesquisas na família e na comunidade local;
- Classificar os animais da região Centro-Oeste;
- Saída ao zoológico com monitoramento, enfatizando a fauna nativa;
- Visitar a Estação Ecológica de Águas Emendadas, conhecer seus rios e afluentes e a bacias hidrográficas que os mesmos compõem;
- Levar os alunos a conhecerem a região Centro-Oeste, localização, aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais;
- Receitas típicas;
- Confecção de animais com uso de pratos destacáveis;
- Confecção do ipê amarelo;
- Glossário com as frutas do Cerrado (Alfabeto);
- Saída de campo visita ao museu do Parque Nacional de Brasília (Água mineral);
- Vídeos, filmes e slides com informações sobre músicas regionais;
- Palestras com temas relacionados ao tema abordado no projeto;
- Produção de vídeos e fotos da realização dos trabalhos.

DESENVOLVIMENTO

Todos os anos pensamos em como vamos proporcionar um ensino diferenciado a nossos alunos, de que maneira levaremos o conhecimento de forma criativa. Há tempos engessamos nossa prática com projetos, este ano buscamos ensinar além de conhecimentos acadêmicos utilizados para os anos seguintes, mais informações para a vida.

O projeto foi pensado por todo grupo pedagógico desta instituição e estruturado pela supervisão e coordenação da mesma, com isso será apresentado ao grupo dia 11/04, a fim de participa-los o formato final do trabalho que iniciou-se com o ano letivo.

Ao término do mês de abril faremos a abertura do projeto com nossos alunos com a seguinte programação.

- Peça teatral;
- Imagem de lugares da região Centro oeste;
- Imagem de animais nativos da região, e animais extintos pela caça e queimadas;
- Apresentação de uma dança típica; (catira)
- Diálogo de como nossa atitude pode influenciar no meio ambiente;

Cada ano irá trabalhar um tema especifico relacionado com a região, como o quadro a seguir;

Ano	**Professor(a)**	**Conteúdo**
Educação Infantil 2º Período "A" e "B"	Vanus Maria Aparecida	
1º ano "A"		Frutos Plantas Animais do cerrado
1º ano "B" 1º ano "C"		
2º ano "A" 2º ano "B" 2º ano "C"		
2º ano "D"		

3º ano “A” 3º ano “B” 3º ano “C” 3º ano “D”	Maria Josefina ▪ ▪ ▪	▪
4º ano “A” 4º ano ”B” 4º ano “C”		Características Física Economia da região
4º ano “D”		
4º ano “E”		
5º ano “A” 5º ano “B”		
5º ano “C” 5º ano “D”		Hidrografia da Região Centro-Oeste

Cada professor desenvolverá seu tema de acordo com os níveis de sua turma, e utilizando os tópicos prognosticados no procedimento.

O projeto aqui descrito, como já colocado anteriormente terá um caráter prático, prevendo saídas para pesquisas de campo conforme cronograma abaixo;

Local	**Data**	**Período**	**Tumas**

Jardim Botânico	17/04	Matutino/ Vespertino	Professores
	22/06	Matutino	4º anos A, B e C
	24/06	Matutino	5 ° anos A e B
	25/06	Matutino	5° anos C e D
	26/06	Matutino	4° anos D e E
Jardim Zoológico	Junho	Matutino	Todas as turmas
Estação Ecológica das Águas Emendadas	A definir	Matutino	4° e 5° ano
Museu da Água Mineral	A definir	Matutino/ Vespertino	Todas as turmas

Cada turma irá expor suas descobertas ao final do mês de outubro.

EXEMPLOS DE LIVROS PARA SE TRABALHAR EM SALA.

- Quarta-feira de Jonas;
- Pai, o que é sustentabilidade?;
- Chapeuzinho Vermelho e o lobo Guará;
- A histórias do Planeta Azul;
- Acabou a água.

RECURSOS

- Mudas de diferentes tipos de plantas;
- Folhas brancas;
- Emborrachados diversas cores;
- Sucatas;
- Livros diversos;
- Adubo;
- Ferramentas para jardinagem;
- Fantasias;
- Fantoches;
- Transporte;
- Datashow;
- Televisão;
- Aparelho de som;
- Aparelho para DVD

DURAÇÃO DO PROJETO

O mesmo terá duração de 8 meses, de abril a novembro.

AVALIAÇÃO

A avaliação será feita no decorrer do desenvolvimento do projeto durante o ano, através da realização das atividades previstas. Montagem das exposições e realização das apresentações.

Projeto Educação Infantil

Aprender, Brincar e Criar

Introdução

A CRE Planaltina nos enviou a proposta da Plenarinha para o corrente ano, “O Universo do Brincar”. Diante disso desenvolvemos o projeto a fim de proporcionar as nossas crianças da Educação Infantil um aprendizado, prático, significativo e inesquecível.

(...) Criar na criança uma nova forma de desejos. Ensina-a desejar relacionando seus desejos a um eu fictício, ao seu papel na brincadeira e suas regras. Dessa maneira as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo; aquisição que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade. (Vygotsky, 1964, p. 114).

Justificativa

Hoje, as crianças possuem oportunidades inimagináveis que a trinta anos aquelas Bete pausinho, pique pega, jamais sonhariam, no entanto diante dessas novas oportunidades muito vem se perdendo, estamos em volta de crianças que não sabem brincar, criar e imaginar; crianças estáticas a frente de um computador, celular ou televisão, crianças que reproduzem o que aprendem diante desses aparelhos, onde sua companhia para brincar se encontra do outro lado da tela.

A fim de proporcionar um resgate cultural através de um aprendizado diferenciado e dinâmico, montamos este projeto com intuito de aprender a brincar, criar, fazer amigos e levar a família a participar mais ativamente do pequeno universo infantil e principalmente despertá-las de seu importante papel para que este universo se construa e se solidifique de forma eficaz na formação de cidadãos criativos, dinâmicos e confiantes.

Objetivo Geral

Desenvolver através do lúdico a construção de habilidades e competências que despertem a autoconfiança e criatividade.

Objetivos Específicos

- Conscientizar a família do seu importante papel na formação da criança;

- Trazer a família a participar ativamente das atividades desenvolvidas na escola;

- Proporcionar atividades e ambiente que despertem a criatividade e autonomia nos alunos;

- Analisar e compreender o processo de reciclagem e sua importância preservação ambiental;

- Identificar matérias recicláveis necessários a confecção de brinquedos;

- Classificar, comparar diferentes objetos e sua reutilização.

Procedimentos

- Fazer uma pesquisa com a família analisando o tempo disponível de cada uma.

- Assistir vídeos da turma da Mónica “Um plano para salvar o planeta”.

- Conversa informal sobre o filme.

- As turmas durante a realização das atividades serão divididas em 6 grupos com 4 crianças.

- A família será convidada a participar das atividades em sala e atividades extraclasse.

- Recolher garrafas pets.

- Confeccionar brinquedos e jogos educativos a fim de resgatar brincadeiras antigas, conscientizando as crianças sobre a importância da reciclagem.

- Contação de histórias como:

  - O papel que queria ser barquinho.

  - A menina que não gostava de dividir.

  - Uma breve história dos brinquedos.

  - As coisas que a gente fala “Ruty Rocha”.

  - O leão E o rato.

- Passar o desenho Toy Story.

- Analisar os brinquedos que aparecem no desenho.

- Brincadeiras de roda com a participação da família.

Público Alvo

Crianças da Educação Infantil – 5 Anos.

Avaliação

Será durante todo processo de desenvolvimento do projeto.

EDUCAÇÃO PARA VIDA

JUSTIFICATIVA

Educar! Tarefa das mais difíceis! Como se preparar na vida e para a vida? Todo ser humano tem suas crenças e com base nelas seus pensamentos e sentimentos, que culminam nas atitudes.

Acredita-se numa sociedade mais humana e justa, sem preconceitos, em que os cidadãos atuem compromissados com o bem comum.

A escola se tornaria vazia e ineficiente se omitisse de resgatar certos valores "adormecidos" na consciência humana. Por esse motivo, torna-se essencial refletir o mundo atual, fortalecer e renovar as "crenças", inserindo no processo educacional valores que possibilitem a formação integral de nossos alunos.

DURAÇÃO

Durante todo o ano letivo (Foco principal na semana conforme calendário escolar).

CLIENTELA

Alunos da Pré- Escola 1º ao 5º Ano;

Comunidade escolar (professores, servidores e pais).

OBJETIVOS

- Manter o compromisso com a filosofia de nossa escola;

- Propiciar o desenvolvimento de virtudes indispensáveis à formação humana;

Intensificar o trabalho de *valores*, consciente do papel social da escola, de modo a oportunizar as reflexões e atitudes que visam ao bem-estar dos cidadãos e o fortalecimento da autonomia dos homens.

PROCEDIMENTOS

- Os valores a serem trabalhados deverão atravessar as áreas de conhecimento. O professor deverá estar atento aos melhores momentos para tratar deste assunto. Poderão ser ocasiões imprevistas – como uma notícia no jornal ou uma briga no recreio, que mobilizem os alunos – ou ocasiões criadas pela sensibilidade do professor.
- Algumas atividades escritas referentes ao tema trabalhado estarão disponibilizadas na sala dos professores a cada 15 dias. As mesmas poderão ser trabalhadas pelo professor em sala de aula.
- Selecionar canções coerentes com as temáticas em voga.
- Organizar murais sobre os valores a serem abordados quinzenalmente.
- Incentivar e proporcionar a leitura e a produção de textos com o valor em questão.
- Realizar junto a este projeto a escolha dos mensageiros da paz. Alunos que serão escolhidos em cada turma (nos momentos de recreação, recreio e dentro de sala) na busca por uma escola de paz.
- Realizar no momento de entrada dos alunos (no pátio), duas vezes por semana, a reflexão do valor trabalhado, através de uma história rápida, da letra de uma canção ou de um vídeo passado no telão.
- Realizar dinâmicas de grupos em sala de aula, que favoreçam essas reflexões (ver sugestões).
- Na semana de educação para a vida realizar palestras para a comunidade escolar;
- Realizar caminhada pelas ruas da cidade visando o resgate dos valores e contra a violência.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os valores acima mencionados não foram escolhidos por mero acaso, mas por meio da pesquisa realizada pela escola, a qual possibilitou um levantamento dos anseios dos pais em relação ao que gostariam que fosse trabalhado com seus filhos e sugestões dos professores quanto à necessidade vista dentro do ambiente escolar.

HINO BRASILEIRO

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar o significado cultural do Hino Nacional Brasileiro;

PÚBLICO ALVO: toda a escola

DESENVOLVIMENTO:

- Encontros semanais no pátio para celebrar o momento do hino brasileiro e também reflexões sobre ele e sua importância.

- Atividades em sala sobre o Hino Brasileiro;

SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA:

OBJETIVO GERAL: Conscientizar sobre o uso racional da água.

PÚBLICO ALVO: toda a escola.

DESENVOLVIMENTO:

- Vídeos educativos sobre água para ser exibido em sala de aula;

- Apresentação com fantoches: O último pingo d'água.

SEMANA DE EDUCAÇÃO PARA VIDA:

OBJETIVO GERAL: Conscientização e reflexão sobre a relação do homem com o meio ambiente com o Tema "Eu amo... Eu cuido."

PÚBLICO ALVO: comunidade escolar.

DESENVOLVIMENTO:

- Vídeos educativos sobre o meio ambiente: exibido em sala de aula e na sala de informática.

- Atividades referentes a esse tema em sala de aula.

- Comemoramos a Semana de Educação para a Vida com apresentações de palestras, peças teatrais e músicas com os seguintes temas:

Meio Ambiente – Sustentabilidade, Prevenção de Doenças, Importância da Familia, Cidadania, Práticas Integrativas em Saúde, entre outros, conforme folder em anexo.

Projeto	Mês
Hino brasileiro	Todo o ano

Semana de conscientização do Uso Sustentável da água	Março
Semana de Educação para a Vida	Maio
Festa Junina	Junho
Festa da criança	Outubro
Culminância do Projeto Cerrado: desbravar para preservar	Novembro

Obs.: Plano de Ação/2018 elaborado a partir dos documentos que norteiam o trabalho do pedagogo-orientador do DF: Orientação Pedagógica/2017 da SEDF; Regimento Interno da SEDF/2017;

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, M. & PAULA, R. **Projeto escola viva – garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial, 2000.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília, MEC/SEF/SEESP, 1999.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Educação básica do Distrito Federal.** Brasília: SEDF, 2000.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do DF.** Brasília: SEDF, 2008.

_____. Saberes e práticas da Inclusão; dificuldade de Comunicação e Sinalização: Surdo cegueira/Múltipla deficiência Sensorial – 2ª ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2003.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo *et al.* **Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola?** Brasília: CONSED, mod. IX, 2001.

_____. LEI Nº 4.036 de 25 de OUTUBRO DE 2007. (Autoria do Projeto: Poder Executivo). Publicado do DODF n. 207 de 26/10/2007, p. 1/4.

Projeto Político Pedagógico

2018

ESCOLA CLASSE PARANÁ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2018

PLANALTINA-DF, ABRIL DE 2018.

SUMÁRIO

1. Apresentação 04
2. Introdução 05
3. Identificação 06
4. Missão 07
5. Histórico da Instituição 08
6. Diagnóstico 13
7. Objetivos 15
8. Princípios Norteadores 17
9. Organização Administrativa 20
10. Organização Curricular 23
11. Avaliação 42
12. Planos de Ação 45
13. Projetos Pedagógicos Específicos ..... .59
14. Bibliografia 67

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico ora apresentado busca uma maior proximidade entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, na perspectiva de auxiliar o fazer pedagógico na busca de oferecer subsídios para a formação global da criança em seus aspectos cognitivo e sociocultural.

Em linhas gerais, a Escola Classe Paraná busca nortear suas práxis pedagógica a fim de oferecer um ensino de qualidade que atenda as exigências atuais do mundo contemporâneo e vá ao encontro com a proposta apresentada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito

Federal na busca de um trabalho eficiente para formação de cidadãos capazes de atuarem de forma ativa no meio em que vivem.

Neste sentido, conhecer a realidade da comunidade na qual a escola está inserida, os anseios da família dos participantes, os ideais dos profissionais envolvidos e, principalmente, a visão de mundo do principal sujeito envolvido nesse processo ensino-aprendizagem, o aluno, são fundamentais para a organização de uma proposta pedagógica que atenda as peculiaridades existentes.

Para tanto, apresentamos neste Projeto Político Pedagógico um diagnóstico da situação atual, os objetivos e princípios norteadores estabelecidos para o ano letivo (2018), a adequação do currículo a nossa realidade e os principais projetos a serem efetivados. Enfim, trata-se de um Projeto que norteia o processo educativo de forma flexível.

INTRODUÇÃO

A Escola Classe Paraná prima pela qualidade da educação e, busca em conjunto com os profissionais que nela atuam oferecer um atendimento de qualidade com o intuito de favorecer o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos.

Interagir seus profissionais desde a equipe docente, equipe gestora, auxiliares de educação e, principalmente, inserir a família nesse processo de ensino-aprendizagem por meio dos diferentes projetos a serem desenvolvidos tem sido uma busca constante desta Unidade de Ensino.

A propósito, cabe destacar que no âmbito socioeducacional, instituições são ambientes em que sujeitos buscam sua formação de forma intensiva e sistêmica, por meio de saberes, trocas e relações de mediação. Assim, de acordo com as diretrizes emanadas da Constituição Federal e da LDB vigentes, descritos pelo Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal destaca-se que:

- A Educação possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso de suas potencialidades; constitui um direito inalienável do homem em qualquer idade e capacita-o a alcançar o exercício pleno da cidadania;

- O sistema educacional proporciona recursos e meios que atendam às necessidades educacionais de todos os alunos, de modo a oportunizar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, garantindo: educabilidade de todos os seres humanos; direito à equidade, igualdade de oportunidades educacionais independente dos comprometimentos que possam apresentar; respeito à dignidade humana; direito à liberdade de aprender e expressar-se; e direito de ser diferente; entre outros.

Contudo, atendeu-se na Escola Classe Paraná alunos do Ensino Fundamental/Séries Iniciais – 1º Ciclo do currículo em Movimento, Bloco 1 (BIA – Bloco de Iniciação a Alfabetização – 1º ao 3º ano) e Bloco 2 (4º e 5º ano) implantado esse ano. Contamos, também com o 2º Período da Educação Infantil.

IDENTIFICAÇÃO

- Nome: Escola Classe Paraná

- Endereço: EQ 1/2 lote H Área Especial SRL

- Telefone: (61) 3901-7760 **Fax:** (61) 3901-7760

- Correio eletrônico: ecparana2015@gmail.com

- Sítio na Internet: www.se.df.gov.br

- Localização: Planaltina-DF

- Regional de Ensino: Coordenação Regional de Planaltina

- **Equipe Gestora:**

- Diretora: Patrícia Amaro Pignata

- Vice-Diretora: Léia Rodrigues de Almeida Monteiro

- Supervisora: Ana Paula de Jesus Assunção

- Secretária: Lindalva Maria Ferreira Charrud

- Coordenadores Pedagógicos:

- Magna de Sousa Ribeiro

- Valmir Suares Pereira

- Data de criação: 05 de abril de 1978

-Autorização: Port. 43 de 19/08/1981 SEC/DF

- Reconhecimento: Port. 43 de 19/08/1981 SEC/DF

- Turno de funcionamento: Diurno

- Nível de ensino ofertado: Educação Infantil e Ensino Fundamental/Séries Iniciais

- Modalidades de ensino:

1. Educação Infantil – 2º Período
2. Ensino Fundamental/Séries Iniciais – 1º ao 5º ano.

MISSÃO

A Escola Classe Paraná tem como missão a formação global do cidadão, despertando sua consciência crítica, a compreensão da cidadania como participação social e política e sua atuação no meio que o cerca a partir de articulações com várias áreas do conhecimento, sendo capaz de resolver problemas do cotidiano numa perspectiva de escola inclusiva.

Neste sentido, almeja-se proporcionar aos alunos um ambiente favorável à aprendizagem que valorize a troca de experiências e a riqueza cultural de situações vivenciadas fora do contexto escolar de forma significativa favorecendo o desenvolvimento de habilidades e competências previstas no Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal de forma contextualizada e multidisciplinar.

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Esta escola foi construída pela Premence Engenharia, ocupando uma área de 1.368,80 m^2 e entregue à comunidade no dia 05 de abril de 1978, sendo governador do Distrito Federal Elmo Serejo Farias e Secretário de Educação e Cultura Wladimir do Amaral Murtinho.

Suas atividades tiveram início no mesmo ano de sua entrega, atendendo a alunos de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental. A escola funcionava como anexo da Escola Classe 03, por ainda não ter diretora.

Em 1980 assume o cargo de diretora Maria Emília Ribeiro de Siqueira, designada pela instrução de 30/10/80, permaneceu no cargo até dezembro de 1982. Em janeiro de 1983 a professora Dirce Roquete Mourão é designada pela instrução de 07/02/83 e permanece até março de 1984 quando passa o cargo para Orizete Otaviana Marra da Silva, a qual era candidata única. A mesma permaneceu até janeiro de 1987. Através da instrução de 19/03/87 foi indicado o professor José Ricardo Oriente para assumir o cargo. O mesmo se afastou em janeiro de 1988, deixando a professora Lídia Francisca de Freitas Rodrigues como diretora substituta. Retornou em 1989 para concorrer a diretor na eleição direta, onde também foi candidato único. José Ricardo Oriente, permaneceu no cargo até dezembro de 1991. Em janeiro de 1992 assume o cargo de diretora Maria de Fátima Nascimento de Castro, através do decreto de 28/01/92, ficando até dezembro de 1994. No início de 1994 foram criados os cargos de vice-diretora e assistente, ambos os cargos comissionados, a professora Lídia Francisca de Freitas Rodrigues assumiu o cargo de vice-diretora e a professora Maria da Natividade Dutra assumiu o cargo de assistente.

Em 1995 assume a direção da escola Lídia Francisca de Freitas Rodrigues, a qual já ocupava o cargo de vice-diretora anteriormente. Em dezembro deste mesmo ano aconteceu à primeira eleição direta para Conselho Escolar, onde foram escolhidos 02 (dois) representantes de cada segmento. Segmento pai/mãe/responsável Miriam Ribeiro Pereira de Lima, Maria da Soledade Nascimento Ferreira; Segmento Carreira Magistério Público do DF Lerimar Alencar Ximenes e Naura Herbenha Pereira; Segmento aluno Juarez Fernandes da Silva e Cláudio Tomás de Gusmão; Segmento Carreira Assistência à Educação Selva de Souza Rodrigues e Marlene Alves Vieira. A diretora permaneceu no cargo até dezembro de 1997. Em 1997 a escola passou por outro processo de eleição direta, onde foram escolhidos membros para formar uma comissão eleitoral local. Tivemos candidatos únicos para os cargos de diretor e vice-diretor, assumiu o cargo para um mandato de dois anos (1998/1999) Vânia Lúcia de Almeida Ramos – diretora, Lídia Francisca de Freitas Rodrigues – vice-diretora e Márcia Alves Marinho Gualberto - Assistente. Em 2000, através de nomeação feita pelo governador Joaquim Domingos Roriz, assume a direção Lídia Francisca de Freitas Rodrigues, deixando o cargo alguns meses depois

para sua vice-diretora Laureana Rodrigues Gomes Dourado. A direção ficou formada com Laureana Rodrigues Gomes – diretora, Maria José Mendonça – Vice-diretora, Fernanda Célia Alves e Maria das Graças Goulart Neves Barreto – Assistentes. Em 2001, assumem a direção Maria das Graças Goulart Neves Barreto – diretora, Sonia Luiz Souza – Vice-diretora, Maria Josefina Pedroso e Fernanda Célia Alves, assistentes, também nomeadas pelo então governador. Em 2002, substitui a assistente Fernanda Célia à professora Leda Lopes da Silva Esteves. Em 2003, a direção é composta por Maria das Graças Goulart Neves Barreto – diretora, Ilza Ana do Nascimento Amâncio – vice-diretora, Adriana Fernandes e Cleonice Barreto da Silva – Assistentes. No ano de 2004 a escola deixa de funcionar no turno noturno – supletivo reduzindo o número de assistentes. Assumem a direção em 2004 e 2005, Maria das Graças Goulart Neves Barreto - diretora, Ilza Ana do Nascimento Amâncio – vice-diretora e Cleonice Barreto da Silva – assistente. No ano de 2006, a direção passa a ser composta por Maria das graças G. N Barreto, diretora; Ilza Ana do Nascimento Amâncio, Vice-diretora; Jason Batista da Silva, Encarregado de direção. Entretanto, no segundo semestre do ano letivo de 2007, assume a vice-direção Jason Batista da Silva e Agda Neide Vieira Tomaz, como Encarregada.

Com o processo da Gestão Compartilhada, Regulamentada pela Lei nº 4.036, de 25 de outubro de 2007, (DODF n º 207, de 26 de outubro de 2007), a qual destaca que a gestão compartilhada nas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal será exercida conforme o disposto no art. 206, VI, da Constituição Federal, nos arts. 3° VIII, e 14 da LDB, e no art. 222 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Visa a atingir os objetivos explícitos naquela legislação, são eleitos pela comunidade escolar para assumir a gestão da escola no período de 2008 a 2011, Maria das Graças G. N. Barreto, diretora; Jason Batista da Silva, Vice-diretor; os quais foram empossados em 07 de janeiro de 2008.

A partir do ano de 2008 a direção é formada por Maria das Graças G. N. Barreto – diretora; Jason Batista da Silva – vice-diretor; Agda Neide V. Tomaz – supervisora pedagógica; Florisval Fernandes – supervisor administrativo. No ano de 2009 foi realizado um referendo envolvendo a comunidade escolar e demais funcionários da instituição para avaliar os dois anos de trabalho da atual equipe gestora, tendo como resultado a permanência da equipe para de 2010/2011. Entretanto, no início de 2011 a escola passou a ter 01 (um) supervisor, ficando a Agda Neide V. Tomaz na função. O vice diretor Jason Batista da Silva, passou a ocupar a função de pedagogo, e Florisval Fernandes da Silva, passou a ocupar a vice direção.

No mês de maio de 2012 a supervisora Agda Neide V. Tomaz, deixa a função, e dias depois a diretora Maria das Graças Goulart Neves Barreto, renunciou ao cargo, permanecendo a equipe gestora com apenas o vice diretor Florisval Fernandes da Silva. No dia 28 de maio, assume a direção Valmir Suares Pereira, sendo nomeado conforme DODF nº 107, de 01 de junho de 2012.

Com o processo de Gestão Democrática, regulamentado pela Lei nº 4.751 de 07 de fevereiro de 2012 e Portaria nº 98 de 27 de junho de 2012, no dia 22 de agosto de 2012 foi realizada eleições diretas com a participação de toda comunidade escolar para escolha da equipe gestora para o pleito setembro/2012 a dezembro/2013. Atendendo todas as normas da legislação vigente foram eleitos a chapa única composta por Valmir Suares Pereira – diretor, e Florisval Fernandes da Silva – vice diretor, sendo nomeados conforme DODF nº 183, do dia 10 de setembro de 2012. No mesmo pleito foi realizada a eleição para o Conselho Escolar, ficando assim composta: Léia Rodrigues de Almeida Monteiro, Gorete das Graças Sousa Araújo e Kênya Patricia Zagne – Segmento Carreira Magistério, João Maria de Lima, e Terezinha da Costa Tavares – Segmento Carreira Assistência à Educação, Eurenildes de Oliveira Rodrigues, e Narciso Moreira Raposo – Segmento pais, mães ou responsáveis. No período de maio a 13 de novembro de 2012, o cargo de supervisor ficou vago, sendo ocupado por Marinalva Martins Lopes, a partir de 14 de novembro de 2012, conforme DODF nº 232. No ano de 2013 regulamentado pela Lei nº 4.751 de 07 de fevereiro de 2012 foi realizada eleições diretas com a participação de toda comunidade escolar para escolha da equipe gestora para o pleito 2014 a 2016. Atendendo todas as normas da legislação vigente foram eleitos a chapa única composta por Valmir Suares Pereira – diretor, e Patricia Amaro Pignata – vice diretor, sendo nomeados conforme DODF nº 001, do dia 02 de janeiro de 2014. No mesmo pleito foi realizada a eleição para o Conselho Escolar, ficando assim composta: Gorete das Graças Sousa Araújo e Kênya Patricia Zagne – Segmento Carreira Magistério, João Maria de Lima, e Terezinha da Costa

Tavares – Segmento Carreira Assistência à Educação, Eurenildes de Oliveira Rodrigues, e Narciso Moreira Raposo – Segmento pais, mães ou responsáveis.

No ano de 2015 o Diretor Valmir renuncia ao cargo, sendo formada uma nova chapa de equipe gestora composta pela Diretora: Patrícia Amaro Pignata, Vice-diretora: Luana Geraldo da Cruz e Supervisora: Léia Rodrigues de Almeida Monteiro. Sendo realizada no mês de setembro do mesmo ano a eleição para o Conselho Escolar sendo eleitos para a Presidência do Conselho Escolar: Gorete das Graças Sousa Araújo, do segmento magistério, para Vice-Presidente: Patrícia Andrade Soares, do segmento pais e para o cargo de secretária: Sulyane Raiane de Brito Rodrigues, do segmento magistério. Sendo os mesmos empossados no dia 15 de janeiro de 2016 para o mandato até dezembro de 2016.

No processo de remanejamento de 2015, a vice-diretora Luana ocupa uma carência no quadro de professores da Escola Paraná, sendo exonerada do cargo de vice-diretora no dia 14 de abril de 2016, passando Léia Rodrigues de Almeida Monteiro a assumir o cardo de vice-diretora e Sulyane Raiane de Brito Rodrigues a assumir o cargo de supervisora. Em 2017, a partir do dia 02/01/2017, através de eleições Diretas – Gestão democrática - Diretora: Patrícia Amaro Pignata, Vice-diretora: Léia Rodrigues de Almeida Monteiro nomeados conforme DODF nº 01 de 02 de janeiro de 2017 e nomeação da supervisora Ana Paula de Jesus Assunção, de acordo com DODF nº 26 de 06 de fevereiro de 2017.

No mês de julho de 2017, ocorreram eleições para o Conselho escolar, para o período de três anos, iniciando em 02/08/2017 a 31/07/2020, ficando assim a nova composição: Segmento Carreira Magistério – Márcia Alves Marinho Gualberto e Maria Josefina Pedroso; Segmento Carreira Assistência a Educação – Maria de Lourdes Mota da Silva; Segmento Pais – Rogério Pereira Lira e Helenir Imaculada Pereira.

Durante esses anos de funcionamento vários secretários fizeram parte do nosso quadro: Weverton de Castro Oliveira, designado pela instrução de 16/09/80 permanecendo até 1983. De 1984 a 1985 assumiu o cargo de secretária Minervina da Silva Castro designada pela instrução de 28/05/85. Em 1986 fica no cargo a secretária Suzana Regina de Carvalho, instrução de 01/08/86. Assume a secretaria em 1987 permanecendo até 1992 Neirion Aristides Mello Campos, instrução de 04/05/87. Gervane Pires Doxa assumiu através da instrução de 05/04/93 permanecendo até fevereiro de 2010, e após essa data assume a secretaria da escola Lindalva Maria Ferreira Charrud, nomeada em 03/02/2010 até a presente data.

Em anos de existência a escola passou por uma reforma no ano de 1996, onde assumiu a obra a firma CONSTRENG, construção e engenharia LTDA. A reforma foi entregue em junho de 1996, tendo como governador Cristovam Buarque e secretário de educação Antonio Ibanêz. A escola hoje funciona nos turnos matutino e vespertino atendendo alunos de Ensino Fundamental/séries iniciais – BIA (1º, 2º e 3º ano) e 4º e 5º ano. No ano de 2005, a escola tornou-se inclusiva recebendo alunos portadores de necessidades especiais que foram incluídos em classes regulares mediante redução do número de alunos. Fizeram-se necessário devido ao processo de inclusão à realização de adaptações físicas como rampas, banheiros adequados e outros. Em parceria com a Administração Regional e a Coordenação Regional de Ensino conseguimos realizar algumas modificações mais urgentes como a construção da rampa de acesso à escola que é extremamente importante para os alunos cadeirantes. A comunidade escolar também se encontra em processo de adaptação às novas mudanças.

No ano de 2014, foi realizada a substituição de toda rede elétrica, serviço esse executado pela Empresa Mevato. No início de 2016 foi feita a acessibilidade no hall de entrada com a colocação de corrimão na rampa e na escada. No início de 2017, através da CREP foi reformada a caixa de gordura da cantina. No início do ano de 2018 foi realizada a pintura interna e externa de todas as repartições da escola.

DIAGNÓSTICO

A Escola Classe Paraná recebe em suas salas de aula alunos de vários setores da comunidade, dos quais se pode destacar Vila Buritis, Vila Buritis II, III e IV, Setor Tradicional, Estâncias, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Jardim Roriz entre outros.

Em sua maioria, são oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, no qual uma grande parte está inserida em programas assistenciais do governo como o Renda Minha e o Bolsa Família.

A comunidade possui uma diversidade religiosa. Os alunos em sua maioria, ao chegar à escola, demonstram não ter contato com outras fontes de informação culturais e literárias além da televisão e internet.

A participação da família na vida escolar das crianças ainda é fraca, transferindo à escola as funções de educar, culturalizar e impor limites. Problemas de cunho emocional, social e econômico são marcantes na comunidade os quais tem influenciado o processo ensino-aprendizagem.

Percebe-se que muitas das crianças são filhas de pais separados, ou são criados por avós ou parentes mais próximos como tios. Alguns alunos possuem seus pais presos ou algum parente próximo por envolvimento em assaltos, roubos ou tráfico de drogas.

É notável em algumas crianças problemas de saúde como diabetes ou depressão ou que fazem uso de medicação controlada. Destaca-se ainda, que a escola atende, alunos com necessidades especiais nas turmas regulares onde pode-se destacar as seguintes deficiências:

- Deficiência Intelectual
- Deficiência Física
- Condutas Típicas e Síndromes
- TDAH
- Altas Habilidades
- Deficiência Visual
- DPAC

- DMU
- TGD
- ON

Partes dos alunos especiais incluídos nas classes regulares são provenientes do Centro de Ensino Especial, escolas da rede pública ou da rede particular de ensino e que são acompanhadas por alguma Instituição pública ou privadas as quais se pode citar: Hospital Sarah Kubischek, COMPP, HRAN, Hospital da Criança, Instituto Aprender, Instituto Vida, Casa do Ceará entre outros.

Todos os alunos incluídos possuem adaptação curricular de médio e grande porte, outros casos de suspeita de déficit cognitivo são encaminhados para estudo de caso e realização das adaptações necessárias para auxiliá-los no processo ensino-aprendizagem.

A escola procura acompanhar as mudanças na educação por meio dos cursos oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação, de eventos culturais e busca promover atividades para a arrecadação de fundos para investimento na própria unidade de ensino.

A organização dos horários prevê encontros entre os educadores para planejamentos coletivos e grupos de estudo visando uma melhor qualidade do ensino.

OBJETIVOS

- **GERAL**

Promover estratégias pedagógicas eficazes que favoreçam o desenvolver do processo ensino-aprendizagem do educando na aquisição de habilidades e competências, necessários para sua formação global enquanto ser sociocultural numa abordagem inter-multidisciplinar na perspectiva de escola inclusiva.

- **ESPECÍFICOS**

- Promover eventos que proporcionem e incentivem a participação dos pais na vida escolar de seus filhos.
- Elaborar e aplicar projetos específicos para a biblioteca que incentivem o gosto pela leitura suscitando nos alunos o interesse pela literatura infantil e infanto-juvenil.
- Criar grupos de estudo com os professores para troca de experiências, sugestões de atividades e planejamentos coletivos.
- Elaborar e aplicar projetos específicos para o recreio educando através do lazer, propiciando atividades de assistência ao educando quanto à saúde física, mental e social com vistas à melhoria qualitativa do ensino e a valorização do educando como pessoa.
- Incentivar os profissionais da unidade de ensino a participar de encontros, reuniões, palestras e cursos que possibilitem maior qualificação profissional.
- Oferecer aulas de reforço aos alunos com dificuldades em aprendizagem.
- Oferecer atendimento individualizado aos alunos portadores de necessidades especiais.
- Realizar adaptações curriculares caso necessário.
- Encaminhar, para diagnóstico, alunos que apesar das aulas de reforço e atendimento especializado continuam apresentando dificuldades de aprendizagem.
- Propiciar aos alunos aulas atrativas e dinâmicas.
- Promover passeios educativos no decorrer do ano letivo.
- Elaborar e aplicar projetos com intuito de resgatar valores éticos e morais.
- Viabilizar adaptações físicas como rampas calçadas, e banheiros adequados aos alunos portadores de necessidades especiais.
- Melhorar o nível de aprendizagem dos alunos das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, através de ações pedagógicas eficientes combatendo a evasão escolar e a repetência.
- Promover relacionamento escola x comunidade, fortalecendo a participação da família no processo ensino-aprendizagem.
- Assegurar o atendimento adequado aos alunos com necessidades especiais nas classes comuns.
- Realizar a gestão financeira com transparência e ética.
- Garantir a participação do Conselho Escolar no trabalho desenvolvido pela unidade de ensino.
- Promover a Avaliação Institucional.
- Elaborar projetos pedagógicos por área/grupo/ ou em parceria com instituição ou ONG, a fim de assegurar capacitação de pessoal para atendimento aos alunos em atividades de reforço escolar e extraclasse.
- Desenvolver projetos de trabalho que contempla o conhecimento de forma contextualizada, não fragmentada e interdisciplinar abordando os temas Transversais a fim de se discutir as problemáticas sociais e contemporâneas da sociedade atual.
- Nortear à práxis pedagógica com os diversos segmentos da comunidade escolar a partir dos princípios da Ética e da Pluralidade Cultural.
- Refletir acerca das relações socioeconômicas e ambientais, para se tomar decisões adequadas a cada passo, na direção das metas desejadas por todos: o crescimento cultural, a harmonia nas relações, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental.

- Transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados.
- Propor aos alunos o uso das diferentes formas de linguagem verbal a fim de desenvolver a capacidade de atuação construtiva e transformadora.
- Oferecer a criança subsídios para compreender, a dar significado e a fazer a conexão da Matemática com todas as áreas do conhecimento, levando o conhecimento não sistematizado ao encontro do conhecimento acadêmico.
- Valorizar a capacidade lúdica, da flexibilidade, do espírito de investigação como aspectos importantes da experiência artística.

PRINCÍPIOS NORTEADORES:

Aprender é um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e essencialmente de desenvolvimento da capacidade de pensar, julgar e empregar conceitos que conduzam às mudanças de atitudes e de comportamentos...
A educação pode ser definida como a tentativa consciente de promover a aprendizagem de outras pessoas.

Tradicionalmente, a análise desta tentativa centrou-se em torno do ensino direto por parte dos professores. Agora, com a mudança de paradigma educacional, aprender significa ir além da instrução direta e pode ser promovida em ambientes criativos e/ou virtuais de aprendizagem.

EPISTEMOLÓGICOS - A proposta da Escola Classe Paraná está baseada segundo a teoria cognitiva de aprendizagem defendida por Ausubel. De acordo com o Currículo da Educação básica das Escolas públicas do DF “aprendizagens significativas caracterizam-se pelo fato de as novas informações apoiarem-se em conceitos relevantes preexistentes na estrutura cognitiva da pessoa.” Consideram-se também os princípios piagetianos onde são respeitadas as etapas de desenvolvimento de cada faixa etária. Por meio de uma pedagogia fundamentada no processo de construção do aprendizado pela criança, almeja-se propiciar condições ao educando de construir seu próprio conhecimento.

As atividades têm o objetivo de fazer o aluno pensar, raciocinar, refletir, questionar, criar, permitindo sempre novos desafios e novas experiências buscando sua competência como cidadão.

A complexidade do fenômeno educativo vem impondo a necessidade de interação entre as diferentes áreas do conhecimento tornando a aprendizagem interdisciplinar. E é nesse enfoque da Inter multidisciplinaridade que buscamos planejar nossa práxis pedagógica.

DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS - A visão construtivista veio trazer uma nova relação entre professor, aluno e conhecimento. O aluno torna-se construtor do seu próprio aprendizado, sendo ele o centro do processo. Quem realiza a aprendizagem é o aluno, cabendo ao educador a função de mediador mantendo uma relação interativa com esse aluno e o conhecimento. Para isso o professor cria situações favoráveis e significativas de aprendizagem, tendo a preocupação de observar e levar em conta a bagagem de conhecimentos que o aluno traz.

O professor vai ensinar o aluno aprender a aprender e dominar o saber ser, saber fazer e o saber estar em um mundo planejando situações de aprendizagem que permitam os alunos agirem sobre os objetos e estruturarem seu desenvolvimento cognitivo, na medida em que possam

transformá-lo. Assim o educador deve ter o domínio dos conteúdos e utilizar dessa capacidade para criar situações específicas que estimulem a resolução de problemas. Neste sentido, propiciar ao educando um conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações reconhecendo cada indivíduo como parte integrante do universo e de uma sociedade que convive com a supervalorização do conhecimento científico e com a crescente intervenção da tecnologia no dia-a-dia, não é possível pensar na formação de um cidadão crítico à margem do saber científico.

Ao aluno cabe o papel essencialmente ativo onde as atividades sejam baseadas na observação, explicação, comparação, analise e argumentação do problema. É necessário que os alunos participem ativamente da aprendizagem, fazendo perguntas e propondo soluções de problemas.

ÉTICOS - A proposta pedagógica está voltada para proporcionar a comunidade educativa uma vivencia baseada nos valores sociais tais como verdade, sensibilidade, autonomia, competência, socialização e respeito.

Uma tomada de decisão implica necessariamente eleger valores, aceitar ou questionar normas, adotar uma ou outra atitude e essas capacidades pode ser desenvolvido através da aprendizagem. É necessário compreender que normas e valores comportam uma dimensão social e pessoal.

Pensar sobre atitudes, valores e normas leva imediatamente a questões do comportamento, pois é um grande desafio hoje se colocar no lugar do outro, compreender seu ponto de vista e suas motivações ao interpretar suas ações. Isso desenvolve a atitude de solidariedade e a capacidade de conviver com as diferenças, fator muito importante na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, já que os alunos estão conhecendo e construindo seus valores e a sua capacidade de gerir o próprio conhecimento a partir deles em meio a diversidade. Assim a escola irá intervir de forma mais permanente e sistemática no desenvolvimento das atitudes.

Enfatizando os seguintes valores essenciais a formação plena do educando: respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo.

Não esquecendo os Temas Transversais que tratam das questões sociais nas diferentes áreas, assim a escola será um lugar onde os valores morais são pensados, refletidos e não meramente impostos ou frutos do hábito.

ESTÉTICOS - Seguindo esse princípio o professor irá procurar formas de levar os alunos a perceberem as qualidades das formas artísticas. O seu papel é o de aguçar a percepção, incentivando a curiosidade, desafiando o conhecimento prévio, aceitando a aprendizagem informal que os alunos trazem para a escola e ao mesmo tempo oferecendo outras perspectivas de conhecimento. Assim o professor é responsável por propiciar um clima de trabalho em que a curiosidade, o constante desafio, a qualidade lúdica e a alegria estejam presentes junto com a paciência, a atenção e o esforço necessários para a continuidade do processo de criação artística.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No intuito de apresentar melhor as instalações físicas da escola, fizemos um levantamento acerca dos bens de patrimônio e espaços existentes o qual se segue.

Quanto aos mobiliários existentes na escola, alguns se encontram em estado bastante precário o qual foi solicitado reposição. Destaca-se que, partindo da necessidade de muitos professores por iniciativa própria e recursos próprios adquirirem estantes e armários para serem utilizados em sala de aula.

Alguns de nossos equipamentos como computador, impressora, televisão, vídeo, som, máquina de xérox e duplicadores a álcool, foram adquiridos através de campanhas como a realização de bazar, rifas, festas, recursos próprios e parte da verba do PDDE e PDAF que são destinadas a material permanente.

Segue abaixo a lista de mobiliários e equipamentos que dispomos na escola:

Discriminação do Material	**Quantidade**
Armários	18
Arquivos	11
Mesas de professor	13

Estantes	05
Carteiras	496
Cadeiras	496
Geladeiras	03
Freezer	01
Fogão de seis bocas	01
Enceradeira	01
Aparelhos de som	02
Computadores	09
Impressoras	06
Televisões	11
Liquidificador Industrial	01
Duplicador eletrônico	01
DVD	11
Microfones	02
Caixa de som	01
Filmadora Digital	01
Retro projetor	02
Tela de Projeção	01
Ventiladores	26

Nosso quadro dispõe de 54 funcionários (cinquenta e quatro) funcionários assim distribuídos:

Função	**Quantidade**
Diretor	01
Vice-Diretor	01
Supervisor	01
Chefe de Secretaria	01
Coordenadores	02
Professor de Sala de Recurso	01
Professor de Sala de Apoio a Aprendizagem	01
Professor em Regência de Classe	22
Agente de Portaria	00
Vigilantes	04
Agente de Conservação e Limpeza	04
Merendeiras	00
Merendeiras - terceirizadas	03
Monitores para Educação Especial	01
Orientador Educacional	00
Pedagogo	01
Educador Social Voluntário	09

Serviço terceirizado de limpeza	05

Os recursos financeiros que dispomos são: APM (Associação de Pais e Mestres) que é um reforço financeiro não obrigatório, o PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira) destinado às despesas de água, luz, telefone e serviços de banda larga, pagamento de pessoas físicas e/ou jurídicas e pequenos reparos na Unidade de Ensino e aquisição de material permanente e o FNDE/PDDE que se destina a compra de materiais pedagógicos em geral e parte destinada também para aquisição de material permanente. Destaca-se ainda, que os recursos captados pela Unidade de Ensino além de implementar o Projeto Político Pedagógico auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho.

Neste sentido, visando à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, a escola busca assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos, avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança. Dessa forma, buscar recursos externos para elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Esta UE está atendendo no ano de 2018 o quantitativo de 481 (quatrocentos e sessenta e oito) alunos distribuídos entre EF PE:

Modalidades	**Número de Turmas Matutino**	**Número de Turmas Vespertino**
Educação Infantil – 2º Período	00	02
1º Ano (BIA)	01	02
2º Ano (BIA)	03	01
3º Ano (BIA)	02	02
4º Ano	03	02
5º Ano	02	02

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Escola Classe Paraná atende a 02 (duas) modalidades de ensino:

- Educação Infantil - oferecida no 2º período, atendendo crianças de 5 anos.
- Ensino Fundamental/anos iniciais (1º, 2º e 3º Ano do BIA), 4º e 5º Ano.

Oferecemos atendimento em Sala de Recursos que realiza atendimento individual aos alunos portadores de necessidades especiais que estão incluídos nas classes regulares de ensino além de orientação e apoio pedagógico aos professores em sua práxis em sala de aula e orientação e sensibilização da família e de toda a comunidade escolar acerca da inclusão na perspectiva do projeto proposto pela Secretaria de Educação Direito à diversidade – Vivendo a Igualdade em meio às diferenças.

A escola conta também com uma Sala de Apoio à Aprendizagem que é o Polo de Atendimento aos alunos com Transtornos Funcionais Específicos (TDAH, DPAC, Dislexia, Transtorno de conduta, TOD, entre outros) que atende também alunos das seguintes escolas: Escola Classe 01, Escola Classe 03 e Escola Classe 05. De acordo com a portaria Nº 27 de 2016 publicada no DODF nº 33 de 19 de fevereiro de 2016 e com os Referenciais para a Atuação do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem da SEDF, o atendimento será ofertado em horário contrário ao de aula duas vezes na semana pelo período de uma hora cada atendimento ou um encontro semanal com duas horas de duração. A composição do Polo será realizada por agrupamentos de no mínimo quatro e no máximo seis estudantes e com no mínimo 15 e no máximo 20 alunos por turno. A matrícula dos estudantes é realizada semestralmente obedecendo a uma lista de prioridades que é feita pela Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (SEAA) das respectivas escolas. Será garantido o acompanhamento ao estudante por, no mínimo um semestre. Sendo facultada a continuidade no acompanhamento por mais um semestre, obedecendo a lista de prioridades.

A atual gestão escolar procura promover a integração de toda a equipe escolar, criando um ambiente favorável a estudos e reflexões a fim de enriquecer o trabalho realizado.

Levando em consideração os aspectos transversais e a interdisciplinaridade busca-se refletir e discutir a operacionalização do Currículo Básico. É de nosso interesse desenvolver de acordo com as habilidades e competências previstas pelo Currículo da Educação Básica atividades sócio interacionais como: festas comemorativas, gincanas, feiras e momentos culturais, observando as várias modalidades oferecidas pela escola e adaptando o planejamento diário às diversas realidades.

A propósito disso, busca-se nortear o trabalho pedagógico a ser desenvolvido em âmbito desta Unidade Escolar, Escola Classe Paraná, de acordo com as normas previstas pela LDB e no Projeto Político Pedagógico – Carlos Mota da Secretaria de Estado de Educação.

Neste sentido, elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) por meio da implantação de projetos pedagógicos específicos e projetos interventivos que favoreçam o

desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, combater a evasão escolar, a defasagem idade/série, buscando oferecer aos educandos subsídios para o desenvolvimento de suas potencialidades torna-se imprescindível para a construção de uma escola democrática.

Assim, o presente Projeto Político Pedagógico considera o aluno como um ser original e criativo, que aprende na vida social e no espaço escolar; que tem potencialidade e necessidade de interagir e de refletir sobre a diversidade do conhecimento humano; que tem direito de ter acesso ao conhecimento na sua complexidade, prática e teórica; que modifica o que sabe constantemente; que participa da construção do saber escolar e que é um produtor de cultura.

Nessa perspectiva, a organização de métodos de ensino parte do diagnóstico feito pelo professor, dos conhecimentos organizados das disciplinas e dos domínios prévios dos alunos. Isso requer do educador o desenvolvimento de uma certa sensibilidade para romper com os estereótipos e pré-modelos veiculados pela sociedade ou mesmo pela comunidade escolar, que padronizam categorias de alunos, seja pela faixa etária, seja pela origem étnica ou sociocultural.

O Currículo da Educação Básica inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos que a concretizam na sala de aula, relacionando princípios e operacionalização, teoria e prática, planejamento e ação.

Destaca-se, ainda, a inclusão dos conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei nº 10.639/2003). Tais conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte, Literatura e História Brasileira.

O Ensino Religioso regulamentado pela Lei 9475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao art. 33 da LDB e, no Distrito Federal, pela Lei nº 2.230, de 31 de dezembro de 1998, compõe a Parte Diversificada do Currículo, sendo obrigatória sua oferta pela instituição educacional e a matrícula facultativa para o aluno. Constitui disciplina dos horários normais das instituições educacionais e é parte integrante da formação básica do cidadão, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Os últimos anos têm visto o florescimento de uma vasta literatura científica, multidisciplinar, que demonstra o incrível poder que os primeiros anos de vida de uma pessoa têm na determinação de uma série de fatores – da saúde à riqueza – de sua idade adulta. À medida que a pesquisa avança, nota-se que a idade para o surgimento de características importantes vá retrocedendo: sabe-se hoje que eventos da vida intrauterina têm impactos que perduram até a morte.

Estudos feitos no Brasil demonstram que alunos que cursaram a pré-escola têm desempenho acadêmico melhor do que aqueles que não a cursaram. Essa diferença persiste por todas as séries, e aparece também em exames padronizados como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Alunos que têm melhor desempenho tendem a gostar mais da escola e, portanto, são menos propensos a abandoná-la. Alunos que cursaram a pré-escola têm maior probabilidade de completar o ensino superior. O impacto positivo vai além da vida escolar e se estende à idade adulta. Um estudo feito no Brasil mostra que aqueles que passaram pela pré-escola têm salário 16% mais alto do que alunos que não a cursaram. Estudos americanos demonstram que a frequência à pré-escola aparece associada à diminuição das taxas de criminalidade.

Na Constituição Brasileira vigente, situa-se no capítulo de ordem social, as normas balizadoras para a concretização do direito fundamental à educação. No bojo constitucional brasileiro consta expressamente previsto que a educação é direito de todos e um dever do Estado, da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Remete-se ao Estado o dever de efetivar o direito à educação mediante a garantia de acesso à educação infantil, ao ensino fundamental e ao ensino médio obrigatório e gratuito perfazendo-lhe o *status* de direito público subjetivo.

Os vigentes marcos legais do direito à educação no Brasil, o art. 208 da CF/1988 estabeleceu as diretrizes e mecanismos que devem ser adotados pelo Estado prevendo, no inciso I, expressamente a universalização da educação básica obrigatória e gratuita, dos quatro aos dezessete anos de idade, igualmente assegurada a mesma oferta para aqueles que não tiveram acesso à educação na idade apropriada.

O art. 21 da atual LDB de 1996 a educação vista como processo de formação integral do cidadão, compõe-se em educação básica, formada pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Como reforço positivo para melhor viabilizar essa garantia constitucional, a Lei 11.700, de 13 de junho de 2008, acrescentou o inciso X ao *caput* do art. 4º da LDB (Lei9.394/1996) visando assegurar a vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima a sua residência de toda criança a partir de quatro anos de idade.

O PNE, Plano Nacional de Educação que estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da Educação previu universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade

A Secretaria de Educação do Distrito Federal optou por seguir as recomendações do Ministério da Educação quanto à nomenclatura de organização dessa etapa de ensino, conforme quadro a seguir:

EDUCAÇÃO INFANTIL	
Creche	**Educação Infantil**
0 a 3 anos	4 e 5 anos

Educação Infantil – Pré-escola

A educação inicial da criança se dá na família, e também na comunidade e, com o advento do trabalho feminino, cada vez mais cedo, nas escolas. Por isso, as instituições de Educação Infantil tornam-se mais necessárias, tendo caráter complementar à educação recebida na família. Esse princípio, afirmado tanto na Constituição Federal quanto na LDB , consta do mais importante documento internacional de educação do século XX, a Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien/Tailândia, 1990).

Segundo o Programa Nacional de Educação (PNE) de 2001, a articulação com a família visa, mais do que qualquer outra coisa, ao mútuo conhecimento de processos de educação, valores, expectativas, de tal maneira que a educação familiar e a escolar se complementem e se enriqueçam, produzindo aprendizagens coerentes, mais amplas e profundas. O resultado dessa troca produz efeitos sobre a auto-estima da criança e no seu desenvolvimento. É crucial que a instituição de Educação Infantil respeite e valorize a cultura das diferentes famílias envolvidas no processo educativo.

Baseado nesses parâmetros a Escola Classe Paraná recebe em 2018 o 2º período da pré-escola, duas turmas no período vespertino, visando à construção de um sujeito crítico e de direito. Sem o objetivo de promoção, mas de que o aluno exerça sua autonomia, construindo o conhecimento através de uma proposta lúdica e construtiva. A Escola se dispôs a realizar todas as adaptações necessárias para receber esses alunos dentro de suas possibilidades, visando

desenvolver o processo criativo e o potencial do educando.

ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental destina-se à formação da criança e do adolescente, objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto realização e exercício consciente da cidadania plena. Obrigatório a todos, a segunda etapa da Educação Básica supõe o exposto no art. 3° da LDB, no qual estão garantidos os princípios de igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, além da valorização de professores e da gestão democrática do ensino público como garantia de padrão de qualidade. O exercício do direito atende ao fim maior da educação, personalizado no pleno desenvolvimento da

pessoa, seu preparo para exercer a cidadania e para a qualificação para o trabalho (art.22, LDB).

Não se pode deixar de considerar que é durante os primeiros anos de escolarização que o aluno tem a oportunidade de vivenciar experiências significativas de aprendizagem.

Esse aluno adquire experiência e amplia sua estrutura mental e emocional, apropria-se de maneiras novas de pensar e agrega valor ao seu estilo de resolver problemas e compartilhar a afetividade. Além disso, aprende a utilizar estratégias metacognitivas e desenvolve habilidades cada vez mais refinadas ao longo de todo o percurso escolar. Ele se prepara para exercer sua autonomia em direção a tarefas sociais e afetivas que o conduzirão à juventude bem-sucedida e à vida adulta de sucesso. Durante o percurso no Ensino Fundamental, o aluno tem a oportunidade de se conhecer e de conhecer o “outro” em espaços de socialização próprios dessa fase; de fazer escolhas, fortalecer sua autoestima e sua subjetividade, além de manifestar seus desejos e de atendê-los de forma proativa - conquista própria do conhecimento adquirido. Enfim, o que o aluno constrói durante esses anos de escolarização será a expressão de seu talento, de sua criatividade e de sua capacidade de realização.

O Ensino Fundamental, representado pelos milhares de alunos que totalizam a maior parcela das matrículas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, deve ser compreendido como um celeiro de fomento dos novos paradigmas de sucesso e excelência na educação.

Nessa medida, deverá estar também imbuído da busca pela inovação tecnológica e científica, compatíveis com a resolução de problemas e demandas da sociedade contemporânea, por meio do compartilhamento dos princípios de responsabilidade e de flexibilidade teórico metodológicas de ações pedagógicas, favorecendo, assim, o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação dos processos educacionais concretizados na qualidade e no respeito à equidade de direitos e deveres de alunos, professores e gestores da educação.

O momento atual da educação brasileira e, sobretudo do Ensino Fundamental, remete às grandes transformações sociais e tecnológicas, o que ocasiona mudanças na prática educativa, em virtude da necessidade de oferecer aos alunos uma formação compatível com as demandas do mundo moderno, valorizando habilidades, competências pessoais, conhecimentos e valores para além da aquisição de quantidade de informações.

Esse paradigma fortalece a autonomia do aluno e favorece o desenvolvimento de uma postura empreendedora que dará conta das exigências do mundo globalizado.

A LDB, em seu art. 32, afirma que o Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na instituição educacional pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I . O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II . A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III .O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV .O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Redação dada pela Lei nº. 11.274/2006.)

O entendimento das questões relativas ao acesso à instituição educacional, ao fluxo institucional e à qualidade de ensino ganha relevância quando se enfoca o Ensino Fundamental, considerando que a legislação determina que a oferta dessa etapa de ensino, pelo Estado, é obrigatória.

Cabe ressaltar ainda que, no contexto atual, a oferta de educação com qualidade e equidade é uma prioridade nacional. O MEC lançou, em abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento pela Educação – PDE, que consiste em um conjunto de ações a serem realizadas no curto, médio e longo prazo, por meio de parcerias entre diferentes níveis de governo e da sociedade civil. A finalidade do PDE é construir uma educação de qualidade que garanta, além do acesso à instituição educacional, a efetiva aprendizagem dos alunos. Para tanto, foram fixadas metas de qualidade por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB, que se baseia em indicadores oficiais de fluxo e desempenho.

À luz dos objetivos do milênio e da concepção da educação como direito fundamental, cabe lembrar que se considera um sistema educacional de qualidade, quando todas as crianças e os jovens são atendidos em três perspectivas: estar na instituição educacional, aprender e ser aprovado ao final de cada ano letivo.

Desse modo, o ideal de qualidade em educação, portanto, não se limita ao acesso à

instituição educacional, mas se consolida com a aprendizagem do aluno e sua permanência no sistema de ensino até a conclusão do Ensino Fundamental e, também, do Ensino Médio.

ENSINO FUNDAMENTAL DE 09 ANOS.

A ampliação do período de escolaridade obrigatória não é algo novo. Previsto na LDB, tornou-se uma das metas do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2002, e veio assegurar o acesso da criança de 6 anos à escola.

No Distrito Federal, o atendimento a essas crianças já vinha sendo realizado por meio do Programa “Quanto mais cedo melhor”, vigente nas 14 (quatorze) Diretorias Regionais de Ensino. Segundo o Censo Escolar de 2004, tal programa atendeu a 15.506 crianças no 3º período da Educação Infantil, tanto as que eram egressas dessa etapa da Educação Básica, como as oriundas do lar. A partir de 2005, passou a ser absorvido, gradativamente, pelo Ensino Fundamental de 9 Anos.

Dessa forma, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal iniciou em 2005 a implantação do Ensino Fundamental de 9 Anos nas instituições educacionais vinculadas à Rede Pública de Ensino, tendo como estratégia pedagógica o Bloco Inicial de Alfabetização – BIA, desenvolvido em 3 anos, com crianças a partir de 6 anos de idade, objetivando efetivar a tão sonhada qualidade de ensino para todos. O processo de implantação do Ensino Fundamental de 9 Anos iniciou-se de forma gradativa, tendo sua universalização ocorrida em 2008, em cumprimento à Lei nº 3.483, de 25 de novembro de 2004, publicada no DODF nº 225), ao Decreto 25.619, de 1º de março de 2005, e à Portaria nº. 283/2005. Assim, a educação do Distrito Federal adiantou-se em relação a outras Unidades da Federação, uma vez que o Governo Federal, por meio da Lei nº. 11.114, de 16 de maio de 2005, que altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da LDB, e da Lei nº. 11.274/2006, art.5º, estipulou prazo até 2010 para que seja implantado o Ensino Fundamental de 9 Anos em todo o território nacional.

A oferta de um ensino de qualidade constitui, assim, um processo permanente de orientação de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento socioeconômico e com a prática

pedagógica consciente e responsável. As matrículas no Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal apresentam-se em constante evolução, embora de modo pouco equitativo em se tratando da distribuição por Diretoria Regional de Ensino.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal optou por seguir as recomendações do Ministério da Educação quanto à nomenclatura de organização dessa etapa de ensino, conforme quadro a seguir:

<table>
<tr><td colspan="9">ENSINO FUNDAMENTAL</td></tr>
<tr><td colspan="5">ANOS INICIAIS</td><td colspan="4" rowspan="2">ANOS FINAIS</td></tr>
<tr><td colspan="3">1° bloco - BIA</td><td colspan="2">2° bloco</td></tr>
<tr><td>1º ano</td><td>2º ano</td><td>3º ano</td><td>4º ano</td><td>5º ano</td><td>6º ano</td><td>7º ano</td><td>8º ano</td><td>9º ano</td></tr>
<tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
</table>

Os três primeiros anos do Ensino Fundamental integram o Bloco Inicial de Alfabetização, de forma que correspondem, respectivamente, à Etapa I, à Etapa II e à Etapa III do referido bloco. Com duração mínima de nove anos, em regime de ciclo para o período da alfabetização (do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental de 9 Anos – Etapas I, II e III do Bloco Inicial de Alfabetização) e (do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental de 9 Anos), pretende-se que essa etapa de ensino possibilite ao aluno ampliar sua capacidade de aprender, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades, e a formação de atitudes e valores.

A organização curricular do Ensino Fundamental tem como fundamento da prática pedagógica os princípios e valores emanados da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases. O Currículo da Educação Básica da Rede Pública de Ensino propõe flexibilidade e descentralização, reforçando a necessidade de construção de uma identidade coletiva em que as decisões e as responsabilidades sejam compartilhadas em todos os níveis e modalidades de ensino, tendo como base o respeito aos direitos e deveres de alunos, bem como aos professores e à comunidade escolar.

Em cada etapa da Educação Básica, o currículo aponta para a aquisição de habilidades e competências adequadas ao nível de desenvolvimento e maturidade do educando, considerando ainda suas experiências e oportunidades vivenciadas na família, na instituição educacional e no meio social em que está inserido.

O estabelecimento “didático” de habilidades e conteúdos em cada fase, longe de funcionar como fator de limitação na aquisição de informações e das aprendizagens significativas, serve como norteador na busca do conhecimento associado aos princípios éticos, às relações sociais e às exigências do mundo do trabalho que fazem da educação o maior desafio e a necessidade mais premente da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, para efetivar o desenvolvimento de competências e habilidades no Ensino Fundamental para além do saber fazer, deve-se adotar um referencial metodológico que dê visibilidade ao currículo e identidade à prática pedagógica reflexiva. Nesse contexto, professores e alunos deve eleger o diálogo como eixo das relações e fundamento do ato de educar.

A integração das Áreas de Conhecimento ao desenvolvimento de Temas Transversais adequados à realidade, como os relacionados a Educação Ambiental, Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Trabalho, Ciência, Tecnologia, Cultura, Empreendedorismo e Serviço

Voluntário, propiciam a constituição do saber aliado ao exercício da cidadania plena e a atualização de conhecimentos e valores em uma perspectiva crítica, responsável e contextualizada.

Os conceitos específicos são definidos em cada Área de Conhecimento e recebem tratamento pedagógico em que se valoriza a interdisciplinaridade entre as áreas, e a reflexão e a interação substituem a acumulação de informações. Na parte diversificada, o currículo sugere a realização de projetos e atividades de interesse da comunidade local e/ou regional, integrados à Base Nacional Comum, objetivando ampliar e enriquecer os conhecimentos e os valores trabalhados em sala, respeitando o contexto de cada comunidade escolar.

O aluno, protagonista do ato de aprender, deve ser estimulado, em todos os momentos, a questionar, manifestar ideias, dúvidas e opiniões, enunciar conceitos e descobertas, fazer associações, pesquisar, concluir, entre outras atitudes positivas, para a construção do conhecimento, do desenvolvimento do pensamento crítico e o fortalecimento da autonomia e da solidariedade.

O processo de ensinar-aprender, nas diversas áreas, deve-se desenvolver por meio de projetos interdisciplinares que possibilitem uma visão globalizada e concreta de diferentes temas e que promovam a geração de novos conhecimentos, o fortalecimento de valores, ações e atitudes positivas.

A correlação entre teoria e prática, fundamental para a aprendizagem, intensifica-se na pedagogia de projetos e requer a adoção de estratégias diferenciadas, tais como:

- Manifestações artístico-culturais de naturezas diversas;
- Pesquisas, seminários e grupos de estudo;
- Atividades extraclasse, integradas ao currículo principalmente por meio de visitas e excursões para estudo do meio;
- Participação em promoções, campanhas e outros eventos sociocomunitários;
- Aulas planejadas e desenvolvidas de forma participativa;

Utilização dos laboratórios de ciências e informática em atividades que busquem o conhecimento e estimulem o interesse e a pesquisa científica.

Ressalta-se que as atividades pedagógicas devem ser contextualizadas e considerar as experiências prévias, espontâneas ou aprendidas, manifestadas pelos alunos por meio das diversas linguagens. É imprescindível considerar, além do currículo formal, tudo o que efetivamente ocorre nas salas de aula e na instituição educacional (currículo em ação), envolvendo as relações de convivência e poder entre as partes, sentimentos e experiências não expressos (currículo oculto), pois, para ser bem-sucedida, uma proposta pedagógica depende da atuação responsável, compromissada e participativa de todos os agentes educativos, em situações de envolvimento e cooperação plenos.

Nessa perspectiva, assegurar a todas as crianças um tempo/espaço ressignificado de convivência escolar e oportunidades concretas de aprender requer do professor uma prática educativa fundamentada na existência de sujeitos, como afirma Freire, “um que ensinando, aprende, outro que aprendendo, ensina” (1998, p. 77). É a dialética desse processo que torna a educação uma prática social imprescindível na constituição de sociedades verdadeiramente democráticas.

Em conformidade com a legislação, o Currículo da Educação Básica das instituições educacionais públicas do Distrito Federal foi construído de forma participativa, com base nos PCN e organizado de modo a permitir o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. Dentre outros aspectos, o Currículo visa a possibilitar ao educando o desenvolvimento de sua capacidade de compreender o mundo; alargar as suas fronteiras de conhecimento; aprender a ser e a conviver, tornando-se um cidadão por excelência.

Para tanto, é importante ter em mente que o conteúdo nunca é um fim em si mesmo, mas é um veículo, um meio para o aluno aprender a pensar e questionar o próprio conhecimento. Ele é também um meio para que o aluno compreenda que aprender não é reproduzir verdades alheias,

mas olhar para o mundo colhendo dados, interpretando-os, transformando-os e tirando conclusões. Somente dessa forma será possível formar cidadãos críticos, competitivos e capacitados para serem agentes transformadores de sua própria vida e da realidade que os cerca.

Sendo assim, a SEDF vem adotando medidas e elaborando projetos voltados para a melhoria da qualidade no Ensino Fundamental. São ações e propostas que estão sendo colocadas em prática de modo articulado e integrado, visando à promoção, a partir da realidade e das potencialidades das instituições educacionais, do desenvolvimento pleno dos alunos da Rede Pública de Ensino.

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

A organização curricular, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enfatiza a assimilação de conceitos, buscando desenvolver habilidades e competências que possibilitem aos alunos prosseguir os estudos (Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2006). Em face dos princípios de interdisciplinaridade e de contextualização que permeiam todo o Currículo da Educação Básica, e da forma de habilitação dos professores para atuar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o tratamento didático-pedagógico dos componentes curriculares será de Atividades, não se justificando preestabelecer número de horas para cada um dos componentes curriculares.

As atividades de cada turma terão a duração diária de 5 horas, sob a responsabilidade de um único professor que cumpre carga horária de 40 horas, incluída a coordenação pedagógica.

BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO

O Bloco Inicial de Alfabetização – BIA tem a dimensão positiva de promover a progressão continuada do processo de aprendizagem, além de possibilitar a organização de um tempo maior e mais flexível para o desenvolvimento das competências que a criança precisa construir. No entanto, a organização do tempo e do espaço escolar não se dá automaticamente com a implantação do BIA, como também não é garantia de qualidade do processo de alfabetização. É preciso, pois, adotar outras medidas e estratégias que promovam o alcance dos objetivos propostos.

Nesse sentido, abriu-se um diálogo com os docentes e a comunidade escolar para suscitar uma reflexão, assim como a incorporação dos pressupostos que regulam toda a estrutura do Bloco Inicial de Alfabetização, tomando como partida o saber produzido no dia-a-dia de sala de aula para que as posições assumidas possam ser identificadas com maior clareza. A discussão dessas questões no interior da instituição educacional é de suma importância para que as dimensões imprescindíveis à totalidade do processo de alfabetização possam ser construídas no coletivo.

O objetivo geral do BIA é reestruturar o Ensino Fundamental para 9 Anos, garantindo à criança, a partir dos 6 anos de idade, a aquisição da alfabetização/letramento na perspectiva da ludicidade e do seu desenvolvimento global.

Para alcançar os objetivos, esta Proposta baseia-se em princípios teórico metodológicos norteadores de todas as ações na implementação do BIA, os quais se constituem em elementos imprescindíveis ao sucesso do Bloco e deverão ser observados por todos os envolvidos nesse processo de construção (formação continuada dos professores, trabalho coletivo com reagrupamento, desenvolvimento de projeto interventivo, as quatro práticas de alfabetização e a avaliação formativa no processo de ensino e aprendizagem).

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial tem sido definida em nosso país segundo uma perspectiva mais ampla que ultrapassa a simples concepção de atendimento especializado tal como vinha sendo a sua marca nos últimos tempos.

Nesse sentido, uma análise de diversas pesquisas brasileiras identifica tendências que evitam considerar a Educação Especial como um subsistema à parte e reforçam o seu caráter interativo na educação geral. Sua ação transversal permeia todos os níveis – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior, bem como as modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional.

A Educação Especial, no enfoque inclusivista proposto pela LDB, cumpre sua especificidade ao possibilitar aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEE) desenvolver suas competências, ultrapassando os limites de sua situação. Incluir ou integrar os alunos, desde a Educação Infantil, nas classes regulares e propiciar-lhes suportes especiais para que superem suas limitações tornam-se objetivos explícitos dessa modalidade. Todas as especificidades da Educação Especial, que sempre fizeram do Distrito Federal um modelo nacional de trabalho exitoso, são enfocadas como instrumentos para conseguir que cada aluno em particular procure se superar e desenvolver competências que lhe possibilitem autonomia em sua situação de vida diária e, também, em situação de trabalho que lhe favoreça resgatar a dignidade de vida e o exercício pleno da sua cidadania.

A LDB, quando, em seu art. 58, estabelece que a Educação Especial será, “preferencialmente”, oferecida na rede regular de ensino, preocupa-se em possibilitar ao aluno com necessidades especiais a oportunidade de convivência normal com os demais alunos, como forma de ampliar suas potencialidades.

O direito a uma vida plena, ao usufruto da cidadania não lhe pode ser negado. À instituição educacional cabe a responsabilidade de fazer valer esse direito; e o Currículo, como instrumento de construção de competências, deve orquestrar as ações para sua total consecução. Para os demais alunos, será também a oportunidade de conviver com as diferenças e aprender a respeitá-las, fortalecendo neles os valores humanos como a solidariedade e a cooperação.

Dominar o currículo além de sua competência específica, para tornar-se o agente mobilizador dos conhecimentos necessários que irão fornecer o suporte pedagógico-metodológico ao professor da classe regular e ao aluno, tende a ser uma das responsabilidades do professor da Educação Especial.

O professor das classes regulares deve estar preparado para atender ao aluno com sua necessidade especial, auxiliá-lo em seu trabalho de superação das condições limitantes, ajudá-lo a criar uma auto-imagem positiva e uma visão de mundo real e aceitar-se como ser diferente.

Proporcionar ao ANEE atendimentos pedagógicos adequados à sua condição, atendimento educacional compatível à sua necessidade e propiciar-lhe o desenvolvimento de competências e de habilidades, compreende a concretização do direito de todos à Educação Básica, estabelecido pela LDB (art. 58, § 1o).

O atendimento em instituições especializadas é mantido, em conformidade com a LDB (art. 58, § 2o), para alunos cujas condições não lhes possibilitarem a integração ou a inclusão nas classes comuns de ensino regular.

O aluno com necessidades educacionais especiais é aquele que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social. A classificação

As classificações costumam ser adotadas para dar dinamicidade aos procedimentos e facilitar o

trabalho educacional, embora isso não atenue os efeitos negativos do seu uso. É importante enfatizar, primeiramente, as necessidades de aprendizagem e as do processo ensino e de aprendizagem.

Nas instituições educacionais comuns, os ANEE são enturmados em classes comuns, turmas de integração inversa e classes especiais. A organização da instituição educacional inclusiva, nesse sentido, deve ter:

- Professores capacitados para a regência de classe e professores especializados em salas de recursos para o atendimento às necessidades especiais do aluno;
- Serviços de Apoio Especializado por professor itinerante;
- Salas de aula em que estejam incluídos alunos com necessidades especiais, de modo a que todos se beneficiem das experiências enriquecedoras promovidas pela diversidade;
- Currículos adaptados às necessidade dos alunos;
- Serviços de apoio pedagógico envolvendo professores especializados em áreas identificadas com as necessidades especiais dos alunos;
- Professor-intérprete de LIBRAS;
- Professor guia-intérprete; professor de linguagens e códigos aplicáveis à deficiência visual, física, mental e ao autismo;
- Salas de recursos;
- Rede de apoio interinstitucional de saúde, trabalho e serviço social;
- Sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula; trabalho de equipe na instituição educacional; constituição de redes de apoio;
- Participação da família e apoio comunitário;
- Currículo aprofundado e enriquecido para atendimento aos alunos com altas habilidades, bem como aceleração de aprendizagem.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal adota a política de que os serviços de apoio especializado devem respaldar-se nos regimentos escolares e nas propostas pedagógicas das instituições educacionais.

De acordo com as orientações emanadas desta Secretaria, adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- O que o aluno deve aprender;
- Como e quando aprender;
- Que formas de organização de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- Como e quando avaliar.

Essas adaptações não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Realizam-se em três níveis:

- No âmbito da proposta pedagógica;
- No currículo desenvolvido na sala de aula;
- No nível individual.

Os professores das classes especiais podem, em conjunto com uma turma compatível com a idade e a série dos alunos, desenvolverem projeto de integração e articulação das atividades pedagógicas, em que os alunos da classe comum participem das atividades na classe especial e vice-versa. As atividades pedagógicas serão definidas a partir dos interesses e das necessidades dos alunos, priorizando a parte diversificada do currículo – Educação Artística, Educação Física, Ensino Religioso e atividades culturais. Considerando a perspectiva de inclusão educacional, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal orienta que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam atendidos prioritariamente na classe comum.

Somente nos casos em que o aluno necessitar de um atendimento diferenciado ao oferecido na

classe comum, em decorrência de dificuldades de comunicação ou socialização, é que serão mantidas e/ou abertas classes especiais em caráter temporário e transitório.

As turmas de integração inversa são classes diferenciadas, constituídas por alunos com e sem necessidades especiais ainda não indicados para a inclusão total, previstas para alunos com deficiência mental, física e auditiva e para aqueles que apresentam condutas típicas de síndromes. Essas classes são de caráter transitório, para apoiar o processo de socialização, alfabetização e aquisição de comportamentos.

O Centro de Ensino Especial (CEE), no Distrito Federal, constitui uma das possibilidades de atendimento em Educação Especial e define-se como uma instituição especializada de atendimento educacional aos ANEE, sendo realizado por professores qualificados, que utilizam o currículo funcional, o da Educação Infantil, o do Ensino Fundamental – Séries Iniciais e o de Educação de Jovens e Adultos (1° Segmento) adaptados.

O CEE oferece, ainda, atendimento especializado nos Programas de Oficinas Pedagógicas, Educação Precoce e Atendimento Complementar, destinado aos alunos que estão incluídos em classes especiais e comuns no ensino regular. Dessa forma, o CEE apresenta-se como mediador e articulador das discussões pedagógicas entre os profissionais da Educação Especial e da instituição educacional comum, tornando-se um espaço de troca de experiências, conhecimento e formação continuada.

São atendidos, no Distrito Federal, nos Centros de Ensino Especial:

- Alunos que não possuam indicação imediata para a inclusão nas classes comuns ou a integração nas classes especiais ou nas classes de integração inversa do ensino regular, por motivos relacionados às suas particularidades, considerando o processo avaliativo;
- Alunos com deficiência(s) severa(s) – mental ou múltipla – cujo atendimento requeira currículo especial;
- Crianças do Programa de Educação Precoce (de zero a três anos e onze meses), até que o sistema de ensino disponha de creches ou Centros de Educação Infantil;
- Integrantes do Programa de Reabilitação;
- Alunos com condutas típicas de síndromes, quando as gravidades do quadro clínico ou de suas manifestações de conduta não permitam sua permanência ou imediata inclusão na rede regular de ensino.

O tempo de permanência de atendimento dos alunos no CEE é estabelecido pela equipe pedagógica da instituição educacional em parceira com a Equipe de Apoio à Aprendizagem, levando-se em consideração a orientação da Resolução n° 1/2005 – CEDF, no Capítulo IV, art. 37, § 2°:

- A alunos com idade superior a dezoito anos com graves comprometimentos mentais e/ou múltiplos, matriculados nos Centros de Ensino Especial, deverá ser proporcionado um currículo funcional para atender às suas necessidades individuais.

A oferta desse atendimento far-se-á por meio de programação específica, sob orientação da Equipe de Apoio à Aprendizagem, e poderá ocorrer em dias e horários alternados, respeitando as condições de saúde física e mental dos educandos.

A proposta pedagógica da instituição educacional, como ponto de referência para definir a prática escolar, deve contemplar a operacionalização do currículo como um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, considerando os seguintes aspectos: a atitude favorável da instituição educacional para diversificar e flexibilizar o processo de ensino e de aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos; a identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação; a adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, ao invés de uniformes e homogeneizados; a flexibilidade da organização e do funcionamento da instituição educacional, para atender à demanda diversificada dos alunos; a necessidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros não convencionais, para favorecer o processo educacional.

As adaptações curriculares constituem as possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize, quando necessário, para tornar o currículo apropriado às peculiaridades dos ANEE, tornando-o dinâmico, alterável, passível de ampliação, a fim de que atenda realmente a todos os educandos.

As adaptações curriculares não devem ser entendidas como um processo exclusivamente individual ou uma decisão que envolve apenas o professor e o aluno. Realizam-se em três níveis:

No âmbito da proposta pedagógica: As adaptações curriculares no nível da proposta pedagógica devem focalizar, principalmente, a organização da instituição educacional e os serviços de apoio; devem propiciar condições estruturais para que possam ocorrer no nível da sala de aula e no nível individual, caso seja necessária uma programação específica para o aluno.

No currículo desenvolvido na sala de aula: As medidas adaptativas desse nível são realizadas pelo professor e destinam-se, principalmente, à programação das atividades da sala de aula. Focalizam a organização e os procedimentos didático-pedagógicos e destacam o como fazer, a organização temporal dos componentes curriculares e a coordenação das atividades docentes, de modo a favorecer a efetiva participação e integração do aluno bem como a sua aprendizagem.

No nível individual: As modalidades adaptativas, nesse nível, focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento do aluno. Compete ao professor o papel principal na definição do nível de competência curricular do educando, bem como na identificação dos fatores que interferem no processo de ensino e de aprendizagem.

As adaptações têm o currículo regular como referências básicas, adotam formas progressivas de adequá-lo, norteando a organização do trabalho de acordo com as necessidades do aluno.

As adaptações de acesso ao currículo correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor e seu preparo para trabalhar com os alunos. São definidas como alterações ou recursos especiais, materiais ou de comunicação que venham a facilitar o desenvolvimento do currículo escolar pelos ANEE.

As seguintes medidas constituem adaptações de acesso ao currículo:

- Criar condições físicas, ambientais e materiais para o aluno na sua instituição educacional de atendimento;
- Propiciar os melhores níveis de comunicação e interação com as pessoas com as quais convive na comunidade escolar;
- Favorecer a participação nas atividades escolares;
- Propiciar o mobiliário específico necessário;
- Fornecer ou atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários;
- Adaptar materiais de uso comum em sala de aula;
- Adotar sistemas de comunicação alternativos para os alunos impedidos de comunicação oral (no processo de ensino e de aprendizagem e na avaliação).

As adaptações nos elementos curriculares focalizam as formas de ensinar e avaliar, bem como as competências e habilidades a serem desenvolvidas, considerando a temporalidade, os conteúdos e os objetivos. São definidas como alterações realizadas nas competências, habilidades, procedimentos de avaliação, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos.

A maior parte das adaptações curriculares realizadas na instituição educacional é considerada de pequeno porte porque constituem modificações menores no currículo e são facilmente realizadas pelo professor no planejamento das atividades docentes, e constituem pequenos ajustes no contexto de sala de aula.

CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR

Grande parte de alunos com defasagem idade-série decorre de reprovações sucessivas, daí ser imprescindível mudança na instituição educacional, na prática pedagógica do professor, na maneira de olhar o aluno como um sujeito capaz de construir seu conhecimento sob a mediação de quem, verdadeiramente, zela por seu sucesso escolar, assegurando a promoção da aprendizagem efetiva. Dessa forma é que se poderão impedir a necessidade de se criar programas voltados a corrigir distorções que, em muitos casos, estão relacionadas a uma metodologia deficitária.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal adota uma política de correção de fluxo com o objetivo de minimizar as distorções idade-série, o que contribui para a permanência do aluno na instituição educacional.

Contudo, a partir das considerações até aqui realizadas, baseadas na Proposta Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação, destaca-se que a Educação no Distrito Federal, adequada á Lei n. 9.394/96, às Diretrizes Curriculares Nacionais, aos Parâmetros Curriculares Nacionais e à Resolução n. 02/98 do Conselho de Educação do Distrito Federal, dispõe de instrumento norteador atualizado e compatível com as exigências que o mundo, em processo de globalização e transformação, impõe à sociedade que necessita de novas condições, de novos instrumentos e de novos parâmetros e valores para modificar-se e aprimorar-se.

AVALIAÇÃO

Segundo Mendez (2002), “(...) o professor aprende para conhecer e para melhorar a prática docente em sua complexidade, bem como para colaborar na aprendizagem do aluno, conhecendo as dificuldades que deve superar, o modo de resolvê-las e as estratégias que coloca em funcionamento”.(p.14)

De acordo com o currículo de Educação Básica (2000), “aprendizagens significativas consistem em resolver situações e, em alguns casos, criar, reinventar soluções. Nesse contexto de aprendizagem, as concepções de avaliação relacionam-se com concepções de ensino e de aprendizagem e, também, concepções das relações sociais que se estabelecem no cotidiano das salas de aula”. (p. 197)

Dessa forma, “o processo de avaliação abrange todas as facetas do ato de educar, entendendo-se por avaliação um processo mais amplo do que a simples aferição de conhecimentos constituídos pelos alunos em um determinado momento de sua trajetória escolar. Deve ser considerado tanto o processo que o aluno desenvolve ao aprender como produto alcançado.” (Idem)

Assim, a avaliação desse trabalho, toma-se por base que, segundo Zabala (1998), o processo avaliativo possui fases, dividido em três momentos que são indissociáveis:

1ª Fase Inicial – consiste o que cada aluno sabe, sabe fazer e é, o que pode chegar, a saber, saber fazer ou ser, e como aprendê-lo.

2ª Fase Reguladora – analisa o como cada aluno aprende ao longo dos processos de ensino e aprendizagem e como se adapta as novas situações que surgem.

3ª Fase Final – refere-se aos resultados obtidos e os conhecimentos adquiridos.

Para Fernandes (2001:32) “a avaliação é um processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas.” Para a autora, avaliar exige inúmeras observações e envolve vários sujeitos para que se obtenha uma clara definição de um objeto de avaliação, suas características e particularidades.

É relevante considerar duas formas de avaliação necessárias para se garantir a eficácia do trabalho desenvolvido no ambiente escolar, ou seja, a Avaliação Institucional e a Avaliação Educacional.

A primeira refere-se à avaliação da instituição escolar. Está centrada em processos, relações, decisões e resultados das ações da instituição escolar ou do sistema educacional como um todo.

A segunda destina-se à avaliação da aprendizagem, ou seja, do desempenho individual do corpo discente da unidade escolar. É a avaliação de currículo. Está voltado para o processo ensino-aprendizagem e nos fatores que interferem em seu desenvolvimento.

Neste sentido, a avaliação educacional da Escola Classe Paraná será norteado por meio da aplicação de uma atividade avaliativa elaborado pelo corpo docente, coordenação e equipe gestora, de forma global e interdisciplinar, de acordo com habilidades e competências descritas pelo Currículo, a ser aplicado no início do primeiro semestre do ano letivo e ao final de cada bimestre para se analisar a produção individual de cada criança para o levantamento de intervenções necessárias para favorecer o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

Assim sendo, torna-se necessária a aplicação do teste diagnóstico nos primeiros dias do ano letivo, de forma individual para o Bloco de Iniciação a Alfabetização – BIA, atendendo cada aluno em horário previamente marcado, com a finalidade de classifica-lo de acordo com o nível da psicogênese para melhor intervenção do professor no desenvolvimento e aprendizagem do aluno. Para o 4º e 5º ano o teste diagnóstico inicial será aplicado em sala de aula no coletivo abrangendo língua portuguesa e matemática, com a finalidade sondar o conhecimento prévio de cada aluno.

Destaca-se ainda, que para garantir a eficácia do trabalho pedagógico torna-se necessário após a aplicação do teste diagnóstico da psicogênese realizar reunião com todos os pais para apresentação dos resultados.

A escola realizará avaliação conjunta de cada ação pedagógica na busca de corrigir as falhas e elaborar novas estratégias que garantam a aprendizagem de nossos alunos. Assim, realizar um Conselho de Classe participativo e garantir a atuação do Conselho Escolar na práxis pedagógica desenvolvida pela instituição escolar fortalecerá os objetivos propostos a serem alcançados no decorrer do ano letivo.

No que se refere à avaliação institucional será utilizado o instrumento de questionário a ser aplicado nos diversos segmentos da comunidade escolar e setores administrativos e pedagógicos da unidade de ensino para analisar o desempenho profissional e ético e os pontos que necessitam de intervenção para melhorar e garantir um trabalho de qualidade dentro e fora do ambiente escolar.

Entretanto, no que diz respeito a Proposta Pedagógica desta Unidade de Ensino, seu processo avaliativo se dará bimestralmente a partir dos resultados alcançados, negativos ou positivos, a serem levantados nos conselhos de classe e em reunião com o Conselho Escolar a fim de levantar as estratégias e intervenções necessárias para as devidas adaptações.

Contudo, a realização de reuniões com os diferentes segmentos da instituição educacional faz-se necessário para traçar estratégias para o aprimoramento do trabalho pedagógico e administrativo da unidade escolar.

PLANOS DE AÇÃO 2018

Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) –

Pedagoga: Gorete das Graças Sousa Araújo - Matrícula: 300.999-8

Objetivo Geral

Promover, incentivar e melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem através de encaminhamentos de alunos para atendimento de demandas institucionais em atendimento às queixas previstas no PAIQUE, implementação e concretização das ações previstas para: Projeto Interventivo Específico ao BIA, Reagrupamento para Quartos e Quintos Anos, Oficinas Pedagógicas e Intervenções Preventivas e Institucionais.

Objetivos Específicos

- Analisar as características da instituição, através de mapeamento institucional, conhecendo e refletindo a realidade do espaço físico, localização, quadro funcional, modalidade de ensino, turmas, turnos, entre outras
- Construir um espaço de interlocução, assessorando o trabalho coletivo: Projeto Interventivo Específico ao BIA, através das às oficinas de psicomotricidade, alfabetização e raciocínio lógico-matemático; Reagrupamento para Quartos e Quintos Anos em todas as disciplinas, visando oportunizar a promoção da melhoria do processo ensino-aprendizagem, contribuindo para diminuição das queixas escolares.
- Atuar na Unidade de Ensino numa perspectiva institucional preventiva e interventiva, promovendo a integração escola x família x comunidade.
- Trabalhar com projetos bimestrais em sala de aula, visando atender as necessidades dos alunos e professores tais como: valores, autoestima, higiene e concepção da vida. Através de palestras, dinâmicas, vídeos e músicas.

Ações

- Reuniões coletivas em parceria com a Orientadora Educacional; coordenadoras, professora da Sala de Recursos, gestores e assistente pedagógica, destinadas para momentos de estudo, reflexão, discussões, troca de experiências, dinâmicas de grupo, vivências, oficinas, etc.; entrevistas; questionários; conversa informal; participação ativa na elaboração da proposta pedagógica; planejamento, operacionalização e avaliação das ações; conselhos de classe; observações em todos os contextos educacionais; análise da produção dos alunos; suporte na elaboração de adequações curriculares.

- Realização de atendimento aos alunos encaminhados, que estão no terceiro nível do PAIQUE e as demais queixas encaminhadas pelo corpo docente, através das oficinas do Projeto Interventivo, que estão sendo realizadas pelos profissionais supracitados; atendimento coletivo e individualizado a professores, pais e alunos; continuidade às palestras, vivências, reuniões, etc. em parceria com a equipe pedagógica, a equipe gestora, professora da Sala de Recursos e Orientadora Educacional.

Público Alvo

Pedagoga, professores regentes, coordenadores, gestores, assistente pedagógica; pedagoga; Orientadora Educacional, professora da Sala de Recursos e demais servidores.

Avaliação

Será processual e contínua, realizada por todos os envolvidos.

PLANOS DE AÇÃO 2018

Sala de Recursos Generalista

Professora de Sala de Recurso: Iêda Nunes dos Santos

Objetivo: Promover a inclusão de a Alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais de forma significativa por meios de Atendimentos Educacional Especializado.

Público Alvo: Alunos portadores de Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs).

Justificativa: De acordo com diretrizes curriculares nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, o atendimento Educacional Especializado será de natureza pedagógica conduzido por professor especializado.

O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimine as barreiras para plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades especiais. E deve ser realizado preferencialmente no turno inverso ao da classe comum na própria instituição educacional.

Estratégia:

*Proporcionar ao estudante o conhecimento de seu corpo, levando-o a usá-lo como instrumento de expressão consciente, na busca de sua independência e na satisfação de suas necessidades;

*Operacionalizar as complementações curriculares especificas necessárias à educação dos estudantes com deficiência física, no que se refere ao manejo de materiais adaptados e à escrita alternativa, quando necessário; às vivências de mobilidade e de acesso aos espaços da instituição educacional e às atividades da vida diária que envolvam a rotina escolar, dentre outras;

* Introduzir o estudante no aprendizado da informática acessível, identificando o melhor recurso da tecnologia assistiva que atenda às suas necessidades, considerando a sua habilidade física e sensorial atual, bem como capacitá-la para o uso independente do computador;

*Adaptador material pedagógico (jogos, livros de histórias) com a simbologia gráfica e construir pranchas de comunicação temáticas para cada atividade, com o objetivo de proporcionar a apropriação e o aprendizado do uso do recurso de comunicação e a ampliação de vocabulário de símbolos gráficos;

*Identificar o melhor recurso de tecnologia assistiva que atenda às necessidades dos estudantes, de acordo com sua habilidade física e sensorial atual e que promova sua aprendizagem por meio da informática acessível;

*Ampliar o repertório comunicativo do estudante, por meio de atividades curriculares e de diária;

*Fundamentar o trabalho na adaptação do ambiente por meio de sua organização, facilitando a compreensão da criança em relação à sala de aula;

*Orientar os professores regentes para organizar contexto educativo que favoreça a atenção e a concentração dos estudantes nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

*Organizar os materiais que serão utilizados, para que o estudante compreenda o que necessita fazer;

*Organizar uma rotina diária previsível e adequada para cada estudante;

*Identificar a sala de recursos de modo que o estudante possa se dirigir sozinho ao local de atendimento;

*Começar com tarefas curtas e utilizar-se de pouco material, para, gradativamente, proceder ao aumento de sua complexidade, de modo a proporcionar a necessária segurança emocional;

*Identificar a existência de fatores desencadeantes de problemas de comportamento;

*Incentivar a comunicação do estudante, colocando à sua disposição mecanismo que lhe possibilitem pedir o auxílio que necessitar.

* Dinamizar os atendimentos e conteúdos de forma lúdica;

*Participar dos projetos da escola;

*Valorizar suas potencialidades e autonomia;

*Melhorar oralidade;

*Incentivar o uso da leitura, usando leituras diversificadas, letra de música, receitas culinárias, história em quadrinhos, literatura infantil, poemas, leitura informativa, trava línguas, cantigas de rodas, dramatizações e informações de uso do computador.

*Promover interação social;

*Trabalhar psicomotricidade;

*Promover consciência de sustentabilidade (meio ambiente) e se identificar através de leitura de mundo como parte do meio;

*Trabalhar jogos de raciocínio lógico matemático blocos de encaixe, quebra cabeça e jogos de alfabetização;

*Trabalhar em sintonia entre comunidade escolar, familiar e em parcerias com profissionais da saúde e toda comunidade;

*Valorizar o uso da música como instrumento capaz de proporcionar estímulos que potencializa a aprendizagem, favorece a concentração atenção, raciocínio lógico, lateralidade, equilíbrio e autoestima.

Cronograma: Durante o ano letivo de 2018

Recursos:

*Livros literários, jogos de memória, dominós;

*Jogos de alfabetização, alfabeto móvel, blocos de encaixe, quebra cabeça;

*Gibis, receitas culinárias, jornais, revistas e tabloides;

*Computadores com acesso à internet, softwares educacionais, impressora;

*Aparelho de som;

*Sucatas;

*Colas, tintas guache, papéis brancos e coloridos, lápis de cor, caderno brochura;

*tesouras adaptadas;

*Prancha de comunicação alternativa;

*Plano inclinado;

*Vasos terra, adubo e sementes

*Fantasias para as dramatizações.

Avaliação: Será continua e formativa, observando comportamento e desempenho dos alunos montando portifólio de atividades.

Referências bibliográficas:

- Orientação pedagógica da Educação Especial do Distrito Federal;
- Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Inclusão Educacional (MEC.SEESP,2008);
- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Declaração de Salamanca;
- Convenção de Guatemala;
- Convenção da ONU;
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988;
- Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB);
- Estatuto da criança e do adolescente (ECA).

PLANOS DE AÇÃO 2018

BIBLIOTECA

Público Alvo

Alunos e professores.

Justificativa

Sabendo que o brasileiro pouco lê, é necessário criar elementos para mudar está triste verdade. É através das sementes (crianças) que podemos plantar um futuro mais vivo e concreto e por que não começar em nossa escola? Porem este projeto visa desde as sementes até as arvores (comunidade escolar). E um dos ambientes mais propícios para o início deste plantio é a biblioteca que muitas vezes é lembrada somente como um lugar de pesquisa, sendo que a mesma reserva um mundo de fantasias que começa desde a capa do livro, remetendo-nos a incríveis passeios pelo imaginário, transportando-nos ao mundo dos sonhos, que são decifrados entre as linhas das histórias e mediante a magia dos autores, permitindo-se buscar a magia das palavras e vive-las.

Período de realização

Durante todo ano letivo em vigência

Objetivos

- Exercitar a imaginação e a fantasia através da leitura e historias;
- Vivenciar emoções por meio da leitura;
- Participar de situações favoráveis a pratica e a socialização da leitura;
- Expressar oralmente opiniões e críticas;
- Ouvir e produzir outras versões de uma mesma história ou fato;
- Interagir em diferentes situações de comunicação oral;
- Identificar características especifica dos contos de fadas;
- Identificar valores presentes em conto, como: fraternidade, persistência, bondade, lealdade, solidariedade, humildade, justiça amor...
- Contar e recontar história observando a sequência lógica;
- Reconhecer a importância da literatura;
- Representação por meio de dramatizações a história lida e ou ouvida;
- Demonstrar sentimentos e emoções surgidos em contato com a literatura infantil por meio de trabalhos artísticos;
- Desenvolver a imaginação criadora;
- Criar novas histórias e confeccionar livrinhos;
- Utilizar a sacola de leitura para que em família possa-se criar um ambiente favorável para a hora do conto
- Utilizar a ficha literária.

-

Criar, organizar e executar um cronograma semanal de visita a biblioteca, onde todas as turmas da escola em seu determinado horário terão acesso ao espaço com o intuito de escolher uma obra literária. O aluno poderá levar o livro para casa e ficará com o mesmo uma semana, o qual será trabalho em casa juntamente com a família e em sala de aula pelo professor. Fazendo da leitura um habito constante e inserindo esse momento na rotina escolar.

PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA

A Escola Paraná atende alunos do ensino fundamental nos turnos matutino e vespertino. Este estabelecimento de ensino tem como um dos objetivos contribuir para o fortalecimento de uma cultura de respeito, paz e tolerância.

É sabido, infelizmente, que em Planaltina a violência cresce significativamente e quase sempre os atos violentos estão relacionados com o uso ou tráfico de drogas. Certos de que a Educação é um instrumento eficaz para promover a transformação dessa triste realidade, a Escola Classe Paraná percebe a necessidade de realizar atividades que favoreçam a prevenção ao uso de drogas e a violência, devido a eficácia do projeto **PROERD** observada ao longo dos anos em que este vem sendo desenvolvido nesta instituição, havendo a diminuição da violência entre os alunos. Por este motivo, torna-se extremamente relevante a parceria entre escola e o Programa **PROERD** (Programa Educacional de Resistência as Drogas e Violência) para que os alunos possam ter contato com informações que oportunizem a formação de cidadãos mais conscientes e mais capazes de fazerem as melhores escolhas.

OBJETIVOS

Gerais:

- Prevenir o uso de drogas lícitas e ilícitas;
- Conscientizar os alunos acerca da cidadania.

Específicos:

- Aprender alternativas positivas ao combate do uso de drogas;
- Aprender técnicas de como ser seguro;
- Reduzir a violência;
- Desenvolver a autoestima;
- Dificultar o aumento no número de gangues;
- Dificultar o acesso e o uso de drogas.

PÚBLICO ALVO

Alunos do 5º ano do ensino fundamental. No total de 115 alunos nos dois turnos.

METODOLOGIA

Com o início da aplicação do Projeto PROERD, feita por um policial militar habilitado, a escola fornece espaço físico, material didático e o apoio dos docentes, coordenadores e diretores.

O programa consiste em dez aulas em uma ação conjunta entre instrutor do projeto, professores,

estudantes, pais e comunidade. Por meio de vídeos, aulas expositivas, dinâmicas em grupo, produção de textos, paródias, músicas e aproveitando a realidade e vivência dos alunos, as informações vão sendo transmitidas de modo que os estudantes possam reconhecer as pressões e influências diárias relacionadas ao uso de drogas e a relação existente entre violência e drogas.

A culminância do projeto ocorre ao final das dez aulas quando os estudantes participam de uma cerimônia de formatura em que há a entrega do Diploma. Nessa cerimônia acontecem apresentações musicais, peças teatrais, exposições de textos elaborados ao longo das aulas pelos alunos.

Todos os envolvidos com o projeto como: pais, professores, coordenadores, diretores, comunidade e alunos participam da formatura.

A escola disponibiliza espaço físico das salas de aula bem como pátio e biblioteca. Fornece material didático, papéis, tinta, aparelhagem de som, data show, microfone, televisão e DVD. Os professores também participam fornecendo apoio e suporte necessários.

AVALIAÇÃO:

Diferentes instrumentos avaliativos são usados ao longo das dez aulas. Observa-se a participação, a qualidade dos textos elaborados bem como as paródias e as peças teatrais. Os professores acompanham o instrutor do Proerd e aproveitam os assuntos discutidos durante as aulas para trabalharem, posteriormente, de forma contextualizada e interdisciplinar em sala de aula no decorrer do ano.

A. **BIBLIOGRAFIA**

ABRAMOVAY, Mírian e CASTRO, Mary Garcia. **Drogas nas escolas:** Brasília: UNESCO, Rede Pitágoras, 2005.

http://porta.mj.gov.br/data/Pages/MJD0D73EAFPTBRNN.htm

PROJETOS PEDAGÓGICOS ESPECÍFICOS

CERRADO, DESBRAVAR PARA PRESERVAR

INTRODUÇÃO

Nos anos anteriores desenvolvemos um trabalho acerca de despertar leitores capazes de entender, respeitar e valorizar diferentes contextos, envolvendo nossos educandos no fantástico mundo de leitura. Este ano em uma nova roupagem, porém com adjetivos semelhantes, buscamos formar leitores capazes de fazer uma leitura eficaz de sua sociedade, de seu mundo, despertando um perfil pesquisador, conhecendo a comunidade, a região e seus problemas ambientais (por mapas, vídeos, textos informativos e saídas de campo) coletando dados e levando ao conhecimento da comunidade local.

Visamos um trabalho prático e diferenciado além das paredes da sala de aula, proporcionando a construção de um conhecimento importante ao seu papel como cidadão.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Levar os educandos à aquisição de novos conhecimentos relativos a preservação dos recursos hídricos, a fauna e flora da Região Centro Oeste, e sua essencial importância à manutenção da vida.
- Proporcionar o conhecimento e a conscientização acerca do meio ambiente, desenvolvendo a construção de atitudes para a preservação e sustentabilidade, como exercício da cidadania.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver habilidades importantes e inerentes a preservação ambiental;
- Conhecer os recursos hídricos, fauna e flora da Região Centro-Oeste;
- Despertar um perfil de pesquisador em nossos educandos;
- Fazer levantamento de dados importantes a resolução de problemas ambientais locais;
- Apoiar iniciativas de cunho ambiental com fins socioeducativos como o tampa mania;
- Detectar problemas ambientais na comunidade local apontando soluções;
- Tornar-se multiplicador da aprendizagem na escola, família e na comunidade;
- Identificar na natureza as diferenças regionais;
- Reconhecer algumas espécies da fauna e da flora da Região Centro Oeste;
- Destacar espécies em extinção em nossa região;
- Conhecer os recursos hídricos da nossa região;
- Conscientizar que a água é um recurso esgotável, percebendo a importância como um elemento indispensável a vida;
- Compreender que as atitudes do cotidiano influenciam diretamente na preservação e degradação do meio ambiente;
- Desenvolver uma consciência de cidadania, bem como respeito e conservação do meio ambiente, especialmente o cerrado;
- Estimular um olhar crítico e simultâneo sobre o bioma Cerrado e as riquezas que encontramos.

JUSTIFICATIVA

É fato real que perante as conjunturas que vem sofrendo nosso planeta, a mídia vem ressaltando a importância do racionamento e preservação dos recursos naturais. Tais notícias fazem hoje, parte do nosso cotidiano.

A cada ano intensificamos nosso trabalho nas instituições escolares, levando aos educandos informações necessárias a preservação de recursos naturais essenciais a vida. Muitos desses conhecimentos, já incorporados pelos educandos (fechar bem as torneiras, tomar banhos rápidos, utilizar copo ao escovar os dentes e etc.), não são acompanhados de atitudes e os mesmos só sentem o efeito da devastação dos recursos naturais com a falta de água nas torneiras de suas casas.

Com isso a Escola Classe Paraná, propõe um trabalho de pesquisa e conhecimento afim de mostrarmos as belezas e riquezas da nossa região despertando em nossos educandos o encantamento necessário, para que tenhamos atitudes diárias para proteção dos recursos hídricos, da fauna e flora da nossa região.

“Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música não começaria com partituras, notas e pautas. Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas e lhe contaria sobre os instrumentos que fazem a música. Aí, encantada com a beleza da música, ela mesma me pediria que lhe ensinasse o mistério...”

Rubem Alves

PÚBLICO ALVO

2°período da Educação Infantil e 1ª fase do Ensino Fundamental

METODOLOGIA

Visando um aprendizado prático, criativo, dinâmico, formativo e informativo, com base nos Pilares da Educação" ;.....

Construiremos atividades a serem desenvolvidas no período de mais ou menos sete meses, inseridas em um quadro de pesquisa facilitando a construção do aprendizado.

- Produzir brinquedos com materiais recicláveis;
- Trabalhar o uso das lixeiras seletivas;
- Produzir livros, através das atividades realizadas em sala de aula e atividades pedagógicas extraclasse;
- Confeccionar cartazes, jornais informativos sobra a temática em discussão;
- Saída de campo Jardim Botânico, para as turmas de 4º e 5º anos;
- Construir maquetes, destacando a fauna, a flora e os recursos hídricos da região;
- Desenvolver textos ilustrativos com desenho ou fatos das atividades em campo;
- Montar gráficos e tabelas com dados obtidos em pesquisas na família e na comunidade local;
- Classificar os animais da região Centro-Oeste;
- Saída ao zoológico com monitoramento, enfatizando a fauna nativa;
- Visitar a Estação Ecológica de Águas Emendadas, conhecer seus rios e afluentes e a bacias hidrográficas que os mesmos compõem;
- Levar os alunos a conhecerem a região Centro-Oeste, localização, aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais;
- Receitas típicas;
- Confecção de animais com uso de pratos destacáveis;
- Confecção do ipê amarelo;
- Glossário com as frutas do Cerrado (Alfabeto);
- Saída de campo visita ao museu do Parque Nacional de Brasília (Água mineral);
- Vídeos, filmes e slides com informações sobre músicas regionais;
- Palestras com temas relacionados ao tema abordado no projeto;
- Produção de vídeos e fotos da realização dos trabalhos.

DESENVOLVIMENTO

Todos os anos pensamos em como vamos proporcionar um ensino diferenciado a nossos alunos, de que maneira levaremos o conhecimento de forma criativa. Há tempos engessamos nossa prática com projetos, este ano buscamos ensinar além de conhecimentos acadêmicos utilizados para os anos seguintes, mais informações para a vida.

O projeto foi pensado por todo grupo pedagógico desta instituição e estruturado pela supervisão e coordenação da mesma, com isso será apresentado ao grupo dia 11/04, a fim de participa-los o formato final do trabalho que iniciou-se com o ano letivo.

Ao término do mês de abril faremos a abertura do projeto com nossos alunos com a seguinte programação.

- Peça teatral;
- Imagem de lugares da região Centro oeste;
- Imagem de animais nativos da região, e animais extintos pela caça e queimadas;
- Apresentação de uma dança típica; (catira)

- Diálogo de como nossa atitude pode influenciar no meio ambiente;

Cada ano irá trabalhar um tema especifico relacionado com a região, como o quadro a seguir;

Ano	Professor(a)	Conteúdo
• Educação Infantil 2º Período “A” e “B”	• Vanus • Maria Aparecida	
• 1º ano “A”	•	• Frutos • Plantas • Animais do cerrado
• 1º ano “B” • 1º ano “C”	• •	
• 2º ano “A” • 2º ano “B” • 2º ano “C”	• • •	
• 2º ano “D”	•	
• 3º ano “A” • 3º ano “B” • 3º ano “C” • 3º ano “D”	• Maria Josefina • • •	•
• 4º ano “A” • 4º ano ”B” • 4º ano “C”	• • •	• Características Física • Economia da região
• 4º ano “D”	•	
• 4º ano “E”	•	

• 5º ano “A” • 5º ano “B”	• •	•
• 5º ano “C” • 5º ano “D”	• •	• Hidrografia da Região Centro-Oeste

Cada professor desenvolverá seu tema de acordo com os níveis de sua turma, e utilizando os tópicos prognosticados no procedimento.

O projeto aqui descrito, como já colocado anteriormente terá um caráter prático, prevendo saídas para pesquisas de campo conforme cronograma abaixo;

Local	**Data**	**Período**	**Tumas**
Jardim Botânico	17/04	Matutino/ Vespertino	Professores
	22/06	Matutino	4º anos A, B e C
	24/06	Matutino	5 ° anos A e B
	25/06	Matutino	5° anos C e D

	26/06	Matutino	4° anos D e E
Jardim Zoológico	Junho	Matutino	Todas as turmas
Estação Ecológica das Águas Emendadas	A definir	Matutino	4° e 5° ano
Museu da Água Mineral	A definir	Matutino/ Vespertino	Todas as turmas

Cada turma irá expor suas descobertas ao final do mês de outubro.

EXEMPLOS DE LIVROS PARA SE TRABALHAR EM SALA.

- Quarta-feira de Jonas;
- Pai, o que é sustentabilidade?;
- Chapeuzinho Vermelho e o lobo Guará;
- A histórias do Planeta Azul;
- Acabou a água.

RECURSOS

- Mudas de diferentes tipos de plantas;
- Folhas brancas;
- Emborrachados diversas cores;
- Sucatas;
- Livros diversos;
- Adubo;
- Ferramentas para jardinagem;
- Fantasias;
- Fantoches;
- Transporte;
- Datashow;
- Televisão;
- Aparelho de som;
- Aparelho para DVD

DURAÇÃO DO PROJETO

- O mesmo terá duração de 8 meses, de abril a novembro.

AVALIAÇÃO

A avaliação será feita no decorrer do desenvolvimento do projeto durante o ano, através da realização das atividades previstas. Montagem das exposições e realização das apresentações.

Projeto Educação Infantil

Aprender, Brincar e Criar

Introdução

A CRE Planaltina nos enviou a proposta da Plenarinha para o corrente ano, “O Universo do Brincar”. Diante disso desenvolvemos o projeto a fim de proporcionar as nossas crianças da Educação Infantil um aprendizado, prático, significativo e inesquecível.

(...) Criar na criança uma nova forma de desejos. Ensina-a desejar relacionando seus desejos a um eu fictício, ao seu papel na brincadeira e suas regras. Dessa maneira as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo; aquisição que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade. (Vygotsky, 1964, p. 114).

Justificativa

Hoje, as crianças possuem oportunidades inimagináveis que a trinta anos aquelas Bete pausinho, pique pega, jamais sonhariam, no entanto diante dessas novas oportunidades muito vem se perdendo, estamos em volta de crianças que não sabem brincar, criar e imaginar; crianças estáticas a frente de um computador, celular ou televisão, crianças que reproduzem o que aprendem diante desses aparelhos, onde sua companhia para brincar se encontra do outro lado da tela.

A fim de proporcionar um resgate cultural através de um aprendizado diferenciado e dinâmico, montamos este projeto com intuito de aprender a brincar, criar, fazer amigos e levar a família a participar mais ativamente do pequeno universo infantil e principalmente despertá-las de seu importante papel para que este universo se construa e se solidifique de forma eficaz na formação de cidadãos criativos, dinâmicos e confiantes.

Objetivo Geral

Desenvolver através do lúdico a construção de habilidades e competências que despertem a autoconfiança e criatividade.

Objetivos Específicos

- Conscientizar a família do seu importante papel na formação da criança;

- Trazer a família a participar ativamente das atividades desenvolvidas na escola;

- Proporcionar atividades e ambiente que despertem a criatividade e autonomia nos alunos;

- Analisar e compreender o processo de reciclagem e sua importância preservação ambiental;

- Identificar matérias recicláveis necessários a confecção de brinquedos;

- Classificar, comparar diferentes objetos e sua reutilização.

Procedimentos

- Fazer uma pesquisa com a família analisando o tempo disponível de cada uma.

- Assistir vídeos da turma da Mónica “Um plano para salvar o planeta”.

- Conversa informal sobre o filme.

- As turmas durante a realização das atividades serão divididas em 6 grupos com 4 crianças.

- A família será convidada a participar das atividades em sala e atividades extraclasse.

- Recolher garrafas pets.

- Confeccionar brinquedos e jogos educativos a fim de resgatar brincadeiras antigas, conscientizando as crianças sobre a importância da reciclagem.

- Contação de histórias como:

  - O papel que queria ser barquinho.

  - A menina que não gostava de dividir.

  - Uma breve história dos brinquedos.

  - As coisas que a gente fala “Ruty Rocha”.

  - O leão E o rato.

- Passar o desenho Toy Story.

- Analisar os brinquedos que aparecem no desenho.

- Brincadeiras de roda com a participação da família.

Público Alvo

Crianças da Educação Infantil – 5 Anos.

Avaliação

Será durante todo processo de desenvolvimento do projeto.

EDUCAÇÃO PARA VIDA

JUSTIFICATIVA

Educar! Tarefa das mais difíceis! Como se preparar na vida e para a vida? Todo ser humano tem suas crenças e com base nelas seus pensamentos e sentimentos, que culminam nas atitudes.

Acredita-se numa sociedade mais humana e justa, sem preconceitos, em que os cidadãos atuem compromissados com o bem comum.

A escola se tornaria vazia e ineficiente se omitisse de resgatar certos valores "adormecidos" na consciência humana. Por esse motivo, torna-se essencial refletir o mundo atual, fortalecer e renovar as "crenças", inserindo no processo educacional valores que possibilitem a formação integral de nossos alunos.

DURAÇÃO

Durante todo o ano letivo (Foco principal na semana conforme calendário escolar).

CLIENTELA

Alunos da Pré- Escola 1º ao 5º Ano;

Comunidade escolar (professores, servidores e pais).

OBJETIVOS

- Manter o compromisso com a filosofia de nossa escola;

- Propiciar o desenvolvimento de virtudes indispensáveis à formação humana;

Intensificar o trabalho de *valores*, consciente do papel social da escola, de modo a oportunizar as reflexões e atitudes que visam ao bem-estar dos cidadãos e o fortalecimento da autonomia dos homens.

PROCEDIMENTOS

- Os valores a serem trabalhados deverão atravessar as áreas de conhecimento. O professor deverá estar atento aos melhores momentos para tratar deste assunto. Poderão ser ocasiões imprevistas – como uma notícia no jornal ou uma briga no recreio, que mobilizem

os alunos – ou ocasiões criadas pela sensibilidade do professor.

- Algumas atividades escritas referentes ao tema trabalhado estarão disponibilizadas na sala dos professores a cada 15 dias. As mesmas poderão ser trabalhadas pelo professor em sala de aula.
- Selecionar canções coerentes com as temáticas em voga.
- Organizar murais sobre os valores a serem abordados quinzenalmente.
- Incentivar e proporcionar a leitura e a produção de textos com o valor em questão.
- Realizar junto a este projeto a escolha dos mensageiros da paz. Alunos que serão escolhidos em cada turma (nos momentos de recreação, recreio e dentro de sala) na busca por uma escola de paz.
- Realizar no momento de entrada dos alunos (no pátio), duas vezes por semana, a reflexão do valor trabalhado, através de uma história rápida, da letra de uma canção ou de um vídeo passado no telão.
- Realizar dinâmicas de grupos em sala de aula, que favoreçam essas reflexões (ver sugestões).
- Na semana de educação para a vida realizar palestras para a comunidade escolar;
- Realizar caminhada pelas ruas da cidade visando o resgate dos valores e contra a violência.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os valores acima mencionados não foram escolhidos por mero acaso, mas por meio da pesquisa realizada pela escola, a qual possibilitou um levantamento dos anseios dos pais em relação ao que gostariam que fosse trabalhado com seus filhos e sugestões dos professores quanto à necessidade vista dentro do ambiente escolar.

HINO BRASILEIRO

OBJETIVO GERAL:

Proporcionar o significado cultural do Hino Nacional Brasileiro;

PÚBLICO ALVO: toda a escola

DESENVOLVIMENTO:

- Encontros semanais no pátio para celebrar o momento do hino brasileiro e também reflexões sobre ele e sua importância.

- Atividades em sala sobre o Hino Brasileiro;

SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO DO USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA:

OBJETIVO GERAL: Conscientizar sobre o uso racional da água.

PÚBLICO ALVO: toda a escola.

DESENVOLVIMENTO:

- Vídeos educativos sobre água para ser exibido em sala de aula;

- Apresentação com fantoches: O último pingo d'água.

SEMANA DE EDUCAÇÃO PARA VIDA:

OBJETIVO GERAL: Conscientização e reflexão sobre a relação do homem com o meio ambiente com o Tema "Eu amo... Eu cuido."

PÚBLICO ALVO: comunidade escolar.

DESENVOLVIMENTO:

- Vídeos educativos sobre o meio ambiente: exibido em sala de aula e na sala de informática.

- Atividades referentes a esse tema em sala de aula.

- Comemoramos a Semana de Educação para a Vida com apresentações de palestras, peças teatrais e músicas com os seguintes temas:

Meio Ambiente – Sustentabilidade, Prevenção de Doenças, Importância da Familia, Cidadania, Práticas Integrativas em Saúde, entre outros, conforme folder em anexo.

Projeto	Mês
Hino brasileiro	Todo o ano

Semana de conscientização do Uso Sustentável da água	Março
Semana de Educação para a Vida	Maio
Festa Junina	Junho
Festa da criança	Outubro
Culminância do Projeto Cerrado: desbravar para preservar	Novembro

Obs.: Plano de Ação/2018 elaborado a partir dos documentos que norteiam o trabalho do pedagogo-orientador do DF: Orientação Pedagógica/2017 da SEDF; Regimento Interno da SEDF/2017;

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, M. & PAULA, R. **Projeto escola viva – garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial, 2000.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília, MEC/SEF/SEESP, 1999.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Educação básica do Distrito Federal.** Brasília: SEDF, 2000.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação do DF.** Brasília: SEDF, 2008.

_____. Saberes e práticas da Inclusão; dificuldade de Comunicação e Sinalização: Surdo cegueira/Múltipla deficiência Sensorial – 2ª ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2003.

FERNANDES, Maria Estrela Araújo *et al.* **Progestão: como desenvolver a avaliação institucional da escola?** Brasília: CONSED, mod. IX, 2001.

_____. LEI Nº 4.036 de 25 de OUTUBRO DE 2007. (Autoria do Projeto: Poder Executivo). Publicado do DODF n. 207 de 26/10/2007, p. 1/4.

Atenciosamente,

Léia Rodrigues de Almeida Monteiro

Vice-diretora

Documento assinado eletronicamente por **LEIA RODRIGUES DE ALMEIDA MONTEIRO - Matr. 00330647**, **Vice-Diretor(a) da Escola Classe Parana**, em 10/05/2018, às 16:47, conforme art. 6º do Decreto n° 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 verificador= **7963850** código CRC= **7CBA6C5D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

EQ 01/02 - LT H - S/N - Bairro Setor Residencial Leste - CEP 73350150 - DF